

IMESPP

**FORMAÇÃO DOCENTE
NO INSTITUTO MUNICIPAL
DE ENSINO SUPERIOR DE
PRESIDENTE PRUDENTE**

Jaqueline Costa Castilho Moreira

Jaqueline Costa Castilho Moreira

IMESPP

**FORMAÇÃO DOCENTE
NO INSTITUTO MUNICIPAL
DE ENSINO SUPERIOR DE
PRESIDENTE PRUDENTE**

1ª edição

Presidente Prudente

Jaqueline Costa Castilho Moreira

2019

IMESPP

*Formação Docente no Instituto Municipal de Ensino Superior
de Presidente Prudente*

Copyright © Jaqueline Costa Castilho Moreira, 2019.

EDITORAÇÃO
ORGANIZAÇÃO
DESIGN
CAPA/MIOLO
FICHA CATALOGRÁFICA

Jaqueline Costa Castilho Moreira

Esta obra é de publicação independente da autora
Rua Duque de Caxias, 491
Centro- CEP 14015-020
Ribeirão Preto - SP

IMESPP

**FORMAÇÃO DOCENTE
NO INSTITUTO MUNICIPAL
DE ENSINO SUPERIOR DE
PRESIDENTE PRUDENTE**

Jaqueline Costa Castilho Moreira

V811 IMESPP: Formação Docente no Instituto Municipal
Superior de Presidente Prudente/ Jaqueline Costa Castilho
Moreira - Presidente Prudente: [s.n.], 2019.

126 p. : il.

1. Educação Física. 2. História. 3. Pesquisa de Instituição.
4. Saberes pedagógicos. I. Moreira, Jaqueline Costa Castilho.
II. Título.

Dedicatória

Ofereço esta singela obra aos meus amigos de trajeto

**André Marques Shinohara
Audir Pinto de Abreu
Claudio Imamura
Cristiane Rodrigues Ferreira
Eliane Angélica Semissato Ruiz da Silva
Erynat Fátima Fernandes
Fábio Santos de Lira
Felipe de Oliveira Silva
Filippe Luy dos Santos Moreira
Gabriele Santos Pereira
Ismael Forte Freitas Jr.
José Aurélio Bernardo
Leonardo Scramin Esteves Florindo
Luiz Rogério Romero
Olga Cristina de Mello Malheiro
Paulo Cesar Rocha
Raíssa da Silva França
Ronaldo Macedo
Rosa Fátima de Souza Chaloba
Teresa Raquel Vanalli
Valentina Romeiro Flores**

com respeito e gratidão

• AMOR E TRABALHO
DESENVOLVIMENTO EM TODOS OS SENTIDOS

IMESPP

INSTITUTO MUNICIPAL DE
ENSINO SUPERIOR DE
PRESIDENTE PRUDENTE
OBRAS DE URBANIZAÇÃO
CONSTRUÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS
VALOR DA OBRA - CR\$ 15.000.000,00
CONSTRUIDA PELA "PRUDENCO"

PREFEITO MUNICIPAL
BENEDICTO A. PEREIRA DO LAGO
PRESIDENTE DA CÂMARA
WALDEMAR DE SOUZA MENDES
DIRETOR GERAL DO IMESPP
DR. RAMON CANO GARCIA
PRESIDENTE DA PRUDENCO

WALTER ROQUE TREVISAN
PRESIDENTE PRUDENTE
30 DE OUTUBRO DE 1982

Tudo começou com uma placa...

MEMORIAL

Cá estou novamente investigando outra instituição educacional, porém de nível superior e que foi encampada pela UNESP em 1988.

Essa situação nova e sem lastro com as minhas experiências anteriores, diverge da história da minha escola-sede em Ribeirão Preto, publicada junto com outras autoras em um livro restrito, que enfoca o registro da cultura escolar da unidade por meio dos projetos docentes, discentes e daqueles implementados pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo até 2009. Nesta escola vivenciei não somente o relatar de minha experiência docente de ensino básico, mas senti desde as manchas solares na pele até a cobertura da quadra, a alegria de suas festas, de seu aniversário de 40 anos, os problemas de uma escola pública de bairro, o carinho e a carência dos alunos até minha despedida. Comovente...

Dessa vez também não tenho a “intermediação facilitadora” do Professor Dr. José Luíz Rodrigues na Associação de Reabilitação Infantil Limeirense (ARIL) em 2004-05 quando desenvolvia um trabalho sobre a instituição. Ou como a realizada pela minha querida amiga Ma. Lúcia Tavares, entre os anos de 2010-13, guiando-me pelos meandros da educação santista, auxiliando-me com os dados da minha tese e as coletas de acervos docentes de duas escolas públicas estaduais da cidade litorânea. Saudades...

Nessa nova investida não estou diante de um objeto histórico legitimado pelo recuo mínimo de 50 anos. Tenho vestígios da história recente de uma Escola Municipal de Educação Física que se tornou um Instituto local de Ensino Superior, atendendo por mais de quinze anos uma comunidade, formando docentes em uma cidade que eu não conhecia até 2013, Presidente Prudente, momento que me mudei, em função de aprovação em concurso público.

Entretanto, existem compensações nesse caminho, como o mosaico de possíveis fontes primárias; descortinado ao longo do trajeto da investigação. Deste ressaltam docentes ainda na ativa, muitos que conheço dos corredores de onde trabalho e muitos que são meus colegas na atualidade; ex alunos e alunas na cidade (alguns que conheço pessoalmente, outros pelas redes sociais e outros, para mim ainda desconhecidos), alguns deles aposentados na

área da Educação Física, ou que seguiram rumos diversificados e outros (que infelizmente não pude conhecer), falecidos antes e durante este meu percurso investigativo.

Também é possível desvelar equipamentos e estruturas da área de Educação Física, com camadas e camadas de reformas; troféus e medalhas expostos azinhavrando; livros encapados em corino vermelho, identificados com as características da universidade, em substituição aos carimbos de patrimônio do IMESPP.

Diante do amálgama de evidências desconectas e lacunas na qual acabei debruçando-me, entre 2014-18, sinto-me bem com o cumprimento de minha propositura realizada para o edital de 2013.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
QUADRO TEORICO-METODOLÓGICO	32
CAPÍTULO 1	43
Presidente Prudente: breve contextualização	
CAPÍTULO 2	47
Saberes na docência em Educação Física de Presidente Prudente (1946-76)	
CAPÍTULO 3	67
A ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: a formação superior de professores da área (1971-88)	
CAPÍTULO 4	75
Currículo em evidências	
CAPÍTULO 5	98
Referência, modelo ou restrição? a cultura material do IMESPP	
ALGUMAS REFLEXÕES	111
FONTES E REFERÊNCIAS	112

1.INTRODUÇÃO

Elaborado inicialmente como projeto trienal de concurso, essa obra propõem uma investigação histórica sobre as configurações de saberes na docência em Educação Física, disseminados em instituições de formação de professores no Oeste Paulista.

Considerando as políticas nacionais e estaduais entre 1946 a 1988, período relevante na formação docente em função do movimento de expansão do ensino, assim como da produção escrita (ainda existente sobre o cotidiano das instituições de atuação desses educadores e outras fontes); a investigação sugerida constituiu um desdobramento dos estudos realizados em meu doutoramento em História da Educação Escolar (MOREIRA, 2013).

Durante o processo de construção da tese foi constatada uma tendência na área em interpretar linearmente a escolarização da Educação Física. Ancorados na teoria crítica, vários trabalhos publicados abordavam as práticas de ensino dos professores em uma perspectiva panorâmica e externa às vivências e produções que ocorriam intramuros das instituições educacionais. E com essa perspectiva, disseminaram-se várias generalizações, inclusive sobre conteúdos existentes nos currículos escritos e que, não necessariamente eram praticados, nos cursos de formação de professores da área.

É importante que as generalizações e abstrações feitas a partir do delineamento tecnicista, sejam revistas e arejadas, tanto por documentação original, quanto à luz de teorias mais adequadas e estudos recentes no âmbito da História da Educação e da História da Educação Física.

A forma de inserção da Educação Física no ensino formal inicialmente foi realizada a partir de uma seleção de saberes predominantemente ginásticos, ligados ao projeto de higienização e “domesticação do corpo”. Embora entre esses dois enfoques, circulassem as brincadeiras, os jogos de rua e outras práticas proibidas, como o futebol; trazidas pelos alunos para dentro das escolas, por meio de estratégias variadas (VAGO, 2002). Conhecimento que somente pode ser recuperado ao investigar o cotidiano das instituições escolares.

Acrescenta Dantas Jr. (2008) que em um país tão multifacetado e pluricultural seria um reducionismo limitar o “fazer escolar” da Educação Física

à prática da ginástica, por não levar em consideração os interesses e as possibilidades criativas dos professores e as artimanhas dos alunos.

Quanto aos currículos de formação docente em Educação Física, concorda-se com estes teóricos, ao questionarem a prevalência de um único conhecimento disciplinar, como no caso a ginástica, em detrimento a outros saberes existentes e praticados. O que pode ser recuperado não somente nos currículos prescritos, mas em documentos oficiais normativos de formação; assim como também ao se considerar as diversas transições ocorridas nos planejamentos de ensino, com a inserção e exclusão de conteúdos; e que poderão ser vistos nesta obra.

Relevante apontar que o questionamento central desse trabalho são os saberes disseminados na formação de docentes de Educação Física: quais deles foram eleitos pelas “escolas normais”, pelos “cursos de Especializados” ¹, pelos “cursos de aperfeiçoamento” ², pelos “cursos por correspondência” e pela “graduação superior de Educação Física”?

Essas perguntas expandem os resultados da minha tese de doutorado (MOREIRA, 2013), exigindo um aprofundamento de maior envergadura em fontes primárias das cinco instâncias de formação.

Na literatura da área da educação, o termo “configuração”, pode ser sugerido como as várias estruturações que um saber pode tomar, a partir das regulamentações e prescrições em termos de legislação e currículos; de suas relações com um conjunto de outros saberes escolarizados; das representações formadas ao longo de um período histórico; da atribuição de suas especificidades e de características que lhes são próprias (MOREIRA, 2013).

A tese de 2013 constatou a necessidade de inclusão da formação docente por meio dos “cursos normais” neste trabalho, porque embora muitos

¹ Os “cursos de Especializados” existiam desde a década de 1930. Mediante um curso preparatório com duração de um ano, eram ministradas várias matérias afins, representando a possibilidade de um Normalista tornar-se professor Especializado em uma área específica, como a Educação Física. (PEDAGOGIA, 1954).

² Cursos organizados em conjunto com os clubes e associações de classe e, no caso do Estado de São Paulo pelo Departamento de Educação Física e Esportes (DEFEE) e Secretaria de Estado dos Negócios de Educação; com apoio financeiro da Divisão de Educação Física (DEF), do Ministério da Educação e da Saúde. Uma dessas iniciativas foram os “Cursos de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico”, ocorridos inicialmente na cidade de Santos, mas que percorreram diferentes cidades do Estado de São Paulo, outros estados brasileiros e países sul-americanos, entre as décadas de 1950-60 (LOURDES, 2007).

dos normalistas não tivessem continuado a sua “formação especializada” na área, lecionavam a prática educativa da Educação Física tanto nas escolas primárias como nas escolas secundárias, sendo neste último nível a título precário em várias cidades do Estado de São Paulo. Dessa forma, esse desdobramento se mostrou apropriado, ao longo da continuidade da investigação, o que justificou a inserção de um capítulo sobre o ensino secundário na cidade de Presidente Prudente, delimitação geográfica do estudo. Pretendeu-se com esta medida, elucidar se a titulação de professores de Educação Física local também passava por este nível de ensino ou não.

Mesmo que tenha ocorrido a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal, pelo Decreto-Lei nº 8.530 em 2 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946a) visando a organização da formação de professores de grau primário em ciclos, tipos de estabelecimentos e nos conteúdos dos currículos, a partir da explicitação das disciplinas por cada série; ficava a cargo da legislação de cada Estado brasileiro e das conjunções sociais e econômicas, a organização interna das redes estaduais e as demais condições de funcionamento das unidades de ensino e do próprio curso.

Devido a grande dificuldade em se dimensionar os saberes os quais esse conjunto de profissionais havia sido exposto; destaca-se a importância de esmiuçar o conhecimento sobre os currículos de formação, ou o que Nóvoa (1995) denomina de saber disciplinar; por acreditar que evidenciem os possíveis objetos de ensino dos formados e com eles, as possíveis configurações que os saberes docentes da área foram assumindo em seu percurso histórico.

Por esta perspectiva, os saberes oficiais relacionados à Educação Física e disseminados nos “cursos normais” paulistas, entre 1950-70, evidenciam outros conhecimentos além da ginástica, como mostrado nos dois programas de formação docente da área. O primeiro do final da década de 1950, e o segundo na transição para a década de 1970; explicitados a seguir.

O “Programa de Educação Física para o Ensino Normal” (MARINHO, 1971), baixado pela Portaria nº 6, de 15 de março de 1957, tinha duração de três séries, tanto para o curso noturno como diurno, além de objetivos, parte teórica, prática e didática. Conforme descrição de Moreira (2013), na parte teórica da primeira série, discutia-se a História, a situação da Educação Física

no quadro geral da Educação, as bases biopsicosociais, a recreação e o papel da Educação Física nas escolas primárias e secundárias. Nas práticas, desenvolviam-se as atividades naturais, as ginásticas, os jogos sensoriais e motores. Na segunda série existiam as orientações metodológicas, o domínio e o aprimoramento das técnicas nas atividades naturais, nos jogos, nas atividades rítmicas, nas ginásticas e danças folclóricas. Com relação à terceira série, a preocupação era ministrar conhecimentos básicos de Psicologia aplicada à Educação Física e recreação, na intenção de completar o domínio das técnicas e didáticas dos futuros normalistas, quanto ao planejamento, organização e direcionar das atividades práticas, sejam em ambientes naturais, em jogos, em demonstrações, em ginásticas ou em festas.

Em 1971 foi organizada uma segunda versão, o “Programa de Educação Física, Recreação e Jogos para o Ensino Normal do Estado de São Paulo”³ (MARINHO, 1971, p. 21). Dividido em três partes, na primeira delas constava um estudo teórico-prático com a conceituação da Educação Física escolarizada, de: jogo, ginástica, esporte, atividades rítmicas e recreação. Também constavam as disposições, formações e exercícios formativos, de ordem e de direção. Na segunda parte do programa havia o estudo metodológico abordando assuntos como: esquema, padrão, mecanismos corporais, recreio dirigido, planejamento, avaliação e testes, demonstrações gímnicas, desportiva e recreativa. A Didática, idealizada em sua terceira parte, era composta por: ginástica, atividades rítmicas, jogos, iniciação desportiva (atletismo, vôlei, bola ao cesto, handebol, futebol de salão, ginástica de solo e de aparelhos, recreação), gincanas, jogos, torneios e excursões. Segundo Moreira (2013), a forma como foi organizado o “Programa”, deixava espaço para um posterior aprimoramento técnico, em alguma das modalidades da Educação Física e dos Esportes.

Também os saberes da docência na área forjaram-se nos “cursos de Especializados”⁴. Um exemplo desse tipo de formação foi o “Curso Preparatório de Pedagogia em Educação Física”, ocorrido na cidade de São Paulo, na

³ Ambos os “Programas” encontram-se como encartes na segunda edição do livro “Educação Física, recreação e jogos”; de Inezil Penna Marinho (1971).

⁴ Foi utilizada a nomenclatura “Especializado” neste estudo para diferenciar dos cursos de especialização formando “Especialistas”, termo da atualidade. Embora na literatura da época apareçam ambos os termos, optou-se por usar “especializados” já que era uma formação de nível superior, enquanto o outro refere-se a uma pós-graduação.

metade da década de 1950, que dispunha de aulas mimeografadas⁵, criadas por vários professores conhecidos na época, tais como Mauro Soares Teixeira e Antônio Boaventura da Silva. Interessante apontar que durante a investigação nos acervos doados por professores da Escola Municipal Superior de Educação Física/IMESPP/UNESP de Presidente Prudente, para confecção deste trabalho (arquivo Fonte Docente), foram encontrados documentos de aulas deste tipo de formação, ministradas pelo Professor Boaventura, como também foram recuperadas na Biblioteca desta instituição, obras de Mauro Soares Teixeira. Esses achados em Prudente revelam que também na cidade, as ideias dos professores mencionados anteriormente, também referenciavam o ensino da área.

No Curso de Especializados, os conteúdos de ensino da Educação Física eram uma adaptação nacional do “Método Francês de Ginástica”, composto de três partes: a primeira com atividades teóricas sobre as bases fisiológicas, pedagógicas e de fisiologia aplicada das práticas; a segunda de esportes individuais e coletivos e, a terceira parte com a Educação Física militar e a reeducação; incluindo ainda pequenos jogos, recreação, marchas e excursões (SÃO PAULO, 1952; PEDAGOGIA, 1954; MOREIRA, 2013).

Vale destacar que a estrutura de ensino em três partes, acompanhava as normativas do Estado de São Paulo para a área; além do que consoante às aulas mimeografadas em Pedagogia (1954), era desejo dos formadores de Especializados em Educação Física que este professor se impusesse, não somente pela sua *performance* ou execução de um movimento, mas pelos conhecimentos científicos, alicerçados na Biologia, Psicologia e Sociologia educacionais (MOREIRA, 2013). Saberes obtidos não de forma empírica ou autodidata, mas por meio de um percurso educacional formal, o qual considerava a adequação das prescrições de exercícios aos indivíduos, em relação à idade e ao gênero (PEDAGOGIA, 1954; MOREIRA, 2013). Mesmo que de forma embrionária na Educação Física, os cursos de Especializados privilegiavam a Pedagogia, como um campo de conhecimento amplo e sistemático da Educação e que englobava os métodos de ensino e os

5 Esse material foi referenciado como fonte, “a coletânea de aulas do curso preparatório de Pedagogia em Educação Física (PEDAGOGIA, 1954); tendo como um dos professores responsáveis pelo curso, Mauro Soares Teixeira. Os “cursos de Especializados”, cada qual, deveriam obedecer “a mesma orientação dada aos Cursos de Especialização do Instituto Caetano de Campos” (SÃO PAULO, 1952, p.61).

exercícios a serem aplicados. Finalizando, a apostila mimeografada que continha as aulas desse o curso mencionava a importância de aquisição permanente de conhecimentos, aliada a crítica de haver “necessidade de maior rigor na seleção dos candidatos para essa espécie de professorado” (PEDAGOGIA, 1954, p. 3).

Diferentemente dos cursos de Especializados, os cursos de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico do período 1950-60 aconteciam anualmente e eram gratuitos. Lecionavam professores reconhecidos na área, (novamente) o Professor Boaventura da Silva, Júlio Mazzei entre outros e, internacionalmente professores como Auguste Listello da França; Gehrard Schimidt da Áustria; Ivan Vargas da Iugoslávia; Piero Manarino da Itália; Margareth Froelich da Suécia e Ilona Peuker da Hungria, contribuindo para o aprimoramento profissional dos docentes em exercício.

Para Moreira (2013), ao disponibilizarem “Cursos de Aperfeiçoamento”, com conteúdos e métodos de “novas técnicas de ginástica, de jogos, de esportes e de danças” e com avaliação do grau de aproveitamento expresso por nota e certificação ao professor; entidades de abrangência nacional como a Divisão de Educação Física (DEF)⁶ e como o Departamento de Educação Física e Esportes paulista (DEFE), representante da DEF no Estado, colaboraram não somente para melhorar a formação de docentes, mas também para divulgar entre os professores, outras tendências de ensino. Dentre elas, os desportos como uma superação das “lições de exercícios” das práticas ginásticas do dominante Método Francês.

Neste período ainda, muitos dos práticos em exercício nas escolas ou professores leigos almejavam obter uma autorização para lecionar a título precário. Relevante ressaltar que neste período, a profissão de professor representava status, pela perspectiva de boa remuneração salarial e ascensão social, inclusive para professores de Educação Física.

Atenta ao grande número de professores leigos atuando na área em todo o país, a DEF ofereceu uma formação de âmbito nacional na década de

⁶ Criada em 1937, no governo ditatorial de Getúlio Vargas, com a reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública, a Divisão de Educação Física (D.E.F.) era uma repartição subordinada ao Departamento Nacional de Educação, sob a direção de militares. A D.E.F. permaneceu sem regimento próprio até 1956, voltando-se mais para inspeção, do que para administração de atividades educacionais relativas à área. Para maiores esclarecimentos acesse Moreira (2013).

1960, através do “Curso Básico de Educação Física por Correspondência” (BRASIL, 1964). Este oportunizava além de titulação, a legalização na profissão por meio da certificação de “Registro de Professor” da área.

Pelo levantamento feito na tese de doutoramento, embora o curso por Correspondência da DEF existisse anteriormente; a partir de 1965 ele recebeu nova estrutura com as Portarias nº 32, de 3 de outubro de 1962 e nº 3, de 23 de janeiro de 1963. Nesse período incorporou como matérias do seu currículo, os módulos de: “Atletismo – Corridas”; “Arremessos”; “Saltos”, “Esgrima”; “Regras e Súmula da Esgrima”; “Regras e Súmulas - Hipismo - Latismo - Tiro ao Voo”; “Ginástica Acrobática e Olímpica”; “Cama Elástica”; “Futebol e Futebol de salão”; “Massagem”, “Halterofilismo”, “Anatomia - Cinesiologia – Fisiologia”; “Desporto e Alimentação”, “Psicologia”; “Educação Física” e “Metodologia e Pedagogia da Educação Física” (MOREIRA, 2013).

Cabe relatar que durante a coleta de documentos para a realização dessa pesquisa, alguns exemplares do Curso de Educação Física por Correspondência foram encontrados nos acervos doados por dois professores da “Escola Superior Municipal de Educação Física/IMESPP/UNESP”, instituição da graduação objeto de estudo desse livro.

Esses exemplares ampliaram os saberes sobre os conteúdos dos módulos dessa forma de ensino a distância (EAD), por acrescentarem a coleção de disciplinas: História da Educação Física, Princípio de Ética Desportiva e Natação. As primeiras matérias consideradas teóricas e condizentes com esta modalidade de curso a última, a Natação, uma incógnita que provoca questionamentos de como seriam as práticas de Natação a distância. Essa lacuna histórica representa uma investigação em potencial sobre como professores cursistas por correspondência ou por cursos a distância, conseguiam transpor de fato, textos teóricos em práticas, que inclusive envolviam e ainda envolvem risco de morte, como é o caso da Natação.

Pela exposição desses conteúdos foi verificado que além de um maior enfoque em modalidades esportivas, o curso mencionado de EAD atendia parcialmente tanto o proposto para as licenciaturas, como o currículo mínimo

da área estabelecido pelo Parecer CFE nº 298/1962⁷, pois contemplava na grade curricular, um módulo de Psicologia, de Metodologia e Pedagogia da Educação Física, consideradas matérias pedagógicas (BRASIL, 1965).

Diferentemente da formação abordada anteriormente, o ensino superior seguia outras trajetórias. Modelo para criação das escolas⁸ superiores da área no Brasil. Em termos de organização de infraestrutura, equipamentos, conteúdos e outros norteamientos; a Escola de Educação Physica do Estado de São Paulo foi o primeiro estabelecimento estadual voltado para a formação de civis. Localizada na capital paulista, a Escola de Educação Physica somente iniciou suas atividades, em 1934. Formou “Instrutores de Ginástica”, e posteriormente “Especializados em modalidades esportivas” e “Professores”, que inicialmente não tinham a titulação de licenciados.

Seu primeiro “Curso de Professores de Educação Física” foi ministrado no segundo semestre de 1935, com duração de um ano, tendo como exigência para o ingresso, a conclusão do ginásial.

Em 1955, já como Escola de Educação Física (EEFESP), embora ainda Instituto Isolado do Sistema Estadual do Ensino Superior, tinha um “Programa para o Curso de Licenciados em Educação Física”. Nesse período, em seu currículo constavam: Anatomia e Fisiologia Aplicadas, Cinesiologia, Fisioterapia Aplicada, Desportos Aquáticos e Náuticos, Desportos Terrestres Coletivos, Desportos Terrestres Individuais de Campo, Desportos de Ataque e Defesa, Educação Física Infantil, Educação Física Geral (Feminina e separadamente Masculina), Psicologia Aplicada, Danças, História da Educação Física e dos Desportos (GNECCO, 2005). Também esse currículo da EEFESP foi tornado modelar para o ensino superior na área. No capítulo sobre a Escola Superior Municipal de Educação Física/IMESPP/UNESP, o currículo da instituição

7 O Parecer CFE 298/1962, citado em Pedagogia (1954), determinava o currículo mínimo dos cursos superiores de Educação Física (e de Técnica Desportiva, habilitação obtida com a complementação de duas disciplinas esportivas). Esse documento legal definia que as seguintes disciplinas deveriam compor o currículo desses cursos: Anatomia e Fisiologia, Psicologia, Pedagogia, Cinesiologia, Higiene, Socorros de Urgência, Biometria, Organização e Administração da Educação Física e dos Desportos, Ginástica, Desportos, Dança, Recreação e Matérias Pedagógicas.

8 As duas escolas superiores de Educação Física mais antigas eram a da cidade de São Paulo (EEFESP) e a Escola de Educação Física de São Carlos, entidade particular fundada em 1950. Em seguida, outras escolas particulares foram autorizadas a funcionar, a Escola de Educação Física de Bauru (1953), o Curso de Educação Física da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Campinas (1968) e a primeira Faculdade de Educação Física em Santos (DaCOSTA, 1971).

prudentina foi confrontado com o modelo da EEFESP, que se tornou curso da Universidade de São Paulo (USP) em 1969, e na comparação de ambas as instituições, é perceptível grande similaridade entre conteúdos; o que corrobora com a ideia de que havia um currículo modelar a ser seguido, suposição abordada com mais detalhes nos capítulos seguintes.

Até o início da década de 1960, as licenciaturas ficavam no âmbito tradicional da Filosofia, Ciências, Letras e Educação (MOREIRA, 2013), e a formação em Educação Física, não se enquadrava nessa situação. Porém, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais LDB nº 4.024 (BRASIL, 1961) estabeleceu princípios educacionais em todos os níveis de ensino, inclusive normatizações quanto aos cursos de formação docente. Em relação às licenciaturas, com a aprovação e homologação do Parecer CFE nº 251 de 1962, houve o estabelecimento de um currículo mínimo, na tentativa de garantir uma adequada formação cultural e profissional aos professores, condizente com as peculiaridades regionais dos estabelecimentos superiores de ensino, e garantindo a possibilidade de transferência de graduandos cursistas provenientes de outras instituições do território nacional. O Parecer CFE nº 251 emitido por Valnir Chagas visava extinguir o esquema “três anos de bacharelado e um de licenciatura”, estabelecido na prática dos cursos superiores. Para isso, o teórico justificou que a licenciatura era um grau equivalente ao bacharelado, e não ‘igual’ a este mais a Didática, como acontecia no esquema “3+1” (FARIA Jr., 1969, 2005). Ao reconhecer as diferenças de formação existentes entre bacharelado e licenciatura, Valnir Chagas propôs na época o princípio da concomitância de ensino, método e conteúdo em quatro anos. O teórico valorizava a formação de professores por meio das licenciaturas, colocando-a no mesmo patamar da formação em bacharelado, reconhecendo as diferenças existentes entre ambas as modalidades, como ocorre na atualidade com as faculdades de Educação Física.

Relevante para o esclarecimento do que seria este currículo mínimo da licenciatura na Educação Física foram as análises de Castro (1974), sobre as portarias emitidas para os cursos de licenciatura inclusive desta área específica. O Parecer nº 292/1962 do CFE, citado em Castro (1974), sugeria para a preparação pedagógica do licenciado, as matérias: “Psicologia da

Educação, Adolescência e Aprendizagem”; “Elementos de Administração Escolar”; “Didática”; “Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado”; desaconselhando “separar o *como* ensinar do *quê* ensinar”. Já o Parecer nº 298/1962, era específico para a Educação Física, substituiu a “Metodologia da Educação Física e dos Desportos” pela matéria “Pedagogia”, além de aconselhar a inclusão de outros conhecimentos ao currículo, como o “Estágio Supervisionado” e a “Psicologia da Educação”, ambos constantes no Parecer nº 292 do mesmo ano. Vale ressaltar que as alterações promulgadas nos documentos prescritos foram inseridas no âmbito burocrático das instituições, mas historicamente, nem sempre sua efetivação ocorreu na prática no mesmo momento da promulgação das normativas. O bloco de disciplinas pedagógicas mencionado, também existiu no currículo da escola superior prudentina. Entretanto, embora a documentação da Escola Superior Municipal de Educação Física/IMESPP/UNESP, oficialmente titulasse seus graduandos como licenciados, na prática o currículo ativo era muito mais voltado ao esporte na década de 1980.

Castro (1974) asseverou que a formação de professores de áreas não abrangidas pelas “Filosofias”, como a Educação Física ganharam suas licenciaturas específicas, por meio das conclusões do Parecer nº 292; surtindo efeitos variados no mercado de trabalho e no campo acadêmico.

Para a profissionalização de licenciado foi baixada a Portaria nº 101/1963 que passou a impor este título, para o “registro como professor” de Educação Física, no ensino secundário. Essa medida provocou o movimento de equiparação⁹ nacional e constantes convocações aos professores que estavam em exercício na época, para que apresentassem seus documentos; fato que pode ser comprovado em publicações do diário oficial referentes à rede pública do Estado de São Paulo.

No campo acadêmico, a Portaria nº 101/1963 gerou discussões acerca das práticas de ensino e da própria estruturação das licenciaturas na área. As

9 Além do incentivo ao ensino superior da área pelo governo militar, durante o final da década de 1960 e a década de 1970 houve uma demanda para organizar as licenciaturas e a formação docente dos professores em exercício. Consta no Decreto-lei nº 1.043 de 1969 que foi feita uma equiparação entre os diplomados em Educação Física desde 1943, pelo Exército, Marinha e Força Pública do Estado de São Paulo, aos licenciados na área, desde que apresentassem o diploma colegial.. Em 1977, outra equiparação aconteceu com os certificados de instrutores e monitores de Educação Física da Comissão de Desportos da Aeronáutica.

conclusões e recomendações oriundas do II Congresso Luso-Brasileiro de Educação Física, de 1963; clarificaram o debate curricular existente naquele momento, dentre eles: a implantação de uma consciência didática em relação aos educandos e aos educadores; o debate sobre quais práticas seriam adequadas a serem lecionadas na Educação Física e Desportiva, tendo como opções os jogos de fraca competição, as danças regionais, as ginásticas e as atividades de recreação. Ainda neste evento acadêmico, foi proposto pelos teóricos participantes, que os estágios constituíssem elementos indispensáveis aos cursos integrantes das Escolas Superiores de Educação Física (CONGRESSO, 1964).

Quanto ao tempo de duração das licenciaturas em Educação Física, no levantamento da tese de Moreira (2013), elas passaram a variar em carga-horária, subdividindo-se em curtas e longas, ou parciais e completas, conforme o encaminhamento profissional desejado pelo futuro professor para o primeiro ciclo ou segundo ciclo da escola média.

Também foi detectado na tese (MOREIRA, 2013), que ao final da década de 1960, havia opiniões desfavoráveis à inclusão de matérias pedagógicas nos currículos das Escolas Superiores de Educação Física, dentro do próprio Conselho Federal de Educação. Esses conflitos não eram somente uma questão de convalidação de saberes, como o caso da formação docente via licenciatura; mas um problema que, em médio prazo, desencadeou os questionamentos sobre a identidade da área, ao final da década de 1980. Estes merecem maiores investigações, que não serão aqui realizadas por extrapolarem a periodização deste estudo.

Em termos de currículos na formação de professores até o final da década de 1970, destacaram-se desde aspectos didáticos e metodológicos, aos processos pedagógicos de planejamento, de organização do trabalho com os alunos, chegando até mesmo à preocupação com o domínio que os docentes tinham sobre as tecnologias de ensino. No caso da Educação Física, embora a psicomotricidade fosse indicada como conteúdo de formação docente para os anos iniciais de escolarização, houve uma tendência em enfatizar os desportos, com suas regras oficiais, fundamentos, técnicas, esquemas táticos e tendo como finalização das práticas; o ensino da

organização de jogos pré-desportivos (NÓVOA, 1995, FIORENTINI; SOUZA e MELO, 1998; MOREIRA, 2013).

A partir de 1978, os poucos concursos públicos para professores de Educação Física para a rede pública de ensino básico, o descompasso entre a habilitação dos cursos superiores e as práticas a serem desenvolvidas no cotidiano das escolas, as condições de atuação e salários tornaram-se fatores de tensão e aumentaram a marginalidade profissional, pelas dificuldades em estabelecer seu espaço e a importância de seus saberes no território das escolas.

Na década de 1980, havia um predomínio dos esportes nos currículos de formação em Educação Física, assim como opiniões contundentes que faziam um paralelo ideológico entre o esporte e o regime vigente no país. Esclarece Fiorentini, Souza e Melo (1998) que até o final da década de 1980, independentemente da disciplina investigada, o discurso educacional tradicional foi dominado pela dimensão sociopolítica e ideológica da prática pedagógica. No caso da Educação Física escolar, esse discurso conduziu a uma análise negativa tanto de suas práticas quanto dos saberes esportivos dentro do ambiente educacional formal, sendo a escola interpretada como um “celeiro de atletas”.

Esse ideário contrapõe-se ao adotado pelo referencial teórico deste estudo, que valoriza os saberes docentes. Para Nóvoa (1995), os docentes não são meros transmissores de conhecimento, consumidores, executores, criadores de recursos, técnicas ou tecnologias pedagógicas; mas profissionais reflexivos, capazes de apropriar-se de vários conteúdos de referência curricular, sejam teóricos e/ou conceituais para (re)estruturá-los e contextualizá-los em um saber experiencial.

Com tantas lacunas no conhecimento sobre a formação docente na Educação Física escolarizada, este estudo almejou oferecer alguns esclarecimentos, pautados pelo enfoque historiográfico sobre os saberes experienciais dos professores; sobre os currículos praticados nos cursos superiores da Educação Física e sobre a formação do seu corpo docente. Também objetivou investigar os saberes institucionalizados da área, na formação docente via ensino secundário (primeira parte deste livro), e pela via da formação superior (inserida na segunda parte desta obra).

A produção de pesquisa sobre o tema

Gnecco (2005) realizou uma investigação sobre a integração da Escola de Educação Física à Universidade de São Paulo (USP), durante a Reforma Universitária em 1969. Sua pesquisa utilizou fontes textuais e orais objetivando perceber os diversos fatores que propiciaram esse processo. Analisou a correlação de forças dentro do Conselho Universitário da USP, o acirramento do movimento estudantil e da resistência ao regime ditatorial militar entre outros elementos. Embora não tenha sido o principal foco de sua tese, o autor trata da carência de professores para ministrar as aulas de Educação Física na década de 1960, assim como da alteração do currículo no curso de formação da área em 1969, além de realizar um panorama sobre as instituições de formação docente em Educação Física, neste período. O material produzido por Gnecco (2005) é relevante, não somente por elucidar os embates políticos e filosóficos durante a integração da Escola de Educação Física à USP; mas também para o entendimento da influência da instituição como um todo, capaz de intervir nos currículos, no ensino, na escolha do quadro docente de institutos isolados, enfim na constituição do ensino superior de Educação Física, como pode ser observado na Escola Superior Municipal de Educação Física/IMESPP/UNESP.

Por este viés, coube apresentar as disciplinas componentes do novo currículo mínimo da Escola de Educação Física da USP em 1969, que eram: Biologia, Anatomia, Fisiologia, Cinesiologia, Biometria e Higiene, como matérias básicas; Socorros Urgentes, Ginástica, Rítmica, Natação, Atletismo, Recreação e matérias pedagógicas de acordo com o Parecer nº 672/1969, e para a obtenção do título de Técnico Desportivo, “mais duas escolhidas pelo aluno da lista de desportos oferecida pela Escola” (GNECCO, 2005, p. 204). O mesmo autor salienta que, além da organização do currículo mínimo, o Governo Federal da época protagonizou uma série de ações de valorização da Educação Física, durante a década de 1960 e que extrapolavam as questões da licenciatura e do ensino.

Embora houvesse um direcionamento para os professores realizarem a disseminação dos esportes, existia nas unidades outras práticas escolares. Buscando recolocar a questão da análise dessas práticas, a partir de um “olhar para dentro da escola” e, almejando devolver aos sujeitos seu lugar na história

da Educação Física escolar brasileira, Taborda de Oliveira (2002, 2003a, 2003b, 2006) sugeriu outra tendência de análise dos saberes da área sob respaldo da “História Cultural”.

Esse autor em suas investigações sobre o período 1960-80 criticou a consagrada leitura conspiratória que relaciona o “Tecnicismo” aos estudos sobre a Educação; por sozinha não conseguir explicar a complexidade dessa história social e cultural. Para ele, muitos equívocos foram cometidos quando as investigações da área perderam de vista, o cotidiano das escolas e seus interlocutores, como fontes originais e diretas dos eventos pesquisados.

A produção acadêmica brasileira que conecta a História Cultural à Educação Física é relativamente recente. Coincide com a introdução no Brasil das teorias europeias que sustentam a História das Disciplinas, como campo de investigações e pela divulgação da progressiva abertura dos arquivos do período 1964-1988, estimulando a retomada dos debates e das ponderações acerca do que até então, vinha sendo difundido e tomado como inquestionável.

Com a história oral, coletada por meio de entrevistas com professores da área que lecionavam nesta época; Taborda de Oliveira (2002; 2003a, 2003b, 2006) levantou um panorama bem distinto na cidade de Curitiba, do cenário exposto na literatura da área, pela tendência crítica e pelo viés tecnicista da Educação Física.

Para ele, questões-chave como a opção pelo desenvolvimento do país e a expansão da Educação precisariam ser revistas. Enfim, um regime que pretendia ampliar e consolidar seu domínio pelo viés tecnocrático, assumiu uma postura de desenvolvimento nacional em perspectiva de atendimento a questões internacionais, sendo a Educação, um dos enfoques dessas políticas.

Nesse sentido, é importante enfatizar a voz dos sujeitos históricos que vivenciaram o período, para elucidar o que “contam” os registros existentes nos textos das legislações. Para Taborda de Oliveira (2003a, p.64):

O conjunto dos professores por mim entrevistados, que durante o período da ditadura militar estava se formando ou já atuava na rede escolar, simplesmente considerou a ditadura militar como um fenômeno político qualquer – uma eleição, por exemplo – sem maiores consequências para suas vidas, ainda que reconhecessem o caráter autoritário e restritivo dos governos militares. Com isso quero reafirmar que os homens e mulheres “comuns”, aqueles que não fazem parte dos meios acadêmico-intelectuais e são parte das

massas ou do povo, objeto de estudo desses meios, têm maneiras muito próprias de operar com os dados da realidade, para desencanto de alguns membros da academia.

O autor ressalta que o esporte era a principal referência das aulas de seus professores entrevistados. Este conteúdo, não era percebido pelos professores da época com o estigma do viés tecnicista. Para eles, o ensino do esporte era um conteúdo e dava legitimidade à Educação Física e à sua escolarização, conforme o excerto:

... O esporte apareceu como uma alternativa ao descaso e à improvisação que então grassavam nas aulas de Educação Física. Para a grande maioria desses professores o esporte era uma atividade educativa por excelência. Assim sendo, ele era muito mais uma alternativa positiva do que um rebaixamento do valor formativo da Educação Física escolar (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003a, p. 63).

Os estudos de Gnecco(2005) e Taborda(2003) mencionados acima constituem uma produção relevante sobre a história de formação dos professores de Educação Física. No entanto, eles apontam para inúmeros questionamentos que carecem de respostas e para a necessidade de uma revisão dos conhecimentos já existentes, com uma interpretação aprofundada sobre as mudanças importantes ocorridas nesse nível de ensino no século XX, na perspectiva da História das Disciplinas. Todavia, esse movimento investigativo é árduo. Envolve ir além do que está registrado em documentação e legislação. Exige uma imersão nos contextos das instituições pesquisadas, uma dedicação em alinhar uma massa de indícios, com cuidado e zelo e com a corroboração de novos documentos; o que resulta em uma tarefa árdua.

Assim, a presente obra colabora com a produção de pesquisa sobre o tema de formação docente em educação Física no período de 1946-88, por revisar alguns conhecimentos existentes sobre o período e por desvendar alguns questionamentos que carecem de respostas, porém sem a pretensão de esgotar as investigações sobre a temática.

Delimitações

A delimitação temporal deste estudo foi justificada pelas transformações significantes¹⁰ no percurso histórico da democratização do ensino secundário e com ele, as alterações no perfil do professor de Educação Física. As datas limites foram definidas considerando dois marcos legais de âmbito nacional, sendo o recorte mais histórico do que temático.

Para abarcar os *turning-points* entre 1946-88, o projeto foi dividido em dois momentos. O primeiro iniciou com o Decreto-Lei nº 8.530 (BRASIL, 1946a), norma que visava organizar a formação de normalistas. Esse direcionamento possibilitava ainda que assim que diplomados, os professores normalistas pudessem continuar seus estudos em “Cursos de Especialização”¹¹ em áreas da Didática e da Educação Infantil; assim como da Educação Física e da Administração Escolar. Essa era a forma tradicional de aquisição de novos conhecimentos e titulação, o que possibilitava um normalista ascender outros níveis em suas carreiras.

Neste mesmo ano, outra legislação esclareceu alguns pontos obscuros quanto à presença de práticos e instrutores no grau médio (ginásio e colegial), o Decreto-Lei nº 8.777 (BRASIL, 1946b). Esta norma dispunha sobre os preceitos legais para ministrar “disciplinas”. Vale lembrar que, a Educação Física por ser considerada “prática educativa”, e segundo um consenso de fontes¹², o que realmente se exigia para ministrar as sessões de “práticas”, neste período, era o conhecimento específico ¹³. Embora as escolas dessem

10 Significante porque, paralela e independentemente, a formação leiga em Educação Física acontecia tanto pela trajetória militar como pela civil. Pela carreira militar, os práticos que instruíam as tropas, existiam desde 1900. Também conhecidos como tarimbeiros (soldados que dormiam em estrados de madeira) eram, segundo Castro (1997), oficiais ligados à unidade militar, com pouca ou nenhuma educação superior ou conhecimentos sobre doutrinas estratégicas, táticas ou instrução; formados basicamente na vida da caserna. Pelo viés civil, conviviam os práticos carismáticos, com formação empírica; leigos que haviam sido atletas de alguma modalidade, ou ainda os instrutores autodidatas. Entre 1901 e 1916 houve a fixação de muitas academias e instituições de cultura física, em São Paulo e Rio de Janeiro, fato que associava a representação da proficiência em uma modalidade, à função de professor de Educação Física.

11 Com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos na Universidade do Brasil, o concluinte do secundário fundamental poderia se matricular no Curso Superior de Educação Física, no Curso de Técnica Desportiva ou no Curso de Treinamento e Massagem, ou ainda, um normalista diplomado matricular-se no Curso Normal de Educação Física. No decorrer histórico, outras Escolas de Educação Física abriram oportunidades de admissão de egressos do secundário para este tipo de formação.

12 Disponíveis no Parecer nº 371/1963 (SÃO PAULO, 1985, p. 246) e no Parecer nº 523/1968 (CONSELHO, 1969).

13 É uma das intencionalidades desse projeto averiguar a formação de professores da área, moldada pela exposição de saberes dos cursos normais, oferecidos por colégios e

preferência para o docente com formação oficial, havia brechas na legislação de todo o período previsto nesta obra, para compensar a demanda por docentes leigos.

Segundo o levantamento realizado na tese de doutoramento de Moreira (2013), a presença de práticos como docentes nas unidades educacionais básicas e a progressiva necessidade de professores de Educação Física com alguma formação, frente à expansão da oferta de ensino na década de 1960, desencadeou uma série de ações nas políticas educacionais, influenciando diretamente a trajetória de formação e profissionalização dos professores da área.

Até 1960, permaneceu o que havia sido promulgado pelo Decreto-Lei nº 1.212 (BRASIL, 1939); ou seja, de que a titulação desses professores poderia ser proveniente dos “Cursos Superiores de Educação Física”, “Cursos Normais de Educação Física”, “Cursos de Técnica Desportiva”, “Cursos de Treinamento e Massagem” e “Cursos de Medicina da Educação Física e dos Desportos”.

Uma das funções iniciais da Divisão de Educação Física (DEF), repartição de fiscalização e controle da área com abrangência nacional, foi a de cadastrar os profissionais por meio do “Registro de Professor” de Educação Física. Nesse período, a DEF admitia para o registro, os diplomas expedidos pela Escola de Educação Física do Exército, pelo Curso de Educação Física da Marinha de Guerra e pela Escola de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo (MOREIRA, 2013).

A partir da promulgação da LDB nº 4.024 (BRASIL, 1961), houve um empenho para melhorar a formação do professorado secundário, por meio da prescrição de várias legislações visando oficializar a necessidade de “Registro de Professor”, para se ministrarem as sessões de “práticas educativas” nas escolas.

Durante a década de 1960, o “Registro” poderia ser obtido por: titulação adquirida em “Cursos de Especializados em Educação Física”; “Cursos de Atualização”; diplomas provenientes de instituição militar aprovada pelo MEC ou do “Curso Básico de Educação Física por Correspondência”; aprovação em institutos de educação particulares e públicos da região do Oeste Paulista, a formação referenciada pela influência da USP no ensino superior. Esse apontamento é recorrente em diversas obras Gnecco (2005); Ribeiro (1999), Vaindergorn (1995); Lima e Ribeiro (2013), Correa(2016), além da edição da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, n. 111, de 1968 específica sobre o Ensino Superior no Brasil, e que neste estudo foi utilizada como fonte. .

“Exames de Suficiência em Educação Física”, avaliação direcionada aos professores autodidatas leigos ou “Autorização para lecionar Educação Física a título precário”. Todos estes permitiam que as aulas pudessem ser lecionadas, em regiões ou cidades, nas quais houvesse carência de professores da área.

Nesta segunda fase se destaca a Lei nº 5.692 (BRASIL, 1971), a Reforma de Primeiro e Segundo Graus de 1971 que ampliou a oferta de vagas para o ensino secundário e com ela, a demanda por professores de todas as áreas, inclusive para a Educação Física escolarizada. No tocante à profissionalização docente via escolas normais, esta legislação aboliu os Institutos de Educação e a formação de Especialistas e Professores para este tipo de ensino, passando a formação para atuação como docente, a ser realizada em cursos superiores das áreas específicas.

No caso da formação docente em Educação Física, além do mercado aquecido, este foi mais um dos fatores que colaborou com a crescente abertura de vários cursos superiores de Educação Física em cidades do Estado de São Paulo e por ser o objeto desse estudo, em especial a criação da Escola Municipal de Educação Física de Presidente Prudente em 1971, curso superior municipal na região do Oeste Paulista, que será tratado na segunda parte do livro.

A finalização deste segundo momento da investigação ocorreu em 1988, com a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Quarenta e dois anos após a Lei Orgânica do Normal (Decreto-Lei nº 8.530/1946), a Constituição de 1988, ao considerar Estados e Municípios como entes autônomos, pouco avançou em alguns quesitos. Perpetuou-se não somente a fragmentação de saberes dos professores em exercício (leigos e formados), mas a diferenciação de salários e jornadas dos profissionais que atuam no ciclo básico e no nível superior, além da distinção entre os planos de carreira docente nas unidades da federação, elementos propulsores (ou não) pela busca de um aprimoramento de formação.

E especificamente em relação às configurações dos saberes da docência em Educação Física, o recorte no ano de 1988 na região foi ainda reforçado, por ser o momento em que o Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais (IPEA), atual Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP) de Presidente

Prudente, incorporou o Instituto Municipal de Ensino Superior da cidade, antiga Escola Municipal de Educação Física, foco do estudo sobre instituição, desta obra.

No que diz respeito à delimitação geográfica, a pesquisa pretendeu incidir sobre os saberes da docência em Educação Física, disseminados em escolas do Oeste Paulista, tendo Presidente Prudente como a capital da Alta Sorocabana (RESENDE, 2006). Dado que as prescrições no tocante a essa formação, além de estarem centralizadas pela União até 1961 e fiscalizadas pela Divisão de Educação Física/DEF (desde 1937), eram também controladas e inspecionadas por repartições da capital paulista, como o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo (a partir de 1931), a Diretoria de Esportes (desde 1939), o Departamento de Esportes do Estado (em 1946) e posteriormente o Departamento de Educação Física e Esportes (DEFE)¹⁴, criado em 1954 entre outros (MOREIRA, 2013).

Questiona-se como houve a irradiação desse poder centralizado na cidade de São Paulo e das circunscrições projetadas pelas diretrizes educacionais curriculares frente às disputas políticas, à polissemia cultural e à realidade social e econômica de uma comunidade estabelecida em região bem interiorizada do Estado de São Paulo, distante à aproximadamente 550 km da capital. Todavia, o estudo da irradiação não foi concretizado neste trabalho, apresentando-se como uma das limitações desse estudo, já que houve a opção de se investigar os saberes de formação e a trajetória da Escola Municipal Superior de Educação Física.

Em função da escolha pelo estudo de uma instituição educacional encampada por outra; a coleta de documentação original da escola superior municipal que se tornou IMESPP, a análise de indícios de práticas de ensino, dos detalhes e das ocorrências secundárias, elementos materiais que se encontram dispersos, compreendem um esforço investigativo.

Intencionando desvelar as especificidades históricas que configuraram os saberes da área e colaborar com o avanço nas pesquisas sobre a história da escolarização da Educação Física nos vários níveis de ensino é que se pautam os capítulos dessa obra.

¹⁴ Essas repartições tem sua atuação mais contundente na capital paulista e nas cidades adjacentes (MOREIRA, 2013), como Santos, Ribeirão Preto, Campinas entre outras.

Em síntese, os capítulos 1 e 2 recortam a configuração dos saberes e formação de professores na área entre 1946-76. A sequência dos capítulos 3, 4 e 5 tem como marco inicial o ano de 1968, com a implantação da Reforma Universitária. Encerrando com uma série de mudanças no país como a nova constituição forjada no período de redemocratização (BRASIL, 1988) e com elas, o declínio da instituição pesquisada.

2. QUADRO TEORICO-METODOLÓGICO

Referencial

Após o balanço sobre o tema no período 1946-88, escolheu-se dialogar com o referencial teórico cotejado de obras da História da Educação/disciplinas/instituições: Chervel (1990), Goodson (1995), Vaidergorn (1995), Frago (2008), Bittencourt (2011), Escolano (2011); da História da Educação Física como Da Costa (1971), Gnecco (2005), Moreira (2013) e autores que se detiveram em estudos locais como Abreu (1972), Leite (1972), Resende (1992, 2005), Ribeiro (1999), Macedo (2013, 2016), Alegre (2006), Lima e Ribeiro (2013) e Oliveira (2014).

Relevante ressaltar do referencial teórico ligado a História da Educação, o entendimento de “currículo” e “disciplina”, adotados neste estudo. Nesta perspectiva, sugere-se como “currículo”, o curso aparente ou oficial de estudos a ser seguido, composto por uma série de documentos sobre variados assuntos e níveis, com metas e objetivos, conjuntos e roteiros que constituem normas, regulamentos e princípios que orientam o que deve ser lecionado (GOODSON, 1995).

Segundo Goodson (1995, p. 27; 113), o “currículo escrito é um exemplo perfeito sobre a invenção da tradição”. Não como algo pronto de uma só vez, mas algo a ser defendido, que com o tempo e as mistificações tende a se construir e reconstruir, tornando sua forma e conteúdo uma orientação tradicional ou mesmo uma prescrição. O “currículo escrito” se torna um testemunho, uma fonte documental, um mapa do terreno sujeito a modificações. E que constitui também um dos melhores roteiros para a estrutura institucionalizada da escolarização (GOODSON, 1995, p. 21). Já o “currículo ativo” seria aquele vivenciado em atividades de sala de aula ou outros espaços, que ainda está sujeito a ser sobrecarregado por atividades extras, que não estavam definidas ou previstas no currículo letivo, de determinada disciplina.

O mesmo autor alerta para a dicotomia entre o “currículo escrito” e o “currículo ativo”, ressaltando a existência de um conflito social, que envolve a modelação de forças dos atores sociais, em reação às políticas e às reformas

educativas implantadas no meio escolar e as versões de “currículo” produzidas, negociadas, impostas e/ou reproduzidas no decorrer da História da Educação.

Além de fazer reflexões sobre o “currículo”, o mesmo autor debate sobre o tema “disciplina escolar”, questionando-as e desmistificando-as como entidades monolíticas, ao introduzir a ideia de que possam ser amálgamas sujeitos a mudanças, e que por meio das controvérsias e compromisso, também influenciam a direção dessas mudanças (GOODSON, 1995). Concepção esta acompanhada por Frago (2008) e Chervel (1990).

O entendimento sobre a divergência entre o currículo escrito e/ou prescrito e o currículo ativo possibilita estudar com mais acuro e cuidado, as generalizações existentes na literatura, em relação aos conteúdos disseminados pela formação de professores e ocorridos na Educação Física do cotidiano. Outro elemento importante que também colabora para a compreensão do que é discurso com base em prescrição e o que ocorre na prática, são as investigações sobre as disciplinas escolarizadas.

As “disciplinas” para Goodson (1995) designam formas de conhecimentos próprios das tradições acadêmicas e as “matérias escolares”, conhecimentos deixados para outros níveis de ensino. Segundo as interpretações de Bittencourt (2011) e Frago (2008), quando Goodson (1995) diferencia “disciplina” de “matérias escolares” está indicando duas situações distintas. Uma delas é de que, muito do trabalhado na escola nem sempre está vinculado a uma disciplina-base ou ciência de referência, e por este motivo acaba por se constituir em um saber forjado por uma comunidade autônoma, com múltiplas interferências dos próprios professores da área, da administração escolar e das demandas sociais. A outra é a de que Goodson(1995) possa estar evidenciando a possibilidade de existência de “disciplinas ou matérias que não podem receber a aplicação da expressão disciplina escolar (FRAGO, 2008, p. 200)”.

Assim como na tese (MOREIRA, 2013), este estudo destacou a conceituação de Chervel (1990) sobre “disciplina”, a qual relaciona-se com as transformações produzidas, não somente em decorrência dos processos históricos, mas também às mudanças oriundas de disputas de conotação político-social. Independente do campo em que se encontre uma disciplina, ela “é um modo de disciplinar o espírito, dar-lhe método e regras para abordar

diferentes domínios de pensamento, conhecimento e arte” (CHERVEL, 1990, p. 5).

Evidenciando o “caráter eminentemente criativo do sistema escolar” ¹⁵ e o conjunto cultural original dos saberes escolares; o autor diferencia as disciplinas escolares das disciplinas acadêmicas. Chervel (1990) considera “disciplina acadêmica”, o conhecimento em nível superior e, “disciplina escolar” e/ou “matéria”, o conhecimento em situações de ensino básico. O autor sugere as “disciplinas escolares” como entidades epistemológicas relativamente autônomas, cujo estudo não deveria se deter somente nas decisões, nas influências e legitimações de âmbito externo, seja científico, erudito ou acadêmico, mas considerando as relações de poder intrínsecas ao ambiente escolar particularizado.

Por este viés, a seleção de conteúdos escolares, vai além das finalidades específicas ou dos objetivos das ciências de referência para estas disciplinas escolares/matérias. Dependem também de um complexo sistema de valores e interesses das políticas públicas vigentes e das próprias escolas, dos professores que as ministram e, do papel por elas desempenhado na sociedade e em seu entorno (BITTENCOURT, 2011).

André Chervel (1990) assevera que a História das Disciplinas Escolares não é obrigada a cobrir a totalidade dos ensinamentos. Mesmo que seu foco principal seja o estudo dos conteúdos, o papel da investigação em História das Disciplinas é mais amplo, por relacionar esses ensinamentos com as finalidades às quais eles estão designados e com os resultados concretos que eles produzem.

Nesta mesma linha, Frago (2008, p. 204) considera as “disciplinas” como organismos vivos, no sentido de que também nascem, desenvolvem-se,

¹⁵ Chervel (1990) se contrapõe à concepção de que o ensino escolar simplifica, adaptada ou vulgariza os conteúdos de uma ciência de referência, objetivando que os jovens assimilem mais rápido, melhor possível, a maior porção. Criticando a ideia de que a escola é um lugar de conservadorismo, inércia e rotina; para o autor, a escola desempenha um papel de natureza diversa a reprodução do saber da ciência de referência e das práticas dos adultos, ela forma indivíduos e molda-os com um conjunto cultural, que não seria possível sem que houvesse o seu acesso a este ambiente. Nesse sentido, vale ressaltar que muitas das práticas sociais e culturais possibilitadas pelos jogos, brincadeiras, ginásticas, danças e modalidades esportivas oferecidas na Educação Física representam para alguns jovens, uma das poucas possibilidades de contato com esses saberes, que não ocorreria se estes não fossem oferecidos no ambiente escolar.

evoluem, transformam-se e desaparecerem, competindo entre si, relacionando-se e intercambiando-se.

Em tese, Moreira (2013) aponta que a perspectiva de Viñao Frago se aproxima em dois pontos com a de Chervel. No primeiro aspecto quando Frago menciona as disciplinas como fonte de poder social e acadêmico e como segunda semelhança, quando ambos os autores tratam a disciplina como uma apropriação de conhecimentos realizada por grupos de professores, que os moldam para lidar com seu saber específico.

Concorda-se com as abordagens de Chervel (1990) e Goodson (1995), quando afirmam que o conjunto de saberes evocados pelos professores para contemplar a dicotomia dos currículos, amplifica a concepção de disciplina escolar. Elas deixam de se constituir uma mera “transposição didática”¹⁶ de um saber erudito e científico, para tornarem-se uma “mediação pedagógica”, que não se limita a reproduzir conteúdo ou currículo, mas por adaptar-se, transformando e criando saberes e culturas próprias (GOODSON, 1995; CHERVEL, 1990).

Realizadas estas considerações e reafirmando o compromisso desse estudo com a docência em Educação Física, com os saberes experienciais dos professores e com os currículos praticados na formação docente da área; pressupõe-se que o desvelamento dos currículos escritos e ativos das disciplinas acadêmicas e escolares; os materiais, equipamentos, recursos e tecnologias pedagógicas; bem como os indícios das práticas de ensino na formação docente possam revelar possibilidades metodológicas e didáticas mais fecundas.

Procedimentos metodológicos

Considerando os objetivos do trabalho, optou-se por uma investigação de natureza qualitativa exploratória, no sentido de recuperar o que há de produção acerca do tema e decidir sobre a trajetória metodológica viável, apresentando as escolhas realizadas, em termos de referencial teórico para análise e discussão e de delimitações temporal e geográfica.

¹⁶A noção de “transposição didática” foi proferida por Chevallard (2007), representando uma adaptação entre o saber acadêmico e o saber escolar, sendo que numa hierarquia de conhecimentos, a disciplina escolar estaria em uma hierarquia inferior, como um saber de segunda classe.

Descritos esses passos, o procedimento enfocou a realização de uma pesquisa documental. Esse tipo de investigação para Severino (2007, p.122) representa a busca por fontes primárias, ou seja:

[...] documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Para o presente estudo foram utilizados: decretos, legislações, pareceres do Conselho Estadual de Educação (CEE) entre outras normas publicadas em Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP) e “JusBrasil” (acervo virtual de legislação nacional e estadual), no “esporte.gov”, no Portal do Senado, no Portal da Prefeitura de Presidente Prudente, em conteúdo digital da Universidade Estadual Paulista na página da Faculdade de Ciências e Tecnologia/FCT e do Laboratório de Informática Aplicada a Gestão Educacional/IAGE/Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara/FCLAR.

A utilização da legislação como fonte primária é passível de sofrer crítica por ser limitada para a compreensão dos saberes disseminados, das práticas de ensino realizadas e do funcionamento efetivo das instituições educacionais de formação docente; embora colaborem na compreensão das tentativas do Poder Público de ordenamento e configuração do ensino.

A legislação oferece um conhecimento prescrito sobre um assunto, algo que deve ser cumprido, porém concorda-se com Goodson (1995), por que asseverar a existência de uma lacuna entre o que é escrito nas normativas e o que é praticado, em termos de currículo.

Para minimizar essa vicissitude, procedeu-se então a um levantamento bibliográfico sobre instituições de ensino superior (IES) na área, dentro das limitações temporais e geográficas e também a busca de documentação original de uma IES de Educação Física, com pouca publicação a seu respeito: o Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente (IMESPP).

Na pesquisa bibliográfica se notou que, tanto a Escola Superior Municipal de Presidente Prudente (ESMPP), instituição que deu origem ao IMESPP são somente citados brevemente em livros, dissertações, teses, artigos e outros materiais acadêmicos sobre a UNESP, assim como mencionados com pouco aprofundamento por pesquisadores locais. Às vezes duas linhas, outras, apenas um parágrafo. Entretanto, havia e ainda há muita documentação original sobre o IMESPP, porém dispersa; mas capaz de alinhar estudos de maior âmbito.

Ainda no levantamento bibliográfico foi recuperado um material denso em termos de transcrições de depoimentos de professores, funcionários, ex-alunos da FCT/UNESP, organizado por Alegre (2006) e publicado pela própria unidade. Este material contém entrevistas representativas para o entendimento também do IMESPP. Todavia a interlocução com as entrevistas publicadas e os documentos fragmentados enunciaram a necessidade de se trabalhar com evidências; levando-nos a estudar o “paradigma evidenciário” de Ginzburg (1989, p. 149), “método interpretativo centrado nos resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores”.

Em relação à investigação da instituição IMESPP foi uma etapa importante aglutinar informações a esse respeito, pesquisar em outros suportes que não apenas documentos, legislações ou livros, extraíndo deles “algum tipo de sinalização” para encontrar evidências.

Na tentativa de expor para o público interno da UNESP a busca por fontes primárias a respeito do IMESPP, no ano de 2015 foi organizada pela pesquisadora uma exposição sobre cultura material da Educação Física na Biblioteca da FCT/UNESP. Esse evento contribuiu na divulgação da pesquisa e na busca por fontes primárias sobre o Instituto, revertendo na doação de material docente de dois professores aposentados do IMESPP. Constam nestes acervos muitas respostas sobre a configuração de saberes docentes sendo aqui categorizados como “Fontes de formação, profissionalização e indícios de práticas de ensino superior”. Com possibilidades para a compreensão tanto específica da unidade quanto para o entendimento de processos que poderiam ocorrer em outras Instituições de Ensino Superior (IES).

Também foram realizadas visitas aos resquícios do Instituto que se mantiveram nas instalações atuais dos cursos de Educação Física e Fisioterapia existentes em ambos os Departamentos localizados no Bloco 3 da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente. Também foi vasculhado o acervo físico da Biblioteca da unidade e pesquisado o acervo virtual Athena/UNESP sobre as possíveis obras que pertenceram a instituição estudada.

Essas medidas não foram suficientes para minimizar a fragmentação de informações e por este motivo buscou-se o Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto de Presidente Prudente, onde a pesquisadora participou de um curso de 30h, com certificação, oferecido pela Prefeitura anualmente, sobre História de Presidente Prudente ministrado pelo Professor Ronaldo Macedo (2013; 2016) e que tem sido oferecido anualmente a todos os cidadãos, que se interessam pela História local. No Museu foi possível o contato com uma cuidadosa e organizada coleção de jornais locais: Oeste, Imparcial, Correio Sorocabana, Voz do Povo.

Embora não seja um item existente da metodologia original deste trabalho, acreditou-se que um levantamento pontual (com datas específicas) em jornais ajudaria a entender algumas questões relacionadas à Educação Física escolarizada do primeiro período desta investigação. Escolheu-se “O Imparcial”, por ser um dos jornais com maior periodização preservada (desde 1939- atual), o qual noticiava diversos fatos jornalísticos da cidade, reimprimindo notícias da capital ou de Brasília, além de propaganda e uma coluna específica sobre esportes.

Utilizar o suporte jornal como fonte requer alguns cuidados, dentre eles: verificar qual o discurso de sua linha editorial; afiliações filosóficas, políticas, sociais e culturais; entender sua circulação entre outros quesitos. Para o município de Presidente Prudente, Abreu (1972) salienta a importância do jornal Imparcial revelando que, como os atos públicos municipais (balanço, editais de concorrência, entre outros de Prudente e de prefeituras de outras cidades da Alta Sorocabana) e os atos de poder judiciários deveriam ser obrigatoriamente publicados em veículo de domínio público com grande circulação; e como não havia em Prudente um Diário Oficial do município ou

outros meios tecnológicos de divulgação na cidade na periodização deste estudo; o jornal “O Imparcial” publicava esses atos, constituindo um serviço, e que para o jornal revertia em uma importante fonte de renda para que a periodicidade do veículo fosse mantida.

Segundo Leite (1972, p. 196), “O Imparcial” foi o jornal que alcançou maior circulação pelo número de assinantes na década de 1970, com 6.500 exemplares diários. Das 5770 assinaturas do jornal, 62,5% ficavam na cidade, 8,9% eram enviadas para a capital do Estado sendo que o restante era distribuído por 23 cidades e três distritos da Alta Sorocabana.

Sua coleção também pode ser encontrada na UNESP (1969 a 1993). Todavia, optou-se pela pesquisa no Museu em função da coleção abranger a periodização deste estudo. Em seu acervo, no período entre 1946 a 1988 existem 102 caixas desse jornal, que exige do pesquisador a utilização de luvas e máscara, abrangendo exemplares relacionados ao esporte e escola das décadas de 1940-50.

Descrevendo os exemplares que foram pesquisados, eles são compostos por quatro páginas, sendo que enquanto há uma coluna específica de esportes no jornal e não há um espaço específico direcionado à Educação. É um material com grande número de propagandas. Devido a sua composição tipográfica, a notícia é inserida “aonde ela cabe”, tornando a mídia um mosaico de informações pouco organizadas, o que dificultou a leitura, demandando grande tempo gasto com este tipo solitário de pesquisa.

Havia material nos jornais. Havia muito material, contudo disperso. O enfrentamento desta situação envolveu recrutar graduandos e aprender a lidar “profissionalmente” com massa de informações, por meio de um curso sobre estratégias de busca e recuperação utilizando competências informacionais, oferecido pela Biblioteca/FCT/UNESP. Enquanto desenvolvia a pesquisa com jornais de datas específicas, uma das graduandas passou a perscrutar o acervo físico da Biblioteca. Em 2017, o projeto histórico foi agraciado com uma bolsa de PIBIC JR/Ensino Médio, e com isso, um aluno da ETEC Prof. Adolpho Arruda Melo passou a fazer parte dessa investigação. Quanto às pesquisadoras graduandas, uma delas investiu neste estudo como seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Quanto ao acervo físico da Biblioteca da FCT, é de conhecimento geral que quando houve a encampação do IMESPP pela UNESP em 1988, o acervo do instituto foi absorvido por ela, e essa informação evidenciou a possibilidade de desvendar os saberes da cultura material por meio dos livros usados e indicados pelos professores da Escola Superior/IMESPP aos seus alunos.

Sabendo que o gerenciamento de acervos em bibliotecas obedece um padrão internacional e que, neste caso a Educação Física e seus documentos recebem uma classificação e ordenação arquivística de assuntos; ao visitar o acervo da área na Biblioteca da FCT/UNESP e folhear algumas das obras (em especial aquelas encapadas com corino vermelho) percebeu-se que estas eram as obras mais antigas da área e que possuíam em seu interior o carimbo da antiga instituição do IMESPP.

No entanto, a descoberta tinha uma série de limitações. Dentre elas, a limitação física e temporal que representava baixar literalmente e verificar todo o material existente em prateleiras e prateleiras expostas em dois longos corredores, o que seria inviável. Essa dificuldade foi levada à direção da Biblioteca da FCT. Conversando com a responsável sobre a possibilidade da existência de uma listagem dos livros da graduação de Educação Física do IMESPP, que saíram da biblioteca do IMESPP para a biblioteca da FCT em 1988, essa hipótese resultou novamente em uma conjectura sem sucesso. Porém, dessa interlocução surgiu a ideia de mapear os livros usados e recomendados no curso por meio de levantamento em base de dados *on-line* usando vocabulário controlado, voltado a temática da área de Educação Física.

Segundo o portal do FINEP (sem data):

O vocabulário controlado é um instrumento de controle terminológico que estabelece a forma de representar os termos que compõem um conjunto de áreas do conhecimento, tornando possível maior coerência entre os termos indexados. Os termos podem ser acessados por ordem alfabética ou digitando o termo específico. Cada termo apresenta seus relacionamentos com outros termos.

A definição de “vocabulário controlado” remete a disponibilização por um coletivo de Bibliotecas (USP, UNESP, entre outras), de uma macroestrutura

com as relações lógico-semânticas das diversas áreas de conhecimento e com as terminologias que todo o coletivo usa, em seus diferentes níveis.

Embora o termo vocabulário controlado sugestione restrição, acessá-lo é uma ação de domínio público. Assim, por meio de sua utilização, observou-se que o material de Educação Física encontrava-se na grande área da Saúde, com duas entradas para se pesquisar: Educação Física e Esportes, sendo que nesta última podem ser encontradas subestruturas, que serão detalhadas no último capítulo desse estudo.

Vocabulário Controlado do SIBi/USP		
Ordem Hierárquica dos Assuntos		
DEDALUS	Código da Macroestrutura	Assunto
	CB311	- EDUCAÇÃO FÍSICA <==
	CB311.1	- APTIDÃO FÍSICA
	CB311.2	- ATIVIDADE FÍSICA NA EMPRESA
	CB311.3	- ATIVIDADE MOTORA
	CB311.4	- CINESIOTERAPIA
	CB311.5	- CINESIOLOGIA
	CB311.6	- CONDICIONAMENTO FÍSICO
	CB311.7	- CONTROLE MOTOR
	CB311.8	- COORDENAÇÃO MOTORA
	CB311.9	- CORPO (EDUCAÇÃO FÍSICA)
	CB311.10	- EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR
	CB311.11	- EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA
	CB311.12	- EDUCAÇÃO FÍSICA FEMININA
	CB311.13	- EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL
	CB311.14	- EDUCAÇÃO FÍSICA MASCULINA
	CB311.17	- ERGOMETRIA
	CB311.18	- ERGONOMIA (EDUCAÇÃO FÍSICA)
	CB311.19	- FISILOGIA DO EXERCÍCIO
	CB311.20	- GINÁSTICA CORRETIVA
	CB311.21	- HABILIDADES MOTORAS (EDUCAÇÃO FÍSICA)
	CB311.22	- MEDIDAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA
	CB311.23	- POSTURA
	CB311.24	- APRENDIZAGEM MOTORA
	CB311.25	- HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA
	CB311.26	- ATIVIDADE FÍSICA

[Menu](#) [Pesquisar no DEDALUS](#) [Macroestrutura](#)

Figura 1: Pesquisa utilizando a entrada: Educação Física. Disponível em: <<http://143.107.154.62/Vocab/Sibix652.dll/ARV?Hier=CB311>> Acesso em 27 mar. 2018.

Esse preciosismo na descrição do procedimento metodológico para confecção do livro é intencional, pois as bibliotecas desse coletivo estão estruturadas pelo vocabulário controlado da USP, e isso é mais uma das evidências da influência desta instituição na modelagem do ensino superior na área da Educação Física. Corroboram com esta afirmação, os estudos de Vaidergorn (1995); Ribeiro(1999); Souza (2008) entre outros autores que se

dedicam(ram) a investigar a História das Instituições Educacionais e que apontaram esta mesma constatação, em outras áreas.

Assim, os títulos de obras que faziam parte da biblioteca do IMESPP, que pretensamente disseminavam os saberes necessários à formação docente, foram encontrados a partir da pesquisa na base de dados Athena, e com essa recuperação pode-se desvendar algumas das ideias pedagógicas sobre Educação Física, a partir da organização de sua literatura.

Esta estratégia permitiu que alguns dos objetivos deste estudo fossem alcançados, já que a intenção era de investigar a configuração de saberes na docência em Educação Física. Desde o modo como estes eram articulados, organizados, valorizados; quais as representações que estes saberes evocam em um coletivo; como esses saberes refletem em seu modo de “viver”; como um conjunto de objetos podem refletir esse “viver”, dentro de um período temporal. Essa concepção vai ao encontro do conceito de cultura material.

Explicitado o processo que desencadeou o procedimento metodológico da pesquisa, a interpretação dos dados buscou encontrar subsídios no conjunto de fontes e referencial teórico para que as contribuições deste estudo pudessem ter satisfatória relação com eventos relativos a Educação Física e a configuração de saberes de sua docência, sem o deslocamento do contexto educacional histórico a que estava imersa: a cidade de Presidente Prudente.

CAPÍTULO 1.

PRESIDENTE PRUDENTE: breve contextualização

CAPITAL DA ALTA SOROCABANA. Como a boa semente lançada em terra fértil, Prudente surgiu pujante de vitalidade, num soberbo desenvolvimento e bem no centro de uma zona que era considerada selvagem. E que surto maravilhoso! Que crescimento extraordinário! Quem como eu, conheceu a cidade de Pres. Prudente em 932 e a revê hoje, após o curto intervalo, apenas de catorze anos, pode bem avaliar e bem sentir o seu progresso em todas as suas modalidades. ARRUDA MELO (Jornal Imparcial, 6-1-1946, 3ª página-acervo Museu e Arquivo Histórico Municipal).

A criação da cidade de Presidente Prudente está intimamente relacionada à preocupação de desenvolver na região, um entreposto de negociação de terras. Os 556 quilômetros que separam Prudente da capital São Paulo contribuíram para um certo abandono da região em função da distância e do acesso precário, assim como um afastamento político do governo estadual pela ausência de gestão administrativa que incentivasse a ocupação territorial e/ou a fiscalizasse.

A existência de terras devolutas, sem destinação pelo poder público, tornou a região suscetível às ações de grilagem e outras formas de apropriação, assim como ocasionou a especulação imobiliária pelo baixo preço de negociação. A irradiação da cultura do café, pelo território paulista no século XIX até meados do século XX, estimulou o avanço econômico à regiões dispersas do Estado, seguindo o rastro da terra roxa. Entretanto, em concomitância a ocupação e expansão cafeeira; no caso do Oeste Paulista, a lavoura do algodão foi à cultura, que tornou promissora a região de Prudente.

Durante o que o historiador local Ronaldo Macedo (2013, 2016) denomina como: “segunda onda colonizadora do Estado de São Paulo”, a Estrada de Ferro Sorocabana e as Companhias de Colonização atraíram pioneiros para a gleba de terra loteada por Francisco de Paula Goulart em 1917. A inauguração de três estações e três postos telegráficos (Regente Feijó, Presidente Prudente e Guaruaia) em 1919, acelerou a transição do núcleo urbano criado a partir do

“pouso”¹⁷, para “Vila Goulart” em 1923. Com o decorrer de mais quatro anos, a “vila” tornou-se “município” e muito rapidamente “capital regional de governo”.

Diferentemente de outras cidades paulistas, o ciclo do algodão trouxe e desenvolveu na região, o comércio; impulsionando a autonomia econômica da cidade, tendo a constituição de sua Associação Comercial em 1927, apenas dez anos após a fundação de Presidente Prudente.

Outro apontamento que reforça a autonomia de Prudente foi a instalação da fábrica do Matarazzo, em 1937 nos galpões da Cia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio. Tendo como fonte o jornal “O Imparcial” foi possível perceber que o comércio e a exportação de produtos locais foram facilitados, pela sua imediação à estação de trem, que interligava todo Estado.

Esse comércio promoveu a urbanização da cidade, o giro de capital, a abertura de novos postos de trabalho, a fixação de mão de obra, o aumento na arrecadação de impostos e o estabelecimento de uma hierarquia social distinta, daquela existente nos primórdios da vila.

Macedo (2013, 2016) aponta que até 1950, o único transporte para a região era a ferrovia; permitindo a inferência de que a Estrada de Ferro Sorocabana, como um dos fatores responsáveis pelo crescimento vertiginoso de algumas cidades, no caso Presidente Prudente, revelando um processo diverso daquele ocorrido na “primeira onda de colonização do Estado” (MACEDO, 2013, 2016). Na década seguinte é que os municípios de São Paulo passaram a ser integrados plenamente ao Estado com a abertura de estradas, pois até então somente existiam caminhos indígenas, muitas vezes de difícil acesso.

17 Historicamente no Brasil, as cidades têm sido constituídas a partir do estabelecimento de um núcleo urbano iniciado com duas ou três casas. O “pouso” ou “patrimônio” atrai a instalação de um núcleo religioso, “uma capelinha” na qual os serviços ocorrem de forma esporádica. À medida que o núcleo patrimonial vai tomando vulto, a capela ganha um padre regular, criando uma “freguesia”, compondo a paróquia e a diocese. O núcleo inicial torna-se “vila”; depois “distrito de paz”, “distrito policial” chegando a “cidade”, momento no qual é estabelecida uma estrutura de abastecimento comercial e administrativa. Daí em diante, a “cidade” pode evoluir para “distrito”, posteriormente para “município”, depois “comarca”, com a instalação de um fórum e sede de justiça; chegando até a tornar-se “capital regional de governo”. Essa evolução dos núcleos urbanos tem sido um processo longo; diferindo todavia em Presidente Prudente.



Figura 2: Estrada Boiadeira derivada de caminhos indígenas, principal interligação do oeste paulista. Em Presidente Prudente, o percurso entre o que é hoje nomeada como Rua Manuel Goulart, passando pela FCT/UNESP à Rua Álvares Machado, todo o trajeto era trecho da Estrada Boiadeira (MACEDO, 2013,2016). Essas rotas são anteriores ao traçado do centro da cidade atual, por já existirem como trilhas da zona rural local. Na década de 1950, os pontos mencionados e seus respectivos entornos passam a compor a Zona Oeste da cidade. Nesta época, considerados como regiões de desbarrancamento por ficarem no fundo do vale, esses bairros além da linha do trem, representavam a periferia da cidade. O mesmo teórico aponta que na região da Alta Sorocabana, outros trechos da Estrada Boiadeira se tornaram grandes rodovias. Fonte: Museu e Arquivo Histórico Municipal, sem data.

Ao final de 1950, começou a decadência do ciclo do algodão, sendo substituído pelo cultivo do amendoim; depois pela cultura do milho e posteriormente pelo comércio da carne frigorificada. Neste período, havia muita importação, e como demorava a chegada de produtos à região, a cidade e seu entorno começaram a produzi-los localmente. O comércio novamente se fortaleceu e Prudente se tornou centro receptor e abastecedor de mercadorias e serviços. Em um primeiro período, a cidade escoava sua produção pela ferrovia e depois, pelas estradas e rodovias.

Entre 1970-80 houve um crescimento demográfico na cidade, com a diversificação do setor terciário. Porém, o apogeu de Prudente pelo ciclo do gado terminou em 1990, implicando diretamente na riqueza da cidade, o que ocasionou novos desdobramentos políticos, sociais, culturais e educacionais, extrapolando a periodização deste estudo e por isso não sendo abordados.

Em suma, Presidente Prudente em um curto espaço de tempo tornou-se um centro de serviços, sede da Companhia de Loteadores e “comarca”, sede

de assuntos jurídicos. Com destaque regional, a cidade foi impulsionada a partir do beneficiamento de produtos agrícolas e do surgimento de comércio e serviços ligados à produção agropastoril (ABREU, 1972; MACEDO, 2013, 2016).

Essa contextualização sobre a constituição da cidade é fundamental para o entendimento das dinâmicas existentes entre os processos políticos, sociais e os educacionais, bem como para a compreensão sobre o desenvolvimento de uma cultura corporal e esportiva local, com seus desdobramentos para a área da Educação Física.



Figura 3: Centro da cidade de Presidente Prudente em 1950. Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Municipal.

CAPÍTULO 2.

SABERES NA DOCÊNCIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP (1946-1976)

Tem-se como ponto de partida, a oferta do ensino primário público pelo primeiro grupo escolar da cidade, em 1925, sem que tivesse uma sede¹⁸ própria. As demandas para escolarização, a distância da capital paulista e a caracterização de Prudente como polo de atração regional fizeram com que muitas professoras primárias viessem trabalhar na cidade (RESENDE, 1992, 2005; RIBEIRO, 1999; MACEDO, 2013, 2016).

Embora não seja o enfoque desse trabalho aprofundar-se nesta etapa da escolarização, é relevante deixar reconhecida sua intrínseca relação com os outros níveis de ensino e com a formação docente para atuar em todos eles.

Rememorando o ano de fundação do primeiro grupo de Presidente Prudente e relacionando-o com o momento da queda do governo de Washington Luís pela Revolução de 1930, com a qual Getúlio Vargas (1930-1945) assumiu o poder; alterações importantes ocorreram dentro da História da Educação Nacional com reflexos locais.

Vale ressaltar que nas décadas de 1920-30 ocorreram disputas por reformas educacionais e que a:

[...] tentativa de ampliar, quantitativamente e qualitativamente, a influência da escola primária “integral”, e o esforço para disseminar o ensino técnico-profissional, representam os dois principais núcleos do entusiasmo educacional e, em parte, do otimismo pedagógico. São principais – convém explicar – porque dominaram na esfera estadual e porque os estados foram, no período, a vanguarda do pensamento e das realizações educacionais. (NAGLE, 2001, p.154).

Ainda para Nagle (2001), que caracteriza essas reformas em dois movimentos. O primeiro identificado como “entusiasmo educacional”, caracterizado pela multiplicação das instituições escolares e disseminação da educação melhorando a estrutura física do ensino público, a formação dos

¹⁸ Esta somente foi construída em 1938, sendo que na atualidade a edificação abriga a ETEC Prof. Adolpho Arruda Melo (ABREU, 1972, p. 186).

professores e também a necessidade de criação de órgãos de inspeção e controle. Já o segundo movimento é o “otimismo pedagógico”, o qual está relacionado a apropriação das ideias do Escolanovismo no Brasil, com a inserção de metodologias pedagógicas diferenciadas como o método experimental¹⁹.

Segundo Nagle (2001), esses fatos possibilitaram uma reconfiguração do ensino público, o que pode ser corroborado com a promulgação do Decreto nº 19.890 em 1931. Por meio desta prescrição ocorreu uma reformulação nacional no ensino secundário, dando-lhe dupla finalidade, ou seja, tanto um caráter de formação geral ao educando, como de preparação para o ensino superior. Nesta mesma data, foi promulgado também o Estatuto das Universidades Brasileiras pelo Decreto nº 19 851 (PILETTI, 1995). No ano seguinte, Fernando Azevedo redigiu o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, com o apoio de 25 educadores. Este é um documento bastante significativo no período, por apontar a necessidade urgente de uma reorganização do ensino em consonância com a realidade do país, priorizando a função social da educação pública, como principal contribuição para formação de uma sociedade mais justa.

Para dar conta da efervescência educacional ocasionada pelo entusiasmo educacional e pelo otimismo pedagógico, havia a premência de

19 Vale assinalar que a ginástica era a prática escolarizada da Educação Física nos programas de ensino das escolas primárias entre as décadas de 1920 a meados de 1950. No Plano de Ensino, publicado por Lourenço Filho em 1922, a Metodologia experimental da Educação Física estava voltada ao oferecimento da ginástica. Neste texto, Lourenço Filho (2001, p.68) menciona como deve ser entendida a educação do corpo: não para formar atletas, mas homens equilibrados e sãos. Em Presidente Prudente, na década de 1930 a educação física e a ginástica não apareciam no currículo do primeiro grupo escolar da cidade (RIBEIRO, 1999, p. 32), assim como não havia menção no edital para construção do prédio próprio da unidade, de instalações para educação física. (RIBEIRO, 1999, p. 35). Embora organizada em espaços improvisados foi valorizada como elemento promocional tanto de políticas públicas como institucionais, o que pode ser constatado na reunião da Comissão presidida pelo delegado regional de ensino Milton Tolosa em 1934 para difundir o ensino das escolas primárias de Presidente Prudente e região. Neste evento de planejamento de atuação foi detalhada uma comissão específica de excursões escolares e educação física/jogos, com a participação dos professores da área Leão Alvares Lobo, Dagmar Costa, Joaquim da Cruz Palão e Luiz Gonzaga de Camargo. (RIBEIRO, 1999, p. 34). No ano seguinte foi organizado pelos três grupos escolares da cidade de Prudente um evento comemorativo do sete de setembro do qual fazia parte da programação apresentação de alunos de Gymnástica sueca, corridas variadas, jogos, disputa de bola ao cesto, entre outras manifestações de corporeidade (RIBEIRO, 1999, p. 42).

formar professores e o cumprimento da Lei Orgânica do Ensino Normal (BRASIL, 1946a), que almejava organizar para tal fenômeno.

2.1. Os cursos secundários antecedentes à formação de terceiro grau (1946-1976)

Intencionando desvelar os saberes disciplinados pela Educação Física na cidade, buscou-se recuperar as escolas secundárias estabelecidas no período 1946-1976. Em especial, os cursos normais locais oferecidos pelas instituições, já que esta titulação era requisito para continuidade nos estudos superiores de curta ou longa duração.

O ensino secundário de iniciativa pública e/ou particular foi uma evocação da sociedade prudentina, representada e registrada nos discursos existentes das fontes pesquisadas. O clamor pela constituição de uma Escola Normal apontava a demanda em Presidente Prudente por professores, com a intenção de prover o ensino primário; e como já mencionado anteriormente, a existência dessa etapa é o que historicamente desencadeia os outros níveis de ensino, inclusive da formação docente para atuar em todos eles.

Afinal o entusiasmo educacional do movimento escolanovista que ressaltava a importância da alfabetização para o progresso da nação, também ocorreu em Presidente Prudente (PILETTI, 1995; RESENDE, 1999, 2006; RIBEIRO, 1999 e NAGLE, 2001).

Na primeira metade do século vinte, as poucas escolas de professoras primárias que existiam no país, “exportavam” suas formandas para todos os cantos dos estados brasileiros. Presidente Prudente foi uma das cidades que as recebeu nesse período, vindas principalmente das cidades de Botucatu, Tietê e Tatuí (RESENDE, 2005, p. 177).

Mas Prudente intencionava tornar-se “capital cultural da Alta Sorocabana” (RESENDE, 2005), e para isso, havia a necessidade de formar professores e professoras na própria cidade. Como em um jogo sequencial, era premente o estabelecimento de escolas normais, objetivo que exigia mecanismos de

mobilização das várias instâncias do poder e da sociedade, assim como adequação à legislação, atendimento às orientações do Estado, construção de prédios, contratação de professores entre outros arranjos políticos, financeiros, patrimoniais, educacionais, sociais e culturais.

Na década de 1940, o currículo das escolas normais obedecia ao norteamento da Secretaria de Educação de São Paulo, capital, tendo como estrutura modelar para as Escolas Normais: o Instituto de Educação Caetano de Campos²⁰, com sua escola de professores, cursos de formação para professores primários e secundários, além de especialização para diretores e inspetores, graças ao Decreto nº 5.846, de 21 de fevereiro de 1933.

Os cursos normais públicos visavam formar profissionalmente e ampliar o grau de instrução dos professores primários, sendo oferecidos por grandes cidades centralizadoras de uma região. Pelos cursos normais serem considerados uma instrução diferenciada ou elitizada, esse fato levava os alunos a se deslocarem ou a morarem nesses locais, para a obtenção de um diploma, na época muito mais do que apenas “um papel”.

No caso dos rapazes, sua formação no Normal representava transpor um patamar que permitia o acesso aos estudos de terceiro grau em alguma das disciplinas escolares para trabalhar no ensino secundário, ou para tornar-se diretor de uma unidade.

Já para as moças de bom poder aquisitivo significava aprimorar sua educação. No ideário estereotipado da época, esses cursos formavam “boas mães e donas de casa” (ALMEIDA, 1995, p. 671). Quanto às jovens de situação menos privilegiada, a dinâmica era outra; elas se dirigiam ao curso em busca de um diploma que lhes permitisse uma profissão que as sustentassem (ALMEIDA, 1995).

Em Presidente Prudente, as normalistas eram de classe média e de classe alta, filhas de fazendeiros, profissionais liberais e funcionários públicos

20 Interessante destacar a fala de Alvanir Figueiredo, um dos idealizadores da Escola Municipal de Educação Física/IMESPP/UNESP, sobre a Universidade de São Paulo. “... Surgida em 34, na Praça da República, escola Caetano de Campos, ela já estava nesta altura, na Maria Antônia...” (ALEGRE, 2005, p. 198).

(RESENDE, 2005, p. 177). Aquelas jovens, cujas famílias eram estabelecidas na cidade, dedicavam-se somente aos estudos e algumas aos afazeres domésticos. As estudantes que moravam em cidades próximas, ou ainda oriundas da zona rural, vinham e voltavam de trem no mesmo dia. Enquanto outras, “deixavam suas casas, quando vinham de cidades distantes, alojando-se em pensionatos exclusivos para moças” (RESENDE, 2005, p. 177).

Vale destacar que até a década de 1960, “ser professor(a)” era uma função de respeito com vencimentos²¹ diferenciados e atrativos, tornando as moças de situação menos privilegiada, também “bons partidos”.

Resende (2005, p. 177) fomenta a existência de outros tipos de intenções nas normalistas prudentinas das décadas de 1940-50, a de, por conta do deslocamento “desfrutar os ares da civilização” ou ainda, amplificar a perspectiva de casar-se.

Posto isso, a seguir esmiuçar-se-á os saberes escolarizados na prática da Educação Física pelas escolas secundárias da cidade e a formação docente inicialmente pelo Curso Normal Municipal, ou seja, o currículo escrito em contraposição ao currículo ativo de Goodson (1995). A história do oferecimento de cursos para normalistas mescla-se a do primeiro ginásio estadual de Presidente Prudente, no momento que o Normal é estadualizado tornando-se um instituto. Na continuidade da primeira parte desse estudo foram elencadas outras instituições de ensino secundário particulares, cuja relevância está em desvendar os saberes do currículo prescrito e efetivo da prática educativa da Educação Física.

Na sequência posta, será possível entender dentro da situação histórica local, o ciclo “difícil, oscilante e longo” das Escolas Normais apontado por Saviani (2008, p. 08), que embora tenha atingido seu ápice nos anos de 1950-60, na sequência experimentou, o que o autor denominou de período de desmontagem.

2.1.1. Escola Normal Municipal de Presidente Prudente

21 Vale pontuar um artigo encontrado no Jornal Imparcial de 8 de janeiro de 1946, ano VI, nº 939 sem autor: “Mil e trezentos cruzeiros os vencimentos dos professores primários”. Não foi possível identificar a página pelas condições do jornal, que noticiava os vencimentos dos professores primários, estabelecido por meio de Decreto Federal em mil trezentos cruzeiros iniciais com aumentos quinquenais de 20% desse valor.



Figura 14: Placa do Curso Normal Municipal com sua existência anterior a Lei Orgânica de 1946. Em miniatura o local da placa próximo a Prefeitura de Presidente Prudente. Fonte: Autoria própria, 2017.

A Escola Normal Municipal iniciou seu funcionamento em 1943 (RIBEIRO, 1999), porém somente foi oficialmente criada e instalada posteriormente, na gestão municipal de Domingos Leonardo Cerávolo (RIBEIRO, 1999).

Oficializada em 1946 (INOUE, 2015), oferecia curso primário anexo, curso pré-normal e curso normal. Suas aulas iniciavam às 12:30 e encerravam-se às 16:30, pois as instalações do prédio abrigavam outros cursos, como o ginásio público estadual, instituição que será aprofundada no próximo item deste capítulo.

Em Presidente Prudente, o mercado educacional era bastante concorrido, o que pode ser percebido a partir de anúncios e reportagens no jornal Imparcial, dentro da periodização 1940-50. Havia nas propagandas das escolas da época, uma concorrência pela clientela de alunados da cidade e da região, principalmente entre a Escola Normal Municipal, o Ginásio/Colégio São Paulo e a Escola Técnica de Comércio Joaquim Murtinho, as duas últimas instituições de educação particular laica.



Figura 15: A Escola Normal Superior na primeira página do Jornal Imparcial de 21 de Abril de 1946 (Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Municipal, caixa 106).

Graças às devidas adequações para atendimento da Lei Orgânica do Ensino Normal (BRASIL, 1946a) e da intermediação do interventor Macedo Soares; a Diretora Lygia Pinheiro diplomou a primeira turma de normalistas desse curso.

Tendo também como diretora Leonora Cardoso Murtinho até meados do ano de 1947; a escola normal superior municipal foi estadualizada pelo Decreto nº 17. 090 de 8 março de 1947 e “sua direção passou a ser exercida pelos diretores do secundário” (RIBEIRO, 1999, p. 117).

O Decreto nº 20.612 (SÃO PAULO, 1951) tornou o Curso Normal Municipal, em uma das possibilidades de ramo profissional na cidade. Vale destacar que foi um curso de nível secundário instalado anteriormente à existência de um ginásio público, o que era dever estadual. Relevante elucidar esse apontamento, lembrando a estrutura do ensino secundário nesta época. Ele iniciava-se com a aprovação do aluno de ensino primário, em um exame de admissão para o curso ginasial. Após dois anos de ginásio, sua conclusão pelo estudante levava-o para o colegial clássico ou o colegial científico, com poucas diferenças de conteúdos entre eles (PILETTI, 1995). O ensino técnico-profissional (ensino agrícola, comercial e industrial) e o normal eram outras opções aos cursos colegiais mencionados, pelo seu caráter profissionalizante. Feita essa ressalva, em Prudente havia um curso normal do município antes de um ginásio público, sendo que este nível de ensino era ofertado por instituições particulares, aprofundadas no decorrer do texto.

Em relação à Educação Física no Curso Normal Municipal, seu oferecimento obedecia as normalizações anteriormente descritas, como a Lei Orgânica (BRASIL, 1946a), que a trata como a Cadeira de “Educação Física, recreação e jogos”, compondo um bloco único de saberes a serem trabalhados no currículo de formação docente pelo curso normal, cujo oferecimento era separado apenas por gênero em: seção feminina e masculina, conforme publicado no Diário Oficial de 25 de setembro de 1953 (SÃO PAULO, 1953, p. 24). Importante ressaltar que alunos e alunas do Curso Normal tinham aulas de Educação Física não somente como futuros regentes, mas como estudantes, e que 25% de faltas reprovavam o aluno ou a aluna, pelo menos em discurso.

2.1. 2. O Instituto de Educação Fernando Costa

As reivindicações populares em favor da melhoria de oferta em educação pública secundária aconteceram em diversas cidades brasileiras. Dentre essas, destacam-se os movimentos pró-ginásio (PILETTI, 1995, SOUZA, 2008; MOREIRA, 2013) manifestando o ideário republicano de enaltecimento da Educação, como forma de ascender socialmente e como um poder capaz de equiparar e/ou minimizar a grande diferenciação entre o padrão de existência das classes sociais no país.

Considerada ao final da década de 1930, como capital da Alta Sorocabana (ABREU, 1972), ou ainda polo regional do oeste paulista (RIBEIRO, 1999, p. 102), Presidente Prudente foi uma dessas cidades que se mobilizou para requerer uma estrutura educacional pública que desse continuidade ao ensino primário.

Enfocando a possibilidade de continuidade dos estudos para outro nível de ensino, a intenção do movimento pró-ginásio iniciado em 1939 somente ocorreu durante a atuação de Adhemar de Barros como interventor federal do Estado de São Paulo, quando autorizou a criação do primeiro ginásio estadual na cidade, por meio do Decreto-lei nº 11.864, em 11 de março de 1941. Entretanto, o interventor exigiu uma contrapartida do município; que Prudente contribuísse com verbas públicas para a construção do prédio que abrigaria o ginásio público. Essa situação mobilizou a comunidade local, que levantou fundos por meio de quermesses e festas realizadas em grande estilo com participação da população, como descrevem autores locais (RESENDE, 1992, 2005; RIBEIRO, 1999 ; MACEDO, 2013, 2016).



Figura 16 – Prédio que abrigou o primeiro Ginásio Estadual de Presidente Prudente e a Escola Normal Municipal, que posteriormente se tornou o Instituto de Educação Fernando Costa. Fonte: Museu e Arquivo Histórico, sem datação.

Concretizado durante a gestão do prefeito Domingos Leonardo Cerávolo (RIBEIRO, 1999, p. 97), o ginásio estadual recém-inaugurado atendeu 45 alunos instalados em uma 1ª série (ABREU, 1972), e em uma perspectiva mais ampla, serviu a um amálgama de interesses que extrapolavam a demanda social por escolarização visando o mundo do trabalho. Estes oscilavam entre: as intencionalidades políticas em função da situação geográfica interiorizada do município em relação à capital e, a crescente urbanização da cidade com: aumento populacional, de renda e autonomia. O novo cenário estabelecido em Prudente desencadeou novas reivindicações, alterando a hierarquização anteriormente estabelecida pelo poderio dos coronéis.

No ano de 1942 foi entregue a primeira parte da edificação do ginásio²² público e a segunda, somente em 1954 (RIBEIRO, 1999, p. 106).

Mesmo com apenas uma parte da edificação, no ano de 1944 passou a funcionar no prédio do Ginásio, o Colégio Universitário (RIBEIRO, 1999, p. 113) criado pelo Decreto nº 13.543 de 1943, no governo de Fernando Costa. A escolha de Presidente Prudente como sede deste curso teve grande repercussão na região, pois ele possibilitava a transposição dos alunos para graus superiores de ensino.

Segundo escrito no próprio jornal O imparcial, por gratidão, no ano de 1946, devido ao falecimento trágico de Fernando Costa, como homenagem ao Interventor federal do Estado de São Paulo entre 1941- 45, a instituição o tornou patrono.

Em 1952 foi apresentado projeto para transformação do “Colégio e Escola Normal” em Instituto (SÃO PAULO, 1952). Como não houve andamento, em 11 de agosto de 1953 foi apresentado pelo deputado Péricles Rolim, outro projeto de Lei nº 871, solicitando nova transformação do “Colégio e Escola Normal” para Instituto de Educação Fernando Costa (SÃO PAULO, 1953a); o que aconteceu em 20 de outubro do mesmo ano, por meio da promulgação da Lei nº 2.337 (SÃO PAULO, 1953b).

O Instituto de Educação (IE) oferecia cursos de aperfeiçoamento e especialização em pré-primário, tinha infraestrutura diferenciada na região e por tanto, segundo Ribeiro (1999, p. 119) “era natural que a população quisesse seus filhos estudando no estabelecimento”.

Essa “promoção” para Instituto exigiu novas adequações também do professorado, como uma qualificação docente diferenciada, que passava por rigoroso crivo no momento de contratação.

Os professores do curso normal do IE eram originários de outras cidades (RIBEIRO, 1999; RESENDE, 2005), sendo que muitos haviam sido formados

22 Partindo do pressuposto que o estabelecimento de um ginásio público alicerça a aparelhagem necessária para a estruturação do ensino secundário e do superior; a concretização de instalação do ginásio estadual abre caminho para a instalação de institutos de ensino, ligados à formação de professores. O percurso do ginásio de Presidente Prudente assemelha-se ao de outros ginásios paulistas. Como anteriormente mencionado o ginásio e a recém escola normal estadualizada ofereciam o primário no grupo escolar anexo e o colegial. Este último ofertando no caso da cidade de Presidente Prudente, um ensino científico, literário e artístico.

pela USP por meio do Curso de Formação de Professores Secundários (RIBEIRO, 1999, p. 112). Em 1976, a instituição deixou de ser Instituto de Educação para tornar-se Escola Estadual de Segundo Grau (RIBEIRO, 1999, p. 111).

No período entre 1940-50, fazia parte do currículo dos ginásios, o oferecimento da Educação Física, prática educativa obrigatória para todos os alunos até 21 anos, o que era também seguido aqui na região (RIBEIRO, 1999, p. 114). Até meados da década de 1970, as legislações federais e estaduais referiam-se à Educação Física como “prática educativa”²³.

No caso do IE, essa prática educativa ficou sob a regência dos Professores Lélia de Barros Castro (Educação Física Feminina) e Nilo Magalhães Ribeiro (Educação Física Masculina), sendo ministrados no ginásio: Bola ao Cesto, Ginástica, Atletismo, Futebol e Vôlei.

Na transição 1950-60 houve uma superlotação da escola, necessitando que a instituição solicitasse ao Estado, a abertura de salas em outros prédios, utilizando salas ociosas de vários grupos escolares em determinados períodos, ou seja, “Extensões” (RIBEIRO, 1999, p. 119). Infere-se que uma vicissitude semelhante tenha ocorrido com a Educação Física, pois um espaço mesmo que improvisado de Educação Física atende em um período letivo, um número delimitado de estudantes. Infere-se que com as “Extensões”, as dificuldades para se ministrar as aulas de Educação Física também aumentaram, já que o número de estudantes nas escolas foi amplificado, o que não foi acompanhado em termos de ampliação das estruturas.

A literatura sobre a Educação prudentina (RIBEIRO, 1999; LEITE, 1972; ABREU, 1972; MACEDO, 2003, 2013; RESENDE, 2005) indica que além do IE, os cursos secundários foram centralizados no Ginásio/Colégio São Paulo, na Academia de Comércio Dr. Joaquim Murinho e na escola vocacional Cristo Rei.

Os cursos normais de formação de professores para o município intencionavam que a cidade e a região formassem seus docentes localmente,

²³ Para Moreira (2013) até 1970, as legislações federais e estaduais referiam-se à Educação como “prática educativa” em distinção a terminologia “disciplina”. As “práticas educativas” abrangiam as atividades que deveriam atender as necessidades físicas, artísticas, cívicas, morais e religiosas dos estudantes, além de ter uma finalidade formativa; como o senso de responsabilidade individual, o espírito de comunidade, entre outros.

expectativa que ao longo do percurso histórico estudado concretizou-se lentamente.

2.1. 3. Ginásio/Colégio São Paulo

Fundada em 1930 pelo Dr. Boulanger Uchoa, esta escola particular foi batizada como Ginásio São Paulo, embora não ministrasse esse tipo de ensino em sua fundação.

Iniciou com um curso propedêutico de três anos, que possibilitava como sequência o curso de Guarda-livros de dois anos. Por formar profissionais para escrituração mercantil, a unidade passou a ser chamada de Academia de Comércio do Ginásio São Paulo (ABREU, 1972).

Em 1930, com a reforma do ensino paulista que permitia a instalação de escolas normais livres equiparadas às oficiais, a Academia de Comércio do Ginásio São Paulo passou a oferecer o curso normal livre, funcionando apenas por um ano, por falta de condições materiais e humanas.

Com os cursos propedêuticos e o de Guarda-livros, após sete anos de sua abertura é que realmente a instituição passou a ofertar o curso ginasial, com duração de cinco anos, formando sua primeira turma com 18 alunos, no ano de 1941 (ABREU, 1972).

De 1939 a 1945, a instituição pertenceu a Colônia Japonesa, tendo inserido em seu currículo o ensino do idioma de origem natal dos pais e dos estudantes. Resende (2008) não clarifica as razões da alteração da direção, apenas aponta que a unidade, neste momento intitulada novamente como Ginásio São Paulo, foi arrendada por um grupo de professores, dentre eles: José Machado de Abreu, Hugo Miele, Floriza Dincao e Maria Luiza Bastos. Nesse momento, o Ginásio São Paulo (RESENDE, 2005, p. 177), disponibilizava os seguintes cursos: primário, ginasial e a Escola Técnica de Comércio, concorrendo em termos de oferecimento de vagas com a Academia de Comércio Dr. Joaquim Murtinho.

No ano de 1946, como primeiro diretor dessa nova fase da instituição José Machado de Abreu, professor de Educação Física, intencionando dar maior visibilidade a unidade e a nova direção, anuncia frequentemente a escola no

jornal Imparcial. Também promoveu desfiles cívicos e apresentações da fanfarra junto com o IE e o colégio vocacional Cristo Rei, outra instituição também particular. Resende (2008) intitula como “desfile apoteótico” aquele realizado em 1947 como comemoração do aniversário da cidade em 14 de setembro. Em 1952 reaparece o Curso Normal no Colégio São Paulo.

2.1.4. Academia de Comércio Dr. Joaquim Murtinho

Durante o ano de 1931 foi inaugurada esta instituição (ABREU, 1972). A escolha pelo patrono foi uma homenagem ao Ministro da Fazenda Joaquim Murtinho (1898-1902), que segundo Resende (2006, p. 131) “debelou a inflação e colocou em dia as finanças brasileiras” do início da República.

A publicidade existente sobre a instituição em vários exemplares do jornal Imparcial da metade da década de 1940 indicia que a instituição passou a ser denominada de Escola Técnica de Comércio Joaquim Martinho, tendo neste período como Diretor José Leite Carvalhaes. Iniciou seus trabalhos como um curso propedêutico, com matérias de caráter introdutório, na intenção de predispor os alunos a alcançarem outros patamares de ensino.

Assim a unidade ofereceu, tanto aulas preparatórias para o exame de admissão às escolas normais como cursos voltados às escolas superiores de Farmácia e Odontologia (ABREU, 1972), além de treinamento de alunos para o ingresso no curso Comercial Básico de quatro anos. Em 1945, a Academia de Comércio formou os primeiros Auxiliares de Escritório. No ano seguinte, a instituição passou a disponibilizar além dos cursos anteriormente mencionados, o Ginásio Básico e o Técnico em Contabilidade (informação existente em vários exemplares do Jornal Imparcial), formando sua primeira turma em 1948 (RESENDE, 2005).

A Reforma de 1943 foi significativa para esta instituição, já que o Curso Comercial Básico apostilado diplomava os alunos como “Contadores”, título considerado de nível superior na época. Essa situação foi alterada em 1950, quando o curso voltou a ser de nível secundário, ou seja, técnico.

Com relação à Educação Física e aos esportes, no período de pós-guerra, a instituição educativa concorria com o Ginásio São Paulo na disputa pelo preenchimento de vagas, já que ambas eram escolas particulares. Motivo pelo qual, no levantamento feito em jornal, encontrou-se a concorrência entre essas unidades, em termos de veiculação de anúncios, que é interessante mencionar em função do objeto dessa pesquisa.

Em um deles, publicado no jornal “O Imparcial” de Janeiro de 1946, estão salientadas a disciplina de Educação Moral e Cívica, a existência de práticas de Desportos na unidade, a organização de excursões para os alunos, a participação em eventos como desfiles, reuniões literárias, vesperais dançantes, jogos de salão, competições intelectuais, palestras educativas, além do incentivo a socialização possibilitada pela existência de um Centro Cívico. Assim, mesmo sendo uma escola voltada a formação para o comércio, sua direção tratava aspectos relacionados a Educação Física e aos esportes, como elementos para promoção da instituição, o que pode ser observado no texto de anúncios do ano de 1946, no qual sua direção elenca como um dos diferenciais da instituição, a existência em suas instalações de uma quadra de cestobol iluminada, podendo ser utilizada em todos os períodos.

Neste mesmo ano de 1946, a escola técnica passa a realizar uma chamada indicando que está sob “Inspeção Federal”, e o conteúdo publicitário passa a ter outro teor. Torna-se direcionado aos esclarecimentos sobre os cursos, ao aviso de que os horários de funcionamento foram alterados, especificando quem poderia se inscrever para os cursos oferecidos, além da explicitação em cruzeiros, moeda da época, o valor das mensalidades. Nota-se uma diferenciação do texto da peça publicitária, com um tom formal e objetivo seguindo os anúncios realizados pelas suas concorrentes.

Embora uma instituição de ensino secundário, a escola técnica em nenhum momento ofereceu curso normal. Porém encontra-se elencada nestes escritos pelo seu envolvimento intenso em atividades culturais, sociais e esportivas, conforme aponta Resende (2006):

Sem televisão, a cidade girava em torno das festas promovidas pelas escolas e, principalmente, preparavam-se para os desfiles de sete e catorze de setembro, datas máximas da nacionalidade e da fundação do município, onde exibem fanfarras tonitruantes, acompanhadas de carros alegóricos, celebrando acontecimentos pioneiros de uma cidade, que, por obra e sorte, se fez Capital da Alta Sorocaba (RESENDE, 2006, p. 132)

2.1.5. Colégio Cristo Rei

A instituição vocacional Cristo Rei, dirigida pelas irmãs beneditinas iniciou seus trabalhos em 1937, oferecendo do jardim da infância ao primário inicialmente (ABREU, 1972).

Nove anos depois, em 1946 passou a funcionar na unidade, o curso ginasial. Em 1959, um pavilhão escolar próprio foi inaugurado e com a edificação. Em 1964, o colégio passou a ofertar outros cursos como: piano, pintura, alfabetização de adultos, catequese e apostolado (RESENDE, 2005).

Um coletivo de autores (LEITE, 1972; RIBEIRO, 1999, ABREU, 1972) alerta para uma importante situação da rede pública de ensino paulista, a de que havia uma defasagem a partir de 1940, entre o número de professores com formação, daqueles denominados práticos ou leigos em exercício. Segundo um dos autores “o número de professores leigos no ensino primário continuou aumentando” (RIBEIRO, 1999, p. 19).

Também a formação dos professores para trabalharem no Colégio Cristo Rei seguia o mesmo percurso na década de 1950: “a própria expansão do Colégio exigiu a contratação de professores leigos, que são a maioria do corpo docente no momento” (RIBEIRO, 1999, p. 87).

Na sequência a teórica apresenta um quadro com o corpo docente do colégio em 1959, tendo como professora de Educação Física Wezia Belchior,

apontando que ela era professora autorizada²⁴. A partir de 1964, o Colégio passou a oferecer o curso de magistério pela Escola Normal Particular.

2.2. Os Cursos de Especializados

Tanto o regime que teve vigência entre 1932-42 com a Reforma Francisco de Campos, quanto à Reforma de Capanema após 1942; revelaram que as sessões de Educação Física eram lecionadas por professores especializados, e não licenciados²⁵, como em outras áreas.

Todavia a formação em Educação Física para ministrar aulas no grau secundário, como já mencionado (CASTRO, 1974; SOUZA NETO; 1999 e MOREIRA, 2013) era realizada diferenciadamente das outras áreas. A solução encontrada para formação de professores de práticas educativas, que não eram abrangidas pelas “filosofias”, foi a criação de licenciaturas específicas.

Ressalta-se o Parecer CFE nº 298 de 1962 elucidando a sequência da formação na área, ao asseverar a exigência da conclusão do secundário, ou seja, do colegial, fosse clássico ou científico, como pré-requisito para a

24 O órgão que autorizava o exercício de professores de Educação Física não formados era a Divisão de Educação Física (DEF) e sua seção no Estado de São Paulo a D.E.F.E.. Essas repartições pronunciavam nos casos de mudança de sede dos centros de Educação Física e de estabelecimentos de ensino de grau médio; fiscalizavam e orientavam as atividades relativas à Educação Física nos estabelecimentos de ensino de grau médio; sugeriam ao Diretor medidas para sanar deficiências de seus estabelecimentos assim como propunham a aplicação de penalidades aos estabelecimentos, aos professores e médicos que infringissem dispositivos legais, regulamentares, ou determinações do Ministério; além de manterem fichário de professores e médicos, em exercício, bem como os assentamentos referentes aos estabelecimentos, dos quais constassem os fatos e atos de interesse para a ação da Divisão. Também a DEF e seu correspondente no Estado forneciam elementos relativos a instalações de Educação Física nas unidades escolares, e com fins de cadastro apreciavam os pedidos de autorização para a admissão de pessoal ao exercício das funções de médicos e professor de Educação Física (BRASIL, 1956). Esses órgãos eram as repartições que autorizavam a lecionar à título precário, os professores leigos.

25 Com os estatutos da recém criada Universidade de São Paulo que estabelecia um modelo de ensino, a licença para o magistério secundário somente seria obtida se o candidato concluísse o curso de formação pedagógica. Em 1938, os “cursos ordinários” acrescidos do “curso de didática”, substituiriam a anterior formação pedagógica para a *licentia docenti*. Assim a denominação dos diplomas se modificou para bacharel e licenciado. Em 1941, ficou estabelecido que o “curso de didática” não poderia ser realizado concomitantemente aos cursos de bacharelado, alongando por mais um ano a formação do licenciado. O esquema de três anos de bacharelado e um ano de licenciatura, foi denominado pelo Conselheiro de Educação Valnir Chagas de “três mais um”.

realização dos cursos de Educação Física e de Técnica Desportiva, respectivamente (CASTRO, 1974; MOREIRA, 2013).

Nesta perspectiva, infere-se de que investigar a formação de professores na área após a conclusão do secundário e sua sequência, por meio de um curso apostilado voltado a especializados em Educação Física, pode esclarecer a configuração dos saberes da área na região do Oeste Paulista.

O oferecimento de Curso de Especializado pelos institutos era uma estratégia, uma promessa. Para Gnecco, (2005, p. 83) a criação legal desses cursos fazia parte de um discurso político que ovacionava ou deixava a míngua uma determinada gestão educacional dos institutos, cuja efetivação de ações flutuava de acordo com as afiliações políticas dos diretores. Com certo improviso, para que os projetos de cursos especializados fossem concretizados, muitos institutos ofereciam cursos de aperfeiçoamento e de administração escolar, que tinham grande demanda de interessados e que se encaixavam com a definição de curso de especializados.

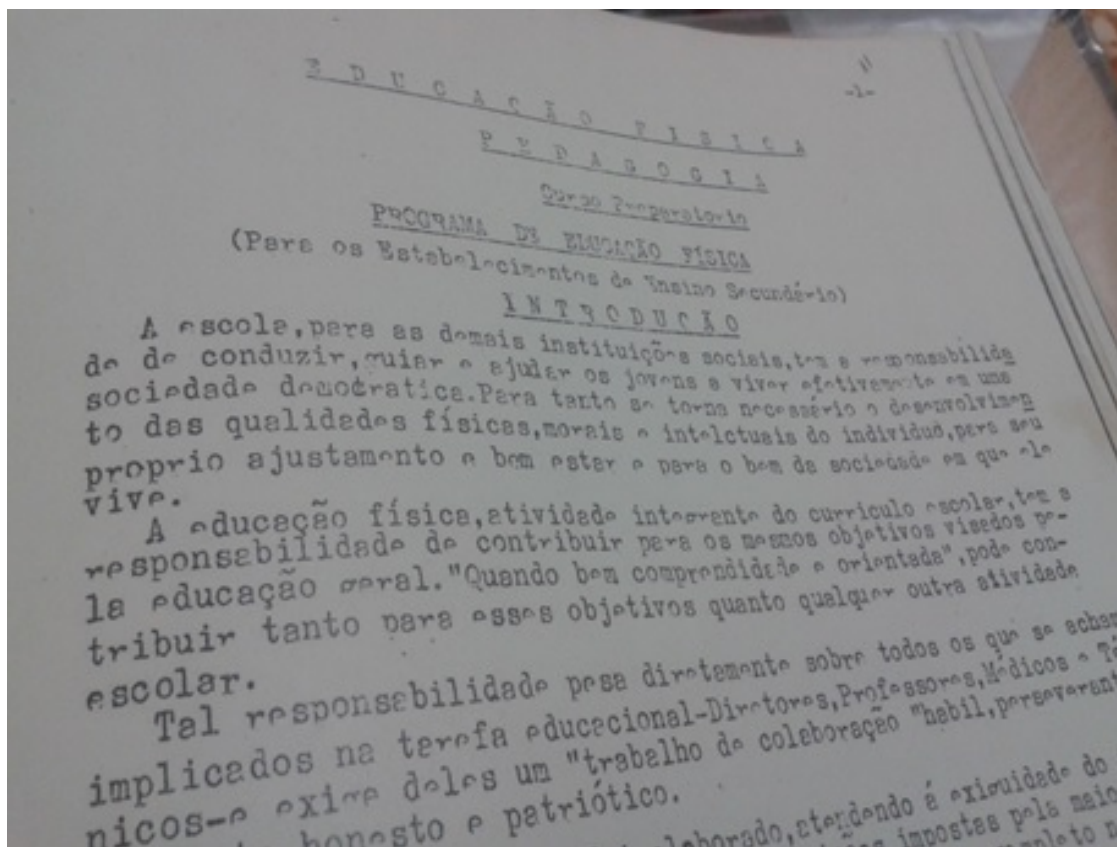


Figura 4: “Coletânea”²⁶ de Aulas Mimeografadas do Curso Preparatório de Pedagogia de Educação Física”(PEDAGOGIA, 1957?), da metade da década de 1950, com a maioria das aulas assinada por Mauro Soares Teixeira, que atuava como formador de docentes de Educação Física, o que pode ser corroborado, pelo seu texto de abertura do curso, com o título “Programa de Educação Física para os estabelecimentos de Ensino Secundário”. Fonte: Autoria própria.

Embora existissem no IE Fernando Costa, ambos os cursos citados (RESENDE, 1992), o curso de especializados dentro da área da Educação Física nunca ocorreu em Prudente, por nenhuma das escolas normais.

Entretanto, foi recuperado pela doação de acervos de professores da Escola Municipal Superior/IMESPP/UNESP, vestígios de que um dos professores de Educação Física, oriundo de outra cidade, participou em algum momento deste tipo de formação, devido à recuperação de um material datilografado com aulas do Professor Boaventura.

Perante o cenário local de insuficiência de docentes especializados na área, a contradição agravou-se; inicialmente com a promulgação da Lei de

26 A “Coletânea” caracteriza-se pela reunião de planos de aulas e material teórico mimeografados, da segunda metade da década de 1950, realizada pelo Professor de Educação Física da rede Newton Gonçalves Santos da rede estadual pública de Santos, durante sua participação no curso apostilado de formação para professores especializados da área.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 de 1961, que em seu artigo nº 22 estabeleceu a obrigatoriedade da prática da Educação Física.

Em 1969, a exigência das diversas legislações subsequentes sobre a obrigatoriedade da Educação Física em todos os níveis e ramos de ensino e, a imposição de conteúdo de predominância esportiva, um saber bem específico, possivelmente foram fatores que desencadearam a gênese da Escola Municipal de Educação Física, posteriormente IMESPP.

CAPÍTULO 3

A ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: a formação superior de professores da área (1971-1988)

Entre 1950 e 1960, a Educação Física e os desportos foram duas temáticas de destaque mundial. Essa tendência internacional foi disseminada também no Brasil, por meio de um movimento de cientificação do conhecimento sobre esporte e saúde, proporcionado pela modernização e avanço do ensino superior da área, tanto para o atendimento do Esporte e treinamento físico, como aquele destinado à formação docente.

Para as políticas educacionais da década de 1960 era oportuno enaltecer a profissão de professor da área, não somente para dar conta da demanda internacional pelo fenômeno esporte, mas para atender a rede escolar pública, que se encontrava receptiva para a docência, aperfeiçoando e legitimando esses professores.

A partir de 1969, com o aprofundamento da ditadura pelo governo da Junta Militar e depois por Médici, foram acordados convênios de cooperação e de apoio técnico entre o Ministério da Educação e a *Agency for International Development* dos Estados Unidos, conhecidos como acordos MEC-USAID. A partir das projeções geradas nestes estudos houve a elaboração da reforma do ensino superior e logo após, a promulgação da Lei nº 5.692 ou Reforma do ensino de primeiro e segundo graus (BRASIL, 1971).

Relevante insistir no entendimento sobre o cenário de legislações da transição 1968-69, momento em que foram estabelecidas normas complementares à Lei nº 5.540 (BRASIL, 1968). Esse documento fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola secundária, prescrevendo como as universidades deveriam organizar-se ou reunir estabelecimentos com cursos já reconhecidos; ou ainda incorporar ou congregar estabelecimentos isolados de nível superior, da mesma localidade onde se encontravam estes institutos ou de localidades próximas.

No caso da Educação Física, a Lei nº 5.540 (BRASIL, 1968) articulava-se ainda com o Decreto-Lei nº 464/1969 (SÃO PAULO, 1985) que em seu artigo 40º reafirmava pela terceira vez, que as atividades de Educação Física e de desportos deveriam ser estimuladas, ter orientação adequada e instalações especiais. Além do incentivo ao ensino superior da área pelo governo militar, durante o final da década de 1960 e início de 1970, a organização das licenciaturas e da formação docente dos professores em exercício tornou-se uma necessidade premente. Em 1969 foi feita uma equiparação entre os diplomados em Educação Física desde 1943, pelo Exército, Marinha e Força Pública do Estado de São Paulo, aos licenciados na área, desde que apresentassem o diploma colegial, conforme consta no Decreto-lei nº 1. 043 (MOREIRA, 2013).

Durante a década de 1970, foram realizados muitos investimentos para a abertura de escolas superiores e faculdades, em especial de instituições particulares. Essa expansão do ensino superior foi amplamente combatida nos jornais pelos professores da USP (VAINDERGORN, 1995; OLIVEIRA, 2004; CORREA, 2006), que criticavam o caráter empresarial no ensino superior que estava aflorando, resultando em improvisações, manobras políticas para a criação de cursos e um ensino com o estigma de ser de “segunda linha”. No caso do Estado de São Paulo, esse processo pode ser entendido graças a interiorização desse grau de ensino por meio dos Institutos Isolados.

Também foi desferida uma maior atenção com a formação de professores que lecionavam no terceiro grau, em especial na área de Educação Física. Havia uma paulatina exigência de registro profissional e melhoria na profissionalização docente, com a organização de publicações oficiais e livros didáticos voltados aos esportes e a escolarização da disciplina nas escolas.

Conveniente ressaltar o retorno de poder e prestígio dos órgãos de inspeção, especialmente a atuação do Departamento de Educação Física e Desportos/DED (anteriormente DEF), sendo que ao final da década de 1970 tornou-se a Secretaria de Educação Física e Desportos, em âmbito nacional. No mesmo período houve o aumento de associações de professores e profissionais de Educação Física, que demarcaram a organização da classe. Os avanços resultantes da expansão da rede escolar e da crescente demanda

profissionais incentivaram a busca pela posse de um registro profissional, já que este possibilitava a equiparação salarial do professor de Educação Física a de outros docentes no âmbito das redes escolares.

O norteamento de ampliação do acesso ao ensino secundário (ginásio, colegial, científico, clássico, normal, técnico, rural), acrescido à obrigatoriedade da Educação Física em todos os níveis educacionais, amplificou a demanda por professores com formação na área. Para dar conta do mercado receptivo para a profissão docente, foram estabelecidas políticas e ações educacionais visando incentivar a oferta de ensino superior²⁷, desencadeamento vislumbrado por Anísio Teixeira (1968, p. 54) que: “levaria a possível inflação de pessoal desse gênero no mercado”.

5.1 De Escola Superior Municipal de Educação Física a Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente (IMESPP)

²⁷ Somente para ilustrar a previsão de Anísio Teixeira, em 1974 foram criadas faculdades de Educação Física em: Araraquara (3.317/1974); Botucatu (3.318/1974); Jaboticabal (3.319/1974); Ribeirão Preto (3.320/1974 e 3.496/1974); São José dos Campos (3.321/1974); Araraquara (3.456/1974); Campinas (3467/1974); Marília (3469/1974); Presidente Prudente (3.488/1974), Rio Claro (3.502/1974), São José do Rio Preto (3.525/1974).



Figura 7 - IMESP na década de 1980. Fonte: Acervo da Autora, 2017.

Fez-se necessária esta contextualização para introduzir o objeto de estudo dessa segunda fase da pesquisa, o primeiro curso superior em Educação Física de Presidente Prudente, idealizado pelo Professor Jurandir Paccini.

Segundo Biceglia (2008, p. 81):

o curso de Educação Física foi criado pela Lei nº. 1315 de 16 de setembro de 1968 na, então, denominada “Escola Municipal Superior de Educação Física de Presidente Prudente”, instituição vinculada à Secretária de Educação e Cultura, órgão do governo municipal.

A mesma autora assevera que, no ano de 1971 houve um encaminhamento de projeto de lei pela Prefeitura de Presidente Prudente à Câmara Municipal, intentando “produzir a transformação jurídica da Escola Municipal Superior de Educação Física para autarquia” (BICEGLIA, 2008, p. 81).

O trâmite ocorreu em várias esferas, resultando no Decreto nº 68.777 (BRASIL, 1971), que além de autorizar o funcionamento da escola pelo general Emílio Garrastazu Médici, presidente do período da ditadura militar (1969 - 1974), já a caracterizava como uma autarquia municipal.

Salientar essas duas características é relevante por tornar perceptível o *delay* entre o poder municipal e o federal. A instituição começou a funcionar apenas com autorização municipal, sendo que sua liberação pelo poder federal foi concluída três anos depois, junto com o processo de criação de outras dezesseis escolas superiores da área em 1971, sendo que a maioria delas, abertas em cidades²⁸ paulistas.

Outorgada como autarquia, a Escola Municipal de Educação Física obedecia o Decreto-lei nº 200 (BRASIL, 1967), que em seu artigo 5º elucidava a instituição como:

[...] serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica e patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Sucintamente, as autarquias são integrantes da administração indireta, criadas e extintas por lei específica. Seus bens são públicos, não sendo suscetíveis a usucapião, penhora, alienação ou oneração; o pagamento de débitos judiciais ocorre por meio de precatórios; sua contabilidade está aberta *on-line* em domínio público do IMESPP pela Prefeitura de Prudente em: http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/leis_decretos.xhtml); a prescrição de ações contra as autarquias é quinquenal; tem imunidade tributária e privilégio processual; sendo que se permite à autarquia, tratamento igual ao da fazenda pública, ou seja, prazo em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar.

Stafor et. al. (2008, p. 03) sugerem a autarquia como pessoa administrativa, “instituída pelo estado para o desempenho de atividade

28 Na região do Oeste Paulista, além da formação em Educação Física promovida pelo IMESPP de Presidente Prudente, havia a presença de outros cursos superiores, dentre eles as graduações da área nas cidades de Tupã, Assis e Santo Anastácio (aprovadas pelo decreto lei 68573).

predeterminada, dotada, de características especiais”; com funções a serem executadas de forma descentralizada, sendo que nesta perspectiva as autarquias são auto administradas. O entendimento dessa terminologia colabora na categorização dos documentos oficiais recuperados, utilizados na continuidade dos capítulos deste trabalho.

Em 1973 ocorreu a primeira formatura do curso, sendo que a graduação em Educação Física teve seu reconhecimento somente no ano seguinte pelo Decreto nº 74.015 (BRASIL, 1974), assinado por Ernesto Geisel, general do exército, presidente do Brasil entre 1974-1979.

A década de 1980 foi importante para a Escola Superior de Educação Física. Neste corrente além de se tornar Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente (IMESPP) pela Lei nº 2.120²⁹ (PRESIDENTE PRUDENTE, 1980), assinada pelo prefeito Paulo Constantino; houve a liberação de funcionamento para mais um curso, a graduação em Fisioterapia pelo Decreto nº 84.507 (BRASIL, 1980), por João Baptista Figueiredo (1979-1985), último general presidente da ditadura militar.

Reconhecido pelo MEC dois anos depois, por meio da Portaria Ministerial nº 13, em 10 de janeiro de 1983, o curso em Fisioterapia tinha uma representação social diferenciada em relação à Educação Física. Sobre o IMESPP, em entrevista Spósito menciona: “A Educação Física ainda tem altos e baixos, ela não decolou como a Fisioterapia”(OLIVEIRA, 2014, p,127).

Neste trajeto de constituição de um ensino superior na área da Saúde, houve percalços. Dentre eles, o desequilíbrio financeiro da autarquia, que resultou em sua falência, situação esta que não será abordada nesta obra.

O restante do levantamento conduz ao processo da extinção pela Lei Municipal n.º 2.625 (PRESIDENTE PRUDENTE, 1988), não de uma escola, mas do Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente (IMESPP). Houve a doação do patrimônio/bens, assim como os cursos foram integrados a UNESP, e as dívidas foram assumidas pelo ente criador, o

29 No processo CEE 3.138 de 1980, não aparece mais a denominação Escola Municipal de Educação Física, mas Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente, como publicado no Dosp <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6980695/pg-13-poder-executivo-secao-i-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-17-11-1981/pdfView>

Município de Presidente Prudente, em 1988 (LEITE, 1972; LIMA; RIBEIRO, 2013; OLIVEIRA, 2014).

Todavia esse percurso não foi pacífico. Houve muitos embates calorosos, como citado em depoimento de Marcos Alegre:

[...] Para incorporar o IMESPP, a própria UNESP foi enganada pelo, na época era o Quércia.....aí o reitor, Jorge Nagle, tira um papelzinho “Olha, estou aqui com um ofício do governador, ele vai mandar 500 milhões”... Encaixamos. E Prudente entrou, como diz, no rastro. E aqui? Foi uma briga. A Câmara Municipal queria mandar o curso de Educação Física e o de Fisioterapia, mas não queria dispor do prédio....O Conselho aceitou, recebemos o pessoal todo, mas não queriam aceitar os professores, porque eram muito fracos e nem os funcionários....(OLIVEIRA, 2014, p.173).

Caso o IMESPP não fosse incorporado, corria-se o risco de que a unidade da UNESP em Presidente Prudente fosse extinta (ALEGRE, 2005, p.265). Driblando vários conflitos internos da unidade da UNESP de Prudente com a Prefeitura, com as outras unidades da UNESP, com o poder estadual; extinguiu-se o IMESPP, condição necessária para viabilizar a encampação de ambos os cursos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP):

Segundo o princípio conceitual que norteava a matriz teórica estabelecida para a Educação Física, as instituições, ao refletirem sobre seus processos de reformulação curricular, deveriam fazê-lo tendo a concepção de que a formação de seus futuros profissionais deveria ser entendida a partir da dimensão integral dos respectivos perfis profissionais, Licenciatura e Bacharelado, sob o ponto de vista filosófico, científico e político (BICEGLIA, 2008, p. 81)

A partir de junho de 1988 ocorreu a encampação/incorporação do IMESPP pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente, através da Portaria Ministerial nº 59, de 20 de maio de 1988 (SÃO PAULO, 2002), incorporação já prevista pela Lei nº 5.540 (BRASIL, 1968).

Deflagrado assim, no ano de 1989, o processo de reforma curricular da graduação em Educação Física, “neste momento” da UNESP, com a estrutura curricular apresentada no processo nº 592 de 1988 dessa instituição

(BICEGLIA, 2008), teve como assessor deste encaminhamento, o Professor Dr. José Maria de Camargo Barros, do Campus de Rio Claro.

CAPÍTULO 4

CURRÍCULO EM EVIDÊNCIAS

As transformações decorrentes das políticas educacionais da década de 1960, em termos de estruturas e dinâmicas do sistema de ensino, indiciam uma expansão massiva em todos os níveis, por meio de ações deliberadas pelo governo estadual; em especial em nível superior. Esse fator condicionava em muitas das instituições como ocorreria efetivamente, o seu oferecimento.

Para forjar reflexões sobre as vicissitudes enfrentadas pelas graduações, a compreensão sobre as estruturas físicas (ESCOLANO, 2011) e a implementação dos “currículos escritos” (ou planejados) aos “currículos ativos” (aqueles que efetivamente se tornam realidade) segundo Goodson (1995), requereram um investimento árduo.

No caso desse trabalho sobre os saberes da docência em Educação Física, por uma questão didática, a documentação recuperada foi categorizada em: “patrimônio físico”, que envolve a infraestrutura oferecida primeiramente para o curso de Educação Física e os equipamentos e o “currículo oficial” representado pelas disciplinas ofertadas e os seus professores. Ambos foram cotejados como “currículos escritos”. Já o “currículo ativo” manifestado pelas “dinâmicas sociais”, foi elucidado por documentação ainda existente sobre eventos administrativos, acadêmicos e sociais.

4.1. O patrimônio físico

Faz parte do patrimônio físico da Escola Municipal de Educação Física, o prédio sede que ocupa a área onde está localizado o Departamento de Educação Física e o de Fisioterapia da FCT/UNESP da atualidade. A edificação de tijolinhos do final da década de 1960 é a mesma, porém com algumas adaptações e pequenas reformas.



Figura 8-: Imagem das instalações do IMESPP na década de 1980. Ao fundo a ilustração artística das instalações na atualidade, com a arborização e a troca do telhado. Fonte: Autoria própria, 2017.

Neste prédio, logo na entrada a frente era possível visualizar as salas de aula do curso de Educação Física, que ficavam com suas portas voltadas para o corredor, ou seja, para a parte interna do bloco, o que ocasionava um ruído muito grande. Inicialmente as salas do lado esquerdo de quem entrava no bloco eram reservadas para o setor administrativo: direção, secretaria, telefonista; setor financeiro; almoxarifado, sendo que inicialmente não havia uma sala específica para os professores. As salas do lado direito ficava o setor de informações, a sala da biblioteca do IMESPP “Professor Lopes Casali” e a sala de anatomia com um laboratório.



Figura 9-: Imagem do prédio na atualidade. Ao fundo a ilustração artística das portas das salas de aula voltadas ao corredor interno, o que causava grande tumulto em termos de barulho e de fluxo de pessoas. Fonte: Autoria própria, 2017.

No início do curso, não havia o complexo esportivo existente nos dias atuais. Os graduandos faziam as aulas práticas no Estádio Municipal de Esportes, construído em 1968 e no Ginásio Municipal de Esporte, este último localizado no Jardim Aviação. As aulas eram realizadas embaixo das arquibancadas. Ao final da década de 1970 e meados de 1980 foi construído o ginásio coberto, existente na atualidade, com quadra poliesportiva e material para ginástica. O espaço e os equipamentos ficavam sobre a responsabilidade da Autarquia Municipal de Esportes de Presidente Prudente (AMEPP).



Figura 10- Visão panorâmica do Ginásio em 2015. Na atualidade existem novas construções, que alteraram este cenário. (Fonte: autoria própria)

Embora na grade curricular do curso existisse a disciplina de natação, não havia piscina. E como em outros estabelecimentos da década de 1970, dos quais se encontram relatos no Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil, de Da Costa (1971); as aulas eram realizadas em instalações particulares, no caso do Instituto, uma academia de natação locada para tal uso. A piscina do IMESPP somente foi construída em ambiente aberto no final da década de 1980, antes da integração do instituto a UNESP. Medindo 20 metros de comprimento, com oito metros de largura e uma profundidade que

iniciava em 0,80m e terminava com 1,20m, a piscina azulejada e sem aquecimento foi utilizada no curso de Educação Física, no “atendimento de pacientes portadores de deficiências físicas” e com crianças e jovens em projetos de iniciação esportiva, devido ao convênio com Autarquia Municipal de Esportes de Presidente Prudente (AMEPP).

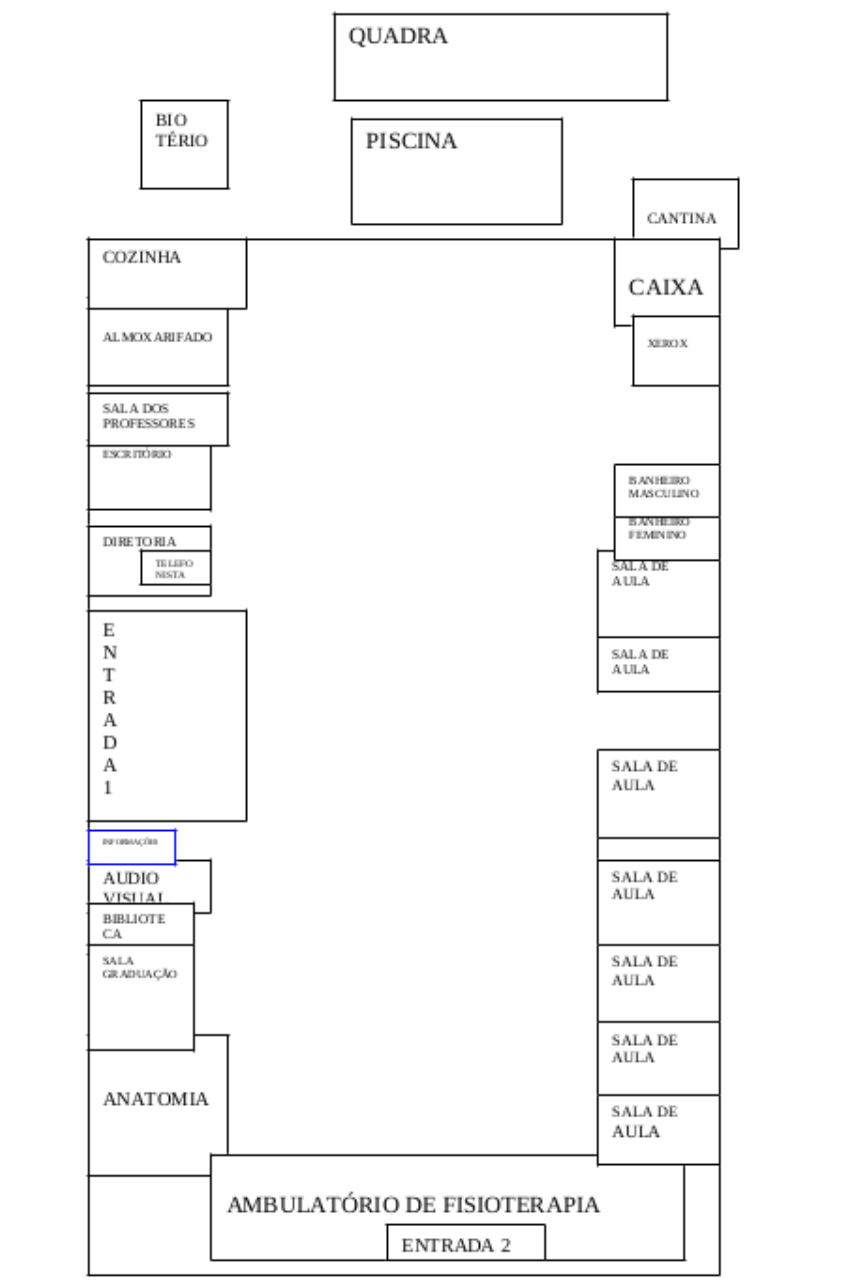


Figura 11- Planta das instalações do IMESPP ao final da década de 1980. (Fonte: Erynat Fátima Fernandes).

Ainda perscrutando a infraestrutura oferecida para as práticas havia uma “quadra externa” e um alambrado coberto/”academia” que abrigava os equipamentos de musculação, localizado no pátio, entre o prédio da Escola Superior e as mangueiras. Este espaço era denominado pelos alunos como “A gaiola das loucas” como paráfrase ao filme. A “quadra” passou por obra concluída em outubro de 1982 e se tornou uma quadra poliesportiva sem cobertura. As edificações próximas à pista de atletismo não estavam construídas na década de 1980, assim como a praça com as mangueiras e o prédio que na atualidade abriga a cantina, a Associação dos Servidores Administrativos (ASA) da UNESP e o serviço social.



Figura 12: Planta original da Praça de esportes com a pista.(Fonte: Acervo da autora)

No momento da incorporação do IMESPP pela UNESP, documentos diferentes de 1989 e 1999 (documentação anexa ao ofício gab. 0173/99,

emitido pelo Prefeito Municipal de Presidente Prudente Mauro Bragato) apontam que faziam parte da infraestrutura do IMESPP, quatro quadras poliesportivas, sendo apenas uma coberta.

Quanto à cantina, no início do curso, na década de 1970 ela não existia. A alimentação era proporcionada por um carrinho de lanches estacionado próximo ao portão de saída da Pista de Atletismo. Esta por sua vez foi construída com verba federal para abrir os Jogos Abertos de 1980, época que o complexo era do município.

Posteriormente a este certame, o Decreto Municipal nº. 4.341 (PRESIDENTE PRUDENTE, 1981) elucida o uso da pista pelo IMESPP. O documento menciona que o espaço era denominado de Ginásio de atletismo “Paulo Egydio Martins”, também de responsabilidade da Autarquia Municipal de Esportes de Presidente Prudente (AMEPP). Entretanto, por meio de um convênio entre a Prefeitura da cidade e em um primeiro momento com o IMESPP (posteriormente com a UNESP); seu uso era priorizado para o curso de Educação Física, embora o espaço e equipamentos pudessem ser requeridos a qualquer tempo pela prefeitura. Considerada uma das melhores pistas do país na década de 1980, o uso contínuo sem a devida manutenção, tanto o piso como as instalações foram se deteriorando.



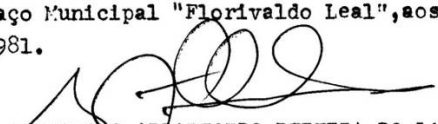
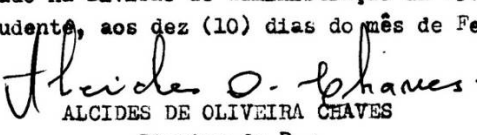
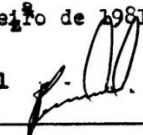
"P R U D E N T E " - C I D A D E 2.000 = <u>DECRETO Nº 4.341/81</u> = BENEDICTO APPARECIDO PEREIRA DO LAGO, Vice - Prefeito em exercício de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, D E C R E T A : ARTIGO 1º - Fica a AUTARQUIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE PRESIDENTE PRUDENTE (A.M.E.P.P.) responsável pela administração e manutenção do - Estádio de Atletismo "GOVERNADOR PAULO EGYDIO MARTINS", do Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente (I.M.E.S.P.P.), cujos limites constam dos roteiros e mapa anexos que fazem parte integrante deste Decreto. ARTIGO 2º - O Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente (I.M.E.S.P.P.) terá prioridade para utilização em atividades docentes, mediante comunicação prévia de horários ao Senhor Diretor Presidente da A.M.E.P.P. ARTIGO 3º - As despesas com execução do presente Decreto, correrão por conta de verbas próprias do orçamento. ARTIGO 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", aos dez (10) dias do mês de Fevereiro de 1981.  BENEDICTO APPARECIDO PEREIRA DO LAGO Vice-Prefeito em exercício Registrado e Publicado na Divisão de Administração da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, aos dez (10) dias do mês de Fevereiro de 1981.  ALCIDES DE OLIVEIRA CHAVES Diretor da D.A. 1 
--

Figura 13 – Informação pública no site da Prefeitura. Disponível em: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/Documento.do?cod=31662>>. Acesso em 10 mar. 2018.

Com a encampação do IMESPP pela UNESP em 1988 , o complexo esportivo foi incorporado e segundo o documento anteriormente explicitado, a

infraestrutura geral do campus de Presidente Prudente passou a ser composta também por: uma piscina de 20X8 metros; uma quadra poliesportiva coberta, três quadras poliesportivas descobertas, dois campos de futebol, uma pista de atletismo, uma sala de musculação, um campo de futebol suíço e uma quadra de voleibol de areia (conteúdo obtido pela documentação anexa ao Ofício Gab. 0173/99³⁰, emitido pelo Prefeito Municipal de Presidente Prudente Mauro Bragato, disponível no portal da Prefeitura mediante o número do ofício).

As estruturas físicas da Educação Física de 1970, na década de 1980 passaram a atender também o curso de Fisioterapia, revezando a ocupação dos prédios e instalações pelas graduações, em turnos. Como em outros estabelecimentos educacionais de mesma cronologia (DaCOSTA, 1971; MOREIRA, 2013), as aulas de algumas das disciplinas do curso de Educação Física eram realizadas em espaços improvisados ou em instalações particulares; por exemplo, pela inexistência de piscina na graduação, as aulas de natação aconteciam ora em uma academia locada para tal uso, ora no Clube Recreativo Ipanema (SÃO PAULO, 1973).

Essa ausência de espaço próprio é recorrente em vários ambientes educacionais de ensino básico e superior, conforme relatos no Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil de Lamartine Da Costa (1971). Na obra, clubes, escolas e faculdades negociavam instalações esportivas subaproveitadas, sendo essa ação uma solução paliativa para o cumprimento da obrigatoriedade da Educação Física e da expansão do ensino sem planejamento adequado.

30 Após incorporação, ainda em relação à pista, em 1992, somente o piso inicial foi reformado sendo trocado por outro tipo, o “robertan”. Porém esta medida não sanou a deterioração da infra-estrutura. As arquibancadas apresentavam rachaduras, sanitários e vestiários eram insuficientes, e as instalações não estavam adequadas à utilização por pessoas “portadoras de deficiência”, como aponta o documento emitido pelo Prefeito Municipal de Presidente Prudente Mauro Bragato no Ofício Gab. 0173/99. Ainda neste registro sobre o complexo, está pontuado que a pista encontrava-se ondulada, devido aos deslocamentos de sua base de concreto, prejudicando o assentamento da borracha; os anteparos para arremessos estavam danificados e a gaiola de proteção para arremesso de disco e de martelo estava corroída, bem como sua iluminação encontrava-se precária e o esgoto necessitando de reparos. Esse panorama justificava o pedido conjunto da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente e da FCT, solicitando liberação de recursos para nova reforma da pista de atletismo. O documento estava endereçado ao Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento e Desporto (INDESP), nesta ocasião Manoel José Gomes Tubino, e foi protocolado pelo Ministério da Educação e Cultura sob o nº 58010.002055/99-00 em 27 de julho de 1999.

Em outra perspectiva, autores como Escolano (2011) questionam o significado que os espaços disciplinares ocupam dentro de um ambiente educacional. O excessivo aproveitamento do espaço em turnos, as perdas de território e a realização das atividades em espaços improvisados ou locados e fora do contexto do ambiente de ensino formal (básico ou superior) extrapolam finalidades ou funções, ao revelarem enfrentamentos hierárquicos, disputas entre campos, confronto de valores, entre outras representações e simbologias; discussão que extrapola esse estudo.

4.2. O Currículo oficial e as prescrições para a oferta de disciplinas e professores

Os conteúdos do curso obedeciam um currículo oficial baseado no modelo da Escola Superior de Educação Física de São Paulo (ESEFSP) ou Instituto de Educação Física da USP, como posteriormente foi nomeado. A graduação da Escola Municipal de Presidente Prudente tinha duração de três anos, “correspondendo a um total de 2.265 h/aula, incluindo a carga de 195 h/aula ministradas no último período letivo para a formação do Técnico Esportivo” (SÃO PAULO, 1973, p.02), graduando uma turma a cada seis meses.

Para desvelar quais as disciplinas eram oferecidas pelo curso de Presidente Prudente, foi necessário investigar vários documentos do Conselho Estadual de Educação da década de 1970, sendo que para as listar foi adotada a nomenclatura existente nestes registros.

Para elencar as disciplinas do Curso Superior de Educação Física da USP, recorreu-se a tese de Gnecco(2005). O autor apresenta um documento de 1969, que explicita quais cadeiras os professores da USP haviam sido distribuídos em Sessão do Conselho Universitário. A partir das recuperações de ambos os “currículos escritos” foi possível construir o quadro 1, a seguir:

Quadro 1- Confronto entre disciplinas na década de 1970

USP	IMESPP
Anatomia aplicada	Anatomia
Ataque e defesa	Judô
Atletismo	Atletismo
Basquetebol	Basquetebol
Biometria	Biometria
Cinesiologia	Cinesiologia
Danças	-
Desportos aquáticos	Natação
Fisiologia aplicada	Fisiologia
Fisioterapia aplicada	-
Futebol de salão	Futebol de salão
Futebol	Futebol
Ginástica infantil	-
Ginástica	Ginástica
Handball	HandBall
Metabologia aplicada	-
Metodologia da Educação Física	-
Organização e administração da Educação Física	-
Psicologia aplicada	Psicologia
Recreação	Recreação
Socorros de urgência e traumatologia	Socorros de urgência
Volibol	Volibol
-	Didática especial
-	Educação Física feminina (CEE)
-	Educação Física masculina (CEE)
-	Estrutura de funcionamento do ensino de 1º e 2º graus
-	Higiene

Fonte: Gnecco (2005); IAGE disponível em: http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/cons_ava.php?atos=&tipopesquisa=1&num_n=&num_n_ini=&num_n_fin=&ano=&tipopesquisa_proc=1&proc_n=&proc_n_ini=&proc_n_fin=&proc_a=&mes=&relator=&interessado=&assunto=escola+municipal+superior+de+educa%E7%E3o+f%E9%E9sica+de+presidente+prudente&pesquisar=sim&qtd_res=+LIMIT+0+%2C+100

Cotejando as disciplinas³¹ oferecidas pelo IMESPP, às disciplinas do Curso Superior de Educação Física da USP, considerado modelar na década

31 Embora o levantamento das disciplinas tivesse sido realizado no acervo digital do CEE, foi encontrado em Diário Oficial a existência de uma disciplina “música e ritmo” lecionada pela Professora Victoria Simão Moherdauí entre 1971-1972, época em que o curso de Educação Física não estava autorizado pelo CEE ainda. Esse achado remete a possibilidade de existência de outras disciplinas não elencadas neste período. Em consulta a Seção de Graduação da FCT/UNESP de Presidente Prudente e ao Portal do Conselho Estadual de Educação, sobre os documentos do curso de Educação Física do IMESPP foi encontrado que fazia parte da grade na década de 1980 as disciplinas de: Biologia, Prática de ensino e formação em estágio supervisionado; Psicologia da adolescência; Psicologia de aprendizagem, Rítmica, Educação Física feminina (CEE), Educação Física masculina (CEE), Estrutura de funcionamento do ensino de 1º e 2º graus, Higiene e Estudos de problemas brasileiros (disciplina especial).

de 1970; observa-se que as práticas esportivas assemelham-se. As disciplinas de metabologia, fisioterapia e traumatologia não aparecem na grade do IMESPP, o que torna seu currículo, nesse quesito, menos denso. Embora haja registro na documentação municipal que o curso de Educação Física era uma Licenciatura, e foram localizadas algumas disciplinas que atendiam essa área, no geral as disciplinas do “currículo real” do IMESPP eram mais voltadas às práticas esportivas, do que aos conteúdos voltados a formação docente.

Novamente o estudo de Gnecco (2005) sobre o curso de Educação Física na USP, elucida a opção por esta tendência esportiva da instituição prudentina, já que, como outras instituições superiores, também acompanhava o modelo de estruturação curricular da instituição paulistana, disponibilizada em um currículo mínimo:

Aprovaram a total vinculação da formação de professor de educação física com a formação do técnico desportivo – com aquela sendo pré-requisito para esta, *redução das matérias básicas de fundamentação científica ao estritamente necessário* e como únicas disciplinas de humanidades no currículo, *as matérias pedagógicas de acordo com o Par. 672/60*, que disciplina o mínimo necessário de disciplinas para uma licenciatura... (GNECCO, 2005, p. 204).

Passados quase trinta anos de sua criação, em um documento de 1999 a contradição dos discursos entre o título licenciatura e o preparo para atuação dos graduandos como esportes diversificados em clubes, empresas etc. ainda permanece:

O Curso de Licenciatura em Educação Física objetiva a formação de professores e abrange no seu currículo, os contextos teórico-práticos profissionalizantes e conhecimento do ser humano em seus aspectos biopsicológicos. A formação didática-pedagógica é uma preocupação do Curso, tendo em vista que o profissional licenciado deverá estar habilitado para o desenvolvimento da área escolar, todavia devido a flexibilidade do currículo vigente, o aluno graduando “neste” Curso está capacitado para atuar em clubes esportivos como técnico preparador físico, centros de pesquisas e laboratórios, bem como administrador da área esportiva em empresas ou órgão governamentais, nas áreas de educação física, desporto, recreação e lazer.” (Ofício Gab. 0173/99, documento restrito. Fonte: Acervo FONTE DOCENTE/IPTECHI, 2017).

Com a inserção da graduação em Fisioterapia no IMESPP em 1980, os cursos de Educação Física e Fisioterapia passaram a dividir as mesmas instalações, sendo que a Fisioterapia era ofertada em período integral diurno, com aulas matutinas e vespertinas; e o de Educação Física era um curso oferecido no período noturno. Isso reforça o caráter anteriormente indicado nos estudos de Gnecco (2005) sobre os cursos de três anos em Educação Física serem voltados à profissionalização.

A redução de oferta da Educação Física a um só turno evidencia uma perda de território da área, corrobora com a perspectiva que o curso estaria mais voltado à instrumentação para o atendimento do mercado de trabalho, e indica as condições socioeconômicas dos graduandos da Educação Física, que trabalham durante o dia e à noite dedicam-se a sua formação superior; situação esta diversa daquela vivenciada pelos estudantes de Fisioterapia.

Para além dos quesitos de arquitetura e espaços subjetivos (ESCOLANO, 2011), a redução da oferta do curso de Educação Física também moldou o currículo e filtrou o oferecimento de disciplinas, estruturou o plano de ensino, causou uma seleção nas experiências de aprendizagem, na organização, na avaliação e no tempo destinado aos estudos, às práticas e à produção de conhecimento acadêmico, discordando dos referenciais propostos pelo Conselho de Educação Estadual, que em última instância refletia os padrões da USP.

É perceptível na locução de Alvanir Figueiredo esta distinção:

...Se se pegar o processo montado pelo professor, aliás, por vários professores da USP, que em 72 fizeram o concurso ou defesa de tese de doutoramento nos Institutos, vai se ver que na USP até essa data considerava os Institutos Isolados como de 2ª classe (ALEGRE, 2005, p. 193).

Biceglia (2008, p. 81) aponta que quando foi deflagrada a reforma curricular do curso de Educação Física pela UNESP (Processo nº 592/1988 da FCT/UNESP), concluiu-se a necessidade da licenciatura ser oferecida em dois turnos, matutino e noturno, com a disponibilização no vestibular de “40 vagas, com duração de 04 (quatro) anos e carga horária de 3075 horas/aulas, perfazendo um total de 205 créditos”.

4. 3. O currículo ativo e as dinâmicas sociais

Na intenção de tornar visível as ações dos sujeitos educacionais frente às demandas reais da instituição, o texto a seguir descreverá eventos administrativos, como o processo do vestibular na instituição e alguns consequentes agravos e a contratação de docentes cerceada pela USP e pelo CEE. Apresentará eventos acadêmicos como formatura, participação em campeonatos, ciclo e jornadas de estudos, além de eventos sociais, dentre eles: o descerramento da placa de 15 anos de existência do Instituto e as passeatas reivindicatórias do encampamento. O currículo ativo aqui evidenciado será articulado com vestígios sobre as dinâmicas sociais, rememoradas a partir de histórias orais sobre o curso do IMESPP, existentes em material já publicado de domínio público.

4.3.1. Vestibular

O curso de Educação Física criado em 1968, tinha seu próprio critério para seleção de ingresso, do qual até o momento não tivemos acesso. Em 1971, quando houve encaminhamento de documentação para sua transferência jurídica para autarquia e necessidade de autorização do Conselho Federal de Educação para o funcionamento (pois ainda no Estado de São Paulo não existia ainda o Conselho Estadual); sem que fosse deferido o funcionamento do curso. Mesmo assim, a Escola Superior de Educação Física de Presidente Prudente realizou neste corrente um concurso de vestibular, que foi invalidado devido a estas condições, conforme aponta a documentação abaixo:

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 291 /71

Aprovado em 16/8 /1971

Não reconhece validade ao Concurso Vestibular
realizado pela Escola Superior de Educação Física de
Presidente Prudente.

PROCESSO CEE- N° 287/71.
INTERESSADO - ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE SANTO ANASTÁCIO.
CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU.
RELATOR - Conselheiro MOACYR EXPEDITO VAZ GUIMARÃES.

Do exame deste protocolado ressalta o fato de que a Escola Superior de Educação Física de Presidente Prudente realizou concurso vestibular no período de 24- de fevereiro a 3 de março do corrente ano, quando ainda não havia sido aprovada, por este Conselho, a autorização para sua instalação e funcionamento.

Com efeito, a 5 de abril, o Conselho Pleno aprovou o Parecer n° 110/71, favorável à instalação e funcionamento da Escola Superior de Educação Física de Presidente Prudente - Autarquia Municipal.

É curial que o funcionamento da Escola, vale dizer, a prática de seus atos escolares, deveria aguardar o indispensável decreto do Senhor Presidente da República.

Ocorre, que, como confessa o diretor da referida escola, fls. 25 a 27, as provas foram realizadas, indevidamente, com precipitação sem que se possa, agora, sanar a irregularidade.
Confirma-se, assim, a denúncia de fls. 8, feita pelo Prefeito de Santo Anastácio, quanto a esse aspecto do caso.

Em conclusão.

Quanto ao concurso vestibular realizado pela Escola Superior de Educação Física de Presidente Prudente, não lhe podemos reconhecer validade.

Trata-se de ato nulo de pleno direito.

É o nosso parecer.

Sala das Sessões da Câmara do Ensino do Terceiro Grau,
em 9 de agosto de 1971.

(aa) Conselheiro PAULO GOMES ROMEO - Presidente
Conselheiro MOACYR EXPEDITO VAZ GUIMARÃES-Relator
Conselheiro ALDEMAR MOREIRA, Pe.
Conselheiro LUIZ CANTANHEDE FILHO
Conselheiro LUIZ FERREIRA MARTINS
Conselheiro WLADEMIR PEREIRA

Figura 14. Disputa entre graduações. Disponível em:
http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/textos/1971/par_291_71_pro_287_71_s_Maiara_c_ana_w_ana.pdf

O sistema de ingresso na Escola Municipal normalizou com a autorização de seu funcionamento em 1974. Porém não foram obtidos registros até a finalização deste estudo, de como se desenvolviam as provas de ingresso e as aprovações.

Com o oferecimento de dois cursos superiores na área de Saúde aprovados pelo CEE, no ano de 1981 ocorreu o primeiro vestibular do IMESPP, ofertado semestralmente (SÃO PAULO, 1981).

As turmas que prestavam as provas para o curso de Educação Física eram separadas em femininas e masculinas. Fazia parte desta avaliação, a realização de testes de aptidão física, coloquialmente chamados de provas práticas (ALEGRE, 2005, p. 188). Isso não era uma especificidade do IMESPP, os testes práticos eram requisitos para a aprovação no vestibular e existiam em outros cursos de Educação Física.

Ao final da década de 1980 estavam matriculados 364 alunos de Educação Física e 173 de Fisioterapia, sendo que nesta época o curso de Educação Física era o segundo curso com maior número de alunos matriculados em Presidente Prudente, perdendo apenas para a licenciatura em Geografia, oferecida pela FCT com 403 alunos matriculados.

4.3.2. Contratação de professores

O IMESPP era regido por uma administração pública indireta divergindo do sistema de seleção para os cargos de professores da rede estadual, que era pela via de concursos públicos, e também do sistema realizado pela USP. O vínculo dos professores do IMESPP era pela via de contrato de trabalho; sendo que o processo de admissão era acompanhado e passava por pareceristas do Conselho Estadual de Educação (CEE).

Para esclarecer essa dinâmica é interessante trazer a tona o caso, disponibilizado em domínio público, da contratação de um professor para a disciplina de hand ball, que obteve um parecer favorável do relator para ser contratado, conforme descrito no Processo CEE nº 1752/1987, com o Parecer CEE nº 144/1988, datado de 9 de março de 1988.

O caso desvela o encaminhamento dado à seleção, para a qual o candidato se apresentava à vaga e entregava um breve currículo sobre sua formação e sua atuação profissional. Após, a documentação era encaminhada

à uma comissão, e escolhido um parecerista para analisar o pedido. Independentemente da vaga ou do curso, o candidato somente participaria do quadro do IMESPP, se obtivesse um parecer favorável do relator e do Conselho Estadual de Educação. A solicitação então era homologada e publicada em jornal oficial.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROCESSO CEE Nº 1752/87 INTERESSADO : APARECIDO LOURENÇÃO ASSUNTO : Indicação do interessado para ministrar a disciplina "Hand - Ball" - IMES de Presidente Prudente RELATOR : Consº Robert Henry Srour PARECER CEE Nº 144/88 CTG "D" APROVADO EM 09.03.88 COMUNICADO AO PLENO EM 16.03.88 1. HISTÓRICO: A direção do Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente, nos termos das Deliberações nº 05/60 (art. 4º I, II), 17/82 e 10/86, indica Aparecido Lourenção, licenciado em Educação Física, para lecionar, na categoria de Professor I, a disciplina "Hand-Ball", do Curso de Licenciatura em Educação Física, pertencente ao Departamento de Educação Física e Desportos, como segundo professor da referida disciplina, que já conta com Reinaldo Percinoto, aprovado pelo Parecer CEE nº 1.089/72. 2. APERECIAÇÃO: O interessado é portador do diploma de licenciado em Educação Física, expedido, em 1980, pela Escola Municipal Superior de Educação Física de Presidente Prudente, constando de seu histórico escolar a disciplina para a qual está sendo indicado (C/h: 60). É, também, licenciado em Pedagogia (1983) pela Faculdade de Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente. Frequentou vários cursos de extensão universitária e participou de treinamentos e de outros eventos pertinentes à área da Educação Física, promovidos, nestes últimos anos, em sua maioria, pelo Instituto proponente. Desempenhou, nesse Instituto, de 01/11/84 a 20/06/87, atividades de auxiliar de ensino da disciplina objeto da presente indicação e, em 1982, funções docentes junto à EEPS "Profª Zilda Ruiz" - DE de Presidente Prudente. Dedica-se, atualmente, segundo grade horária, apenas ao magistério, como professor de Educação Física do Colégio "Objetivo" onde lhe foram atribuídas 10 (dez) aulas, e terá a seu encargo, quando do início de suas atividades junto à escola que ora o propõe, 8 (oito) aulas da disciplina de que tratam os autos, perfazendo um total de 18 (dezoito) aulas semanais.	PROCESSO CEE Nº 1752/87 PARECER CEE Nº 144/88 fls 02 3. CONCLUSÃO: Favorável à indicação de Aparecido Lourenção para, como Professor I, ministrar "Hand-Ball" no Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente. São Paulo, 16 de fevereiro de 1988. a) Consº Robert Henry Srour Relator 4. DECISÃO DA CÂMARA A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator. Presentes os nobres Conselheiros: Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá, Célio Benevides de Carvalho, Celso de Rui Reisiegel, Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães. Sala da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em 9.3.88 a) Consº Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães Presidente
---	--

Figura 15. Documento do CEE sobre a contratação de um professor do IMESPP. Disponível em:<

http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/textos/1988/par_144_88_pro_1752_87_s_vini_c_jac_w_jac.pdf>. Acesso em 24 mar. 2018.

Outro parecer a respeito da mesma disciplina *Hand ball*, entretanto para outro professor interessado na solicitação, revela que na década de 1980, não somente o Hand ball, mas as disciplinas oferecidas pelo IMESPP eram regidas por dois professores, um docente responsável e o outro na função de auxiliar de ensino, um professor assistente. Além de docentes com formação e atuação em disciplinas específicas, havia também professores “generalistas” que ministravam múltiplas disciplinas e que não necessariamente eram formados

em Educação Física. Interessante destacar que a dinâmica de regência com dois professores já era assinalada na USP, década de 1960.

Em 1987, o processo de admissão docente foi alterado havendo então o primeiro concurso para vaga de professores do IMESPP, oferecendo um salário compensatório. Logo, os concursos se tornaram um evento, um acontecimento na cidade, porque assim como no vestibular, também a aprovação na prova prática era pré-requisito, o que atraía a população para assistir os testes de aptidão física realizados pelos candidatos à docência.

Após a encampação do IMESPP pela UNESP no ano seguinte, o Regime de Dedicação Integral a Docência e à Pesquisa (RDIDP) assustava os candidatos aos cargos de docente, pelo grau de exigência teórica para a realização de atividades acadêmicas e de investigação, o que pode ser percebido na locução de um professor entrevistado por Alegre (2005, p. 244): “Um projeto de pesquisa para RDIDP era na minha visão daquele tempo- não sei se objetivamente isso se sustenta- uma coisa muito mais complexa do que é atualmente”.

Outro fator que representava um obstáculo e provocou a saída de professores do IMESPP na época da encampação pela UNESP, foi de que este regime os impossibilitava de terem outras atividades ou outros vínculos empregatícios, sendo que o salário ofertado era bem inferior ao dos professores da USP (LIMA; RIBEIRO, 2013).

4.3.3. Formatura

Em 1981, a graduação em Educação Física havia formado vinte e três turmas de professores licenciados na área. Sobre este assunto existe muito material nas redes sociais, em especial fotografias deste tipo de evento, postadas por egressos.



Figura 16: Alunos da graduação de Educação Física do IMESPP na década de 1980. Disponível em :< <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=829077563775126&set=gm.265461310291962&type=3&theater>>. Acesso em 17 mar. 2018 e <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10201538141802402&set=gm.256192581218835&type=3&theater>. Acesso em 17 mar. 2018.

4.3.4. Jogos abertos do interior

Os jogos abertos do interior começaram em 1936, sendo importantes para a cidade e para a Faculdade de Educação Física. O campeonato de 1968 foi importante para ambos, pois reverteu na construção da pista de atletismo. Os alunos participavam como atletas e também como monitores.

Existem muitos troféus e medalhas expostos em vários mostruários de parede, tanto no Departamento de Educação Física como na entrada da Direção da FCT/UNESP. Porém, até o momento não foi possível localizar algum, dentro da periodização deste estudo ou que tivesse o nome da Escola Municipal de Educação Física ou a sigla do IMESPP.

4.3.5. Eventos acadêmicos da Educação Física-IMESPP

É recorrente nas obras de Oliveira(2014) e Alegre(2005), a discussão sobre a qualidade do curso de Educação Física do IMESPP. Os termos “precariedade”, “desnível dos alunos”, “ênfase para o trabalho”, entre outras adjetivações existentes nos depoimentos, incitam dúvidas quanto a vida acadêmica e de pesquisa existente na instituição. Não era obrigatória a confecção de monografias para conclusão de curso, o que remete novamente a questionar o grau de exigência do ensino, frente aos padrões do CEE.

<u>I CICLO DE ESTUDOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA</u> 1a. Palestra do dia 27/04/83 - <u>O RITMO DAS EMOÇÕES NA PERSONALIDADE.</u> Professor: Dr. SÉRGIO DA SILVA GUIMARÃES LOCAL: CASA DOS MÉDICOS DE PRESIDENTE PRUDENTE	<u>I - CICLO DE ESTUDOS - EDUCAÇÃO FÍSICA</u> 2ª PALESTRA DO DIA 28/04/83 - <u>TREINAMENTO DE ALTO NÍVEL</u> PROFESSOR:- DANTE ROSSINI JUNIOR LOCAL:- GINÁSIO DE ESPORTES DA ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE ESPORTES ATLETICOS D. PRESIDENTE PRUDENTE;
- Instinto de Vida - Instinto de Morte - Amor e Odio - Mecanismos de Proteção (Defesa) da Personalidade contra estes instintos - Adaptação ao Meio Interno e Externo - Adaptação da Personalidade e Exigências Internas e Externas - Etapas do Desenvolvimento Físico e Sexual da Personalidade.	- Preparação de uma equipe de Basquetebol: - Pré-Temporada - Temporada - Preparação Física: - Fase Preparatória - Fase Específica - Trabalho Aplicado no Desenvolvimento da Preparação Física: - Resistência - Força - Velocidade - Flexibilidade - Agilidade - Coordenação - Preparação Técnica: - manejo de bola - manejo do corpo - posição básica do corpo - empunhadura da bola - passes - dribles - giros - mudança de direção - fintas - rebote (defensivo, ofensivo) - arremessos - Temporada: - Sistema de Defesa - Aspectos Ofensivos - Táticas Ofensivas.
INÍCIO DA PALESTRA:- 20:00 Horas.	INÍCIO: 21 horas e 45 minutos.

Figura 17- Evento para aprimoramento dos graduandos. Foram encontrados depoimentos sobre a baixa qualidade do curso de Educação Física. No entanto, é importante evidenciar que vários professores preocupados com a melhoria do ensino, realizaram ações pontuais, como as detalhadas na sequência. Documento restrito. Fonte: Acervo FONTE DOCENTE, 2017.

Foi possível recuperar alguns desses eventos por meio de documentação coletada com a doação de livros e materiais pedagógicos de dois professores do curso ao se aposentarem. Esse material possibilitou a identificação entre os eventos, do Ciclo de Estudos de Educação Física e da Jornada da Educação Física.

Em 27 a 29 de Abril de 1983 foi realizado o I Ciclo de Estudos de Educação Física pelo IMESPP com várias palestras realizadas no período noturno em diversos locais de Presidente Prudente, como na Casa dos Médicos, no Ginásio de Esportes da Associação Prudentina de Esportes Atlético de Presidente Prudente (APEA) e no Tênis Clube de Presidente Prudente. Interessante destacar que o curso de Educação Física era realizado em período noturno, mesmo período da realização do evento. Infere-se que a participação dos graduandos no Ciclo fosse parte da programação do curso de Educação Física, como uma atividade complementar dos currículos da atualidade.

As palestras das quais foram recuperados registros foram sobre "O ritmo das emoções na personalidade", "Didática especial a Educação Física", "Ginástica olímpica", "Treinamento de alto nível". Os documentos evidenciam outras conferências, mas que não obtivemos dados suficientes para apontar sobre o que versavam.

Entre 18 a 21 de setembro de 1985 foi realizada a I Jornada de Educação Física que ocorreu em conjunto com a 5ª edição da Jornada de Fisioterapia. Pelos poucos documentos recuperados até o momento sobre o assunto foi observado que a programação dessa edição ocorreu em três dias, no período vespertino e noturno e com o oferecimento de quatro cursos e atividades relacionadas à área da Saúde.

O fato de serem promovidos ciclos e jornadas como eventos acadêmicos da Educação Física durante a década de 1980, ainda como IMESPP, revela um esforço do curso em aproximar o ensino à pesquisa, embora essas iniciativas ainda não fossem suficientes, dentro dos moldes exigidos pela estrutura modelar da USP.

Todavia é importante que se considere que a distinção entre a USP e os Institutos Isolados não ocorreu somente por questões teóricas, acadêmicas e conceituais. Também estava relacionada à distribuição do orçamento a partir

do percentual destinado ao Ensino Superior do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Discussão que não será aprofundada por não ser a ênfase deste estudo.

CAPÍTULO 5

REFERÊNCIA, MODELO OU RESTRIÇÃO? A CULTURA MATERIAL DO IMESPP

A cultura material está diretamente relacionada à produção de um determinado povo, por articular ideias e representações do modo de viver dessa sociedade. Compõem-se de objetos, materiais e discursos que tem uma identidade comum e fazem parte de um legado; enfim, algo que se preservou como espaço, temporalidade e linguagem.

Transpondo para o ensino, os documentos oficiais, materiais bibliográficos, pedagógicos e imagéticos que evidenciam atividades, atribuições, práticas, currículos e discursos são considerados objetos concretos que conferem materialidade às dinâmicas sociais e culturais ocorridas nos espaços educacionais.

Para Vidal (2009) dentro da cultura material, um dos elementos constitutivo das práticas escolares ou educacionais são os vestígios escriturais (registro em caderno, plano de aula, exercícios, trabalhos escolares alunos, fichas de alunos, prontuários, avaliações, carteirinhas de estudante, entre outros assim como anotações administrativas) e não-escriturais como a oralidade e a as práticas de corporeidade. Embora as últimas sejam consideradas fugazes e efêmeras no período desta pesquisa, as relações de oralidade não se produzem somente a partir do contato entre os sujeitos escolares, mas também pela sua interação com mobiliário, equipamentos, estrados, bolas, bem como de sua frequência aos espaços, como às salas de aula, aos corredores, às bibliotecas, às quadras e as piscinas. A forma como são organizados e como são estabelecidas as relações entre as pessoas e os vestígios da cultura material evidenciam não somente uma hierarquia de saberes e sujeitos, bem como os códigos constituídos para seu uso:

Este conjunto que poderíamos chamar difusamente de cultura material escolar, se considerado em sua seriação, permite-nos conhecer as estratégias de conformação da corporeidade dos sujeitos imposta pelos mecanismos do poder. Ao mesmo tempo, se observado na sua singularidade pode trazer elementos para a percepção de táticas de subversão (VIDAL, 2009, p. 32).

O presente capítulo tem como objetivo mostrar a materialidade pedagógica, objetos e recursos que compuseram a trajetória da formação de docentes do curso promovido pelo IMESPP, e na medida do possível entender se as opções de material pedagógico do IMESPP são provenientes de um

referencial promovido pelos Conselhos de Educação Estadual e/ou Federal, de um modelo de curso universitário existente para a época, ou de um controle ou de restrição. Assim, o corpo do texto intenciona apresentar: livros da biblioteca do Instituto e seus assuntos; livros utilizados pelos docentes do curso de Educação Física, quais os autores, quais registros de práticas pedagógicas desses professores e seus graduandos, quais mobiliários e equipamentos ainda existentes entre outros objetos da cultura material, intencionando revelar os conteúdos disseminados no Ensino Superior da Educação Física, os saberes e os discursos.

Para isso foi perscrutado os seguintes elementos da cultura material da Educação Física do IMESPP: o acervo da biblioteca central da Instituição que atendia as demandas discentes e docentes do curso e que em 1988 foi incorporada pela BIBLIOTECA da FCT/UNESP; alguns itens de material didático doado pelos dois professores que se aposentaram, anteriormente já mencionados (e que passaram a compor o ACERVO Do Fonte Docente) e como mobiliário/equipamentos do ginásio para as práticas do curso, o destaque deste tópico é direcionado ao processo de musealização de uma bicicleta ergométrica Monark ao acervo do Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto de Presidente Prudente.

5.1. Biblioteca

A Biblioteca central³² da Escola Superior de Educação Física foi nomeada de “Professor Lopes Casali” contava em 1973, com 571 obras, totalizando 981 volumes e assinaturas de 15 publicações nacionais e 19 estrangeiras. Neste tópico foi dado um detalhamento a biblioteca devido aos seus registros, conservados no encampamento da instituição pela UNESP, por se acreditar que possam colaborar na identificação dos saberes evidenciados na Educação Física e nos Esportes, de 1946-88. A base de dados pesquisada para recuperar o acervo bibliográfico do IMESPP foi a Athena e o Catálogo da

32 Esses números são provenientes do documento disponibilizado em http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/textos/1973/par_2994_73_pro_1886_73_s_Maiara_c_flavia_flavia.pdf. Acesso em 22 mar. 2018. Para realizar o levantamento do material bibliográfico existente na Biblioteca, a pesquisa foi desenvolvida em um PIBIC Ensino Médio com bolsa por quatro meses, e por uma equipe de alunos voluntários participantes do meu grupo de estudos IPTECHI. Saíram dois CICs 2017, um relatório de PIBIC, e o blog fonte docente, colocado no ar em 12 de junho de 2017, no endereço: <http://fontedocente.blogspot.com.br/>, com *design* simples e recursos básicos.

Faculdade de Ciências e Tecnologia/FCT/BPP. Como já mencionado como procedimento metodológico; sendo que a busca ocorreu por meio da utilização de uma catalogação temática, que a área da Biblioteconomia denomina de “vocabulário controlado”. Essa forma de organização da documentação de um arquivo como o de uma biblioteca, está hierarquizada em diferentes níveis de informação, e foi estruturada pela Biblioteca da USP. O destino desse levantamento foi reunir um catálogo de obras que evidenciasse o conhecimento e os saberes pedagógicos da Educação Física, por meio da cultura material desta área; assim como a constituição do arquivo histórico *on-line*: o “FONTE DOCENTE”. Assim, foi desencadeada a pesquisa na base Athena dentro do Catálogo da Faculdade de Ciências e Tecnologia/FCT/BPP. Usando o “vocabulário controlado”, na periodização estabelecida entre 1946-1988 (que se refere aos livros do IMESPP, incorporados pela biblioteca da FCT). A partir do que foi recuperado foram criadas duas tabelas sendo: Educação Física (tabela 1) e Esportes (tabela 2).

Itens	ENTRADA EDUCAÇÃO FÍSICA	PERIODIZAÇÃO 1946-1988	% nº de Títulos
1	Aptidão física	57	6,48
2	Atividade física na empresa	0	0,00
3	Atividade motora	2	0,23
4	Cinesioterapia	2	0,23
5	Cinesiologia	15	1,70
6	Condicionamento físico	2	0,23
7	Controle motor	9	1,02
8	Coordenação motora	70	7,95
9	Corpo	591	67,16
10	Educação física escolar	22	2,50
11	Educação física adaptada	11	1,25
12	Educação física feminina	8	0,91
13	Educação física infantil	48	5,45
14	Educação física masculina	1	0,11
15	Ergometria	3	0,34
16	Ergonomia	6	0,68
17	Fisiologia do exercício	5	0,57
18	Ginástica corretiva	1	0,11
19	Habilidades motoras	1	0,11
20	Medidas e avaliação da Educação física	0	0,00
21	Postura	12	1,36
22	Aprendizagem motora	7	0,80
23	História da Educação física	4	0,45
24	Atividade física	3	0,34
	TOTAL	880	100

Tabela 1: Entrada Educação Física do “vocabulário controlado”. Fonte: Autoria própria, 2017.

Na “Educação Física” entre 1946-1988, o tema Corpo representou 67,16% do número de livros; a Coordenação motora (7,95%); a Aptidão física (6,48%); a Educação física infantil (5,45%); a Educação física escolar (2,50%) e a Postura (1,36%).

Esse resultado é similar ao que aparece na literatura da década de 1970-1980, quando ocorre um maior enfoque na coordenação motora, na aptidão física e com o próprio corpo (MOREIRA, 2013). Para mostrar os livros sobre “Esportes” foi criada a tabela 2:

Itens	ENTRADA ESPORTE	Subdivisão	PERIODIZAÇÃ O 1946- 1988	% de Títulos
1.	ACIDENTES ESPORTIVOS	a. Geral	0	0,00
		b. Primeiros Socorros	2	0,28
		c. Medicina esportiva	19	2,61
		d. Traumatologia	35	4,81
		e. Técnica cirúrgica	10	1,38
		f. fraturas	5	0,69
		g. Reabilitação	9	1,24
2	Administração esportiva		0	0,00
3	Direito esportivo		0	0,00
4	Doping no esporte		0	0,00
5	Equipamentos esportivos		0	0,00
6	Esportes para portadores de deficiências		0	0,00
7	Ética esportiva		0	0,00
8	Eventos esportivos		0	0,00
9	Higiene esportiva/física		0	0,00
10	História do esporte		0	0,00
11	Legislação esportiva		0	0,00
12	Marketing esportivo		0	0,00
13	MODALIDADES: ESPORTES AQUÁTICOS	a. Geral	10	1,38
		b. Recreação aquática	0	0,00
		c. Atividades aquáticas	0	0,00
		d. regatas	2	0,28
		e. caça submarina	1	0,14
		f. canoagem	0	0,00
		g. Esqui aquático	2	0,28
		h. mergulho	2	0,28
		i. motonáutica	0	0,00
		j. natação	43	5,91
		l. nado sincronizado	0	0,00
		m.pesca esportiva	2	0,28
		n. pólo aquático	4	0,55
		o. remo	6	0,83
		p. saltos ornamentais	3	0,41
		q. vela	9	1,24
		r. surf	1	0,14
		s. windsurfe	0	0,00
		t. iatismo	2	0,28

Tabela 2: Entrada Esportes do “vocabulário controlado”. Fonte: Autoria própria, 2017.

Itens	ENTRADA ESPORTE	Subdivisão	PERIODIZAÇÃO 1946- 1988	% de Títulos
	ESPORTES DE ATAQUE E DEFESA	a. Geral	0	0,00
		b. Artes marciais	1	0,14
		c. Capoeira	1	0,14
		d. Esgrima	2	0,28
		e. Luta livre	1	0,14
		f. Luta Greco-romana	0	0,00
		g. Sumô	2	0,28
		h. Jiu-jitsu	2	0,28
		i. Karatê	14	1,93
		j. Taekwondo	0	0,00
		l. Defesa pessoal	14	1,93
	ESPORTES DE INVERNO	a. Geral	0	0,00
		b. Esqui na neve	0	0,00
		c. Patinação	0	0,00
	ESPORTES INDIVIDUAIS	a. Geral	1	0,14
		b. Atletismo	100	13,76
		c. Arco e flecha	0	0,00
		d. Badminton	0	0,00
		e. Boliche	0	0,00
		f. Caça	8	1,10
		g. Ciclismo	1	0,14
		h. Equitação	1	0,14
		i. Golfe	5	0,69
		j. Hipismo	1	0,14
		l. Musculação	9	1,24
		m. Skate	0	0,00
		n. Squash	0	0,00
		o. Tênis	11	1,51
		p. Tiro ao alvo	0	0,00
		q. Triatlo	0	0,00
		r. Voo livre	0	0,00
	ESPORTES POR EQUIPE	a. Geral	0	0,00
		b. Basquetebol	30	4,13
		c. Beisebol	1	0,14
		d. Futebol	56	7,70
		e. Handebol	12	1,65
		f. Hóquei	1	0,14
		g. Rugby	1	0,14
		h. Softbol	0	0,00
		i. Voleibol	23	3,16

Tabela 2: Entrada Esportes do “vocabulário controlado”. Fonte: Autoria própria, 2017.

Itens	ENTRADA ESPORTE	Subdivisão	PERIODIZAÇÃO 1946- 1988	% de Títulos
-------	-----------------	------------	----------------------------	-----------------

	ESPORTES RADICAIS	a. Geral	0	0,00
		b. Alpinismo	2	0,28
		c. Automobilismo	2	0,28
		d. Motociclismo	0	0,00
		e. Paraquedismo	0	0,00
	GINÁSTICA	a. Geral	142	19,53
		b. Dança aeróbica	0	0,00
		c. Ginástica aquática	0	0,00
		d. Ginástica feminina	20	2,75
		e. Ginástica infantil	15	2,06
		f. Ginástica jazz	0	0,00
		g. Ginástica masculina	4	0,55
		h. Ginástica artística	5	0,69
		i. Ginástica para bebês	0	0,00
		j. Ginástica para gestantes	2	0,28
		l. Ginástica respiratória	0	0,00
		m. Ginástica rítmica	9	1,24
		n. Hidroginástica	0	0,00
		o. Matroginástica	1	0,14
		p. Step	1	0,14
		q. Yoga	10	1,38
		r. ginástica aeróbica	2	0,28
		s. pilates	0	0,00
13	Mulher no esporte		0	0,00
15	Pedagogia do esporte		0	0,00
16	Sociologia do esporte		1	0,14
17	Terminologia esportiva		0	0,00
18	Torcidas organizadas		0	0,00
19	Treinamento esportivo		2	0,28
20	Violência no esporte		0	0,00
21	Alimentação do Atleta		1	0,14
22	Psicologia esportiva		2	0,28
23	Psicologia de reabilitação		2	0,28
24	Neurologia		39	5,36
TOTAL			727	100

Tabela 2: Entrada Esportes do “vocabulário controlado”. Fonte: Autoria própria, 2017.

O levantamento de livros sobre “Esportes” apontou a existência de literatura com maior concentração em livros gerais, com destaque nas obras sobre ginástica; nos esportes individuais, o maior volume de livros era sobre

atletismo; nos esportes por equipes, destacou-se o futebol; e em relação aos esportes aquáticos, a bibliografia se concentra na temática da natação. Há uma predominância de livros sobre esportes variados no que era do acervo do IMESPP em relação à quantidade de livros sobre Educação Física. O esporte estava sendo muito discutido na década de 1970 e 1980 e os professores davam ênfase no assunto durante sua formação. Lembrando que essa era a época do tecnicismo e a literatura da área fazia menção do esporte como um fenômeno, a ser discutido e trazido para a formação de professores.

Vale realçar que nos livros da biblioteca, o vocabulário controlado faz distinção dos jogos e recreação colocando-os na área de Educação e não de Educação Física. Em termos de um problema concreto, como a localização de livros nas estantes de uma ou de outra área, essa situação não tem muitos desdobramentos. O problema realmente é evidenciado, quando se tenta recuperar *on-line* pelos vocabulários controlados, que não apontam livros de recreação e jogos como conteúdos da Educação Física. Esses assuntos estão catalogados como Pedagogia. Infere-se que este seja um indicativo de que as categorizações do vocabulário controlado repliquem a ideia de que as obras com tema dos esportes sejam direcionados para a Educação Física, e os jogos e a recreação não. Isso confronta com os conteúdos e saberes necessários a formação de docentes da área e que podem ser lembrados nas páginas 14 e 15 dessa obra, ao citarmos o “Programa de Educação Física para o Ensino Normal”, baixado pela Portaria nº 6, de 15 de março de 1957 e o “Programa de Educação Física, Recreação e Jogos para o Ensino Normal do Estado de São Paulo” de 1971, ambos referenciados em Marinho (1971).

5.3.Mobiliário

Foram encontrados no ginásio do campus, equipamentos e aparelhos do IMESPP que sugerem a prática de Ginástica Olímpica, como barras paralelas, cavalo, banco sueco, *medicine ball*, espaldar, colchões, trampolim, cama elástica; Atletismo nas modalidades corrida, corrida com barreiras, arremesso

de peso, de disco; entre outras atividades realizadas pelos alunos de Educação Física em suas aulas.



Figura 18- Mapeamento do materiais, equipamentos do IMESPP: (Fonte: Autoria própria, 2016)

O espaço e os equipamentos ficavam sobre a responsabilidade da Autarquia Municipal de Esportes de Presidente Prudente (AMEPP), tanto assim que é possível verificar ainda na data presente equipamentos patrimoniados com a sigla AMEPP. Esse órgão se tornou nos anos de 1990 a Secretaria Municipal de Esportes e Presidente Prudente (SEMEPP).



Figuras 19 e 20- Equipamentos da Pista de Atletismo. (Fonte: Autoria própria, 2016).

5.4. “A Bicicleta ergométrica Monark da década de 1970: da disponibilização patrimonial a sua musealização”



Figura 21: Bicicleta do IMESPP. Equipamento recorrente em várias academias e faculdades de Educação Física da década de 1970 (Fonte: Autoria própria, 2016).

Embora saia dos padrões acadêmicos que até então se encontravam na escrita desse livro, essa é uma história que precisa ser contada. A autora e também docente e pesquisadora foi procurada sobre o interesse em aceitar uma bicicleta do IMESPP para o acervo Fonte Docente. Em função do espaço restrito do local, encaminhou uma solicitação para que a Direção da unidade FCT/UNEP, autorizasse sua doação para o Museu e Arquivo Histórico Municipal ao invés do seu envio para o descarte:

Realizo esse pedido porque o modelo monark de bicicleta ergométrica é recorrente em outras instituições de ensino superior de Educação Física, e faz parte da história dessa instituição. Em Novembro de 2016 fui procurada para resolver o destino de um equipamento: uma bicicleta ergométrica da década de 1970 da marca Monark, patrimoniada sob o número 9761, na lista do Centro Esportivo 2- ASA/FCT/UNESP/Presidente Prudente/SP e que estava sendo encaminhada para disponibilização de bens. Embora esteja desenvolvendo um projeto de História recente que envolve o Instituto Municipal de Ensino Superior de Educação Física de Presidente Prudente (atual graduação de Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia/FCT), com objetivo de inventariar os materiais, equipamentos, recursos, tecnologias e infraestrutura para a formação de professores da área, pela ausência de espaço físico no acervo que estamos criando na sala do Grupo de Estudos Inovações Pedagógicas e Tecnológicas e suas Histórias na Educação Física (IPTECHI), não tive como acolhê-la. Então, dei andamento a um processo de autorização para sua doação ao Museu Histórico Municipal de Presidente Prudente, que demonstrou interesse na aceitação do referido objeto com a intenção simultânea de preservá-lo em seu acervo e dar visibilidade a cultura esportiva da cidade, já que mantém um acervo de objetos e equipamentos esportivos de moradores da cidade. A bicicleta ergométrica não tem condições de ser usada em sua função original, pois além da necessidade de reparos é um equipamento tecnologicamente ultrapassado. Entretanto, reveste-se de significado por fazer parte da história da cultura material do primeiro curso superior de Educação Física da cidade de Presidente Prudente, ministrado pela Escola Municipal de Educação Física em 1971.

(Documento restrito. Fonte: Acervo da Autora, 2017)

Das investigações sobre a bicicleta, recuperou-se que no ano de 1971 foram liberadas outras dezessete escolas da área, a maioria no Estado de São Paulo segundo CEDIME (2017). Interessante evidenciar que este modelo Monark de bicicleta ergométrica foi recorrente em outras instituições de ensino superior de Educação Física, sendo que até 2011 algumas delas ainda existiam na academia do Centro de Práticas Esportivas da USP/CEPEUSP, conforme relata Pom (2012).

Vale assinalar que o modelo nacional assemelha-se com as ergométricas americanas, consideradas equipamentos fundamentais na recuperação de cardíacos, em artigo traduzido na revista Sprint de 1988 (p. 266-269) “Jogos de Saúde para Cardíacos: existe vida após um ataque cardíaco? De autoria de Lorraine Zinn e Patrick Long, ambos do Colorado (EUA).



a Companhia Adolph Coors. A equipe de voluntários para os jogos era representada por cada empresa patrocinadora e incluía estudantes universitários, pessoal de agências de recreação, pessoal médico e outros interessados. O pessoal médico foi designado para cada um dos locais das provas pesadas assim como os locais de reunião. Todos os voluntários eram qualificados para aplicarem técnicas básicas de primeiros socorros e de manutenção da vida. O treinamento de voluntários foi considerado essencial para o sucesso dos jogos. Uma semana antes dos jogos, os voluntários compareceram a uma sessão de orientação. Os médicos de clínicas congregaram-se em exercícios, demonstrando

cada prova pesada deveriam assegurar a segurança do inscrito e incentivar a participação e não a competição. Nos registros constavam o nome do participante, a prova pesada assim como a pressão arterial, o tempo e distância percorridos e as batidas cardíacas antes e depois do exercício. As modificações das provas asseguravam uma experiência segura e divertida para cada participante.

Os cardiologistas locais assim como outros profissionais da área de saúde davam cobertura médica aos jogos. Foi feito um plano de emergência e comunicação, e havia uma ambulância no local com serviços de contato direto com os hospitais locais para as emergências.

Figura 21- Modelos similares (Sprint, 1984)

Reconhecendo a importância histórica do equipamento não somente na perspectiva de um registro documental em sua concepção mais ampla (LOUREIRO; LOUREIRO, 2013), que comunica testemunho autêntico da formação de professores da área, um elemento indiciário de saberes ensinados e aprendidos; mas também dos esportes na cultura da cidade de Presidente Prudente, em especial do ciclismo.

A interação entre as instituições por meio da doação possibilitou e colaborou com a promoção de ensino não formal e informal propiciado pelos eventos do Museu que reúne outros objetos históricos esportivos.

Importante ressaltar que do processo de pesquisa para justificar a doação da bicicleta, surgiu mais uma evidência de uma estrutura modelar para os cursos de Educação Física, provenientes de orientações do CEE e da influência da USP no ensino superior neste período.

ALGUMAS REFLEXÕES

Acredita-se que o estudo tenha oferecido alguns conhecimentos sobre a configuração de saberes da docência em Educação Física do oeste paulista, e em especial sobre a Escola Superior Municipal de Educação Física, que na década de 1980 tornou-se o IMESPP, uma instituição emblemática e contraditória, que é mencionada em publicações sobre a história da UNESP, mas sem detalhamento.

A lógica social na construção e uso dos prédios que compunham o IMESPP, a organização do espaço, a explicitação das funções e atividades que ocorreram e aquelas que não aconteceram em suas estruturas físicas, acrescidos ainda ao dilema entre o currículo prescrito e o real, comunicam em linguagem silenciosa como os espaços são distribuídos e ocupados, ou ainda as representações forjadas sobre a Educação Física e os Esportes e sobre aqueles, por eles talhados.

Enfim um discurso permeado por estigmatizações que não foram ainda dissipadas. Durante todo o percurso dessa investigação um questionamento ficou em latência: Porque é citada a existência do IMESPP em vários livros de forma breve? Documentos existem, porém não estão sistematizados de forma a facilitar a resposta para essa pergunta, ou mesmo a reconstruir a história da instituição. O amalgame apresentado oferece várias lacunas a serem perscrutadas, cabendo a outros pesquisadores que se interessem pelo assunto desvendá-las.

FONTES E REFERÊNCIAS

Fontes (Leis e Normas)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 07 nov. 2013.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.212**, de 17 de abril de 1939. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/juris/mostra_lei.asp?ID=58>. Acesso em: 10 fev. 2011.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.530**, de 2 de janeiro de 1946a. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.777**, de 22 de janeiro de 1946b. Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=77499&norma=104192>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa diretrizes e bases para a Educação Nacional. Disponível em: <<http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>> Acesso em: 19 dez. 2011.

BRASIL. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 13 fev. 2013.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm> Acesso em: 19 set. 2009.

BRASIL. **Decreto-lei nº 200**, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm

>. Acesso em: 08 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em:<

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm>. Acesso em: 08 ago. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 68.777**, de 21 de Junho de 1971. Autorização para o funcionamento da Escola Superior de Educação Física de Presidente Prudente - Autarquia Municipal, com sede em Presidente Prudente, SP. Disponível em:<

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68777-21-junho-1971-410546-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 74.015**, de 7 de maio de 1974. Concede reconhecimento ao curso de Graduação em Educação Física da Escola Municipal de Educação Física de Presidente Prudente, Estado de São Paulo. Disponível em: <

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=203446>>.

Acesso em: 08 ago. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 84.507**, de 25 de fevereiro de 1980, Autoriza o funcionamento do curso de Fisioterapia da Escola Municipal Superior de Educação Física de Presidente Prudente, São Paulo. Disponível em:<

[http://www2.esporte.gov.br/cedime/legislacao/leisEF/1980_NormasJuridicas\(Te xtToIntegral\)_DEC_084507_25_02_1980.jsp](http://www2.esporte.gov.br/cedime/legislacao/leisEF/1980_NormasJuridicas(Te xtToIntegral)_DEC_084507_25_02_1980.jsp)>. Acesso em: 08 ago. 2017.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Lei Municipal nº 2.120**, de 20 de Agosto de 1980, alteração da denominação da autarquia Escola Municipal Superior de Educação Física para Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente. Disponível em:<

<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/Documento.do?cod=32555>>.

Acesso em: 08 ago. 2017.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Decreto Municipal nº 4.341**, de 10 de fevereiro de 1981. Fica a autarquia municipal de Presidente Prudente responsável pela administração e manutenção do Estádio de Atletismo Paulo Egydio Martins.

Disponível em:< <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/Documento.do?cod=31662>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Lei Municipal n.º 2.625**, de 08 de maio de 1988, que extinguiu o Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente. Disponível em:< <http://www.buscaoficial.com/c/diario/cC1JbgfKt/>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

SÃO PAULO. **Decreto n.º. 20.612**, de 5 de julho de 1951. Disponível em:< <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1951/decreto-20612-05.07.1951>>> Acesso em 08 ago, 2017.

SÃO PAULO. **Projeto para transformação do “Colégio e Escola Normal” para Instituto**, 1952. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/4267907/pg-49-poder-executivo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-09-07-1952>>. Acesso em 19 mar. 2018

SÃO PAULO. **Projeto de lei n.º 871**.Solicita a transformação para Instituto de Educação Fernando Costa. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/4334023/pg-40-poder-executivo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-11-08-1953/pdfView>>. Acesso em 18 mar. 2018.

SÃO PAULO. **Da organização do curso normal, do Instituto Fernando Costa. 1953**. Do ensino oferecido pelo Instituto de Educação Fernando em seu artigo 4º, p. 24 Disponível em:<: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/5535898/pg-24-poder-executivo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-25-09-1953>>. Acesso em 19 mar. 2018.

SÃO PAULO. **Lei n.º 2.337** 20 de outubro de 1953. Disponível em:<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1953/lei%20n.2.337,%20de%2020.10.1953.htm>>. Acesso em 18 mar. 2018..

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. **Parecer CEE n.º 2.994/1973**. Reconhecimento do curso de graduação em Educação Física e Técnico Desportivo. Disponível em:< http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/textos/1973/par_2994_73_pro_1886_73_s_Maiara_c_flavia_flavia.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. **Processo CEE n.º 559/2001. Reautuado em 16 de outubro de 2002** (O documento tem característica intertextual por mencionar a Portaria Ministerial n.º 59, de 20 de maio de 1988;

já que não foi possível obter este registro). Disponível em:<

<https://iage.fclar.unesp.br/ceesp/textos/2002/559-2001.doc> >. Acesso em: 08 ago. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Projeto de Lei nº 690, de 23 de julho de 1952, artigos 12º ao 20º. Dispõe sobre o funcionamento dos Cursos de Especialização, sobre aulas, cátedra, normas de matrícula, apostila, verbas, seguindo às orientações dadas ao Instituto de Educação Caetano de Campos, São Paulo, SP. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, v. 62, n. 167, 26 jul 1952, p. 61. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/4291719/dosp-poder-executivo-26-07-1952-pg-61/pdfView>>. Acesso em: 17 out. 2012.

SÃO PAULO. **Vestibular IMESPP**. 1981.. Disponível em:<<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6980695/pg-13-poder-executivo-secao-i-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-17-11-1981>>. Acesso 18 mar 2018.

SÃO PAULO. Secretaria de Negócios da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Educação Física: Legislação básica**. (Federal e Estadual). São Paulo, 1985. 702 p.

UNESP. **Resolução UNESP nº 102**, de 29 de novembro de 2000. São Paulo: Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Disponível em: <<http://www.unesp.br/proex/repositorio/guia/051b.htm>>. Acesso em: 13 mai. 2013.

(Leis e normas para o IMESPP)

Foram consultados vários portais que necessitam de entrada com a palavra-chave: Escola Superior Municipal ou com IMESPP, sendo assim possível recuperar a série de documentos que colaborou na confecção deste estudo.

PREFEITURA DE PRESIDENTE PRUDENTE. Portal. Disponível em: http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/leis_decretos.xhtml>. Acesso em 22 mar. 2018.

CEDIME. Disponível em:<http://www.esporte.gov.br/cedime/legislacao>. Acesso em 22 mar. 2018.

JUSBRASIL. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/diarios>>. Acesso em 22 mar. 2018.

IAGE FCLAR/UNESP. Disponível:< <http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/textos>>. Acesso em 22 mar. 2018.

(Curso)

MACEDO, R.A.B. A história de Presidente Prudente. **Curso de formação para educadores**. Local: Museu e Arquivo Histórico Municipal Prefeito Antonio Sandoval Netto. 2-04-2016 a 04-06-2016, 32h.

Disponível em:
<https://www.facebook.com/118371541699213/photos/a.123634251172942.1073741828.118371541699213/493220747547622/?type=3>>. Acesso em 11 mar. 2018.

(Edição sobre o tema Ensino Superior no Brasil)

Revista Brasileira de Estudos pedagógicos, Brasília, v. 50, n. 111, jul./set. 1968. Neste exemplar pesquisou-se:

Editorial – p.05-08

Artigo 1- Sem declaração de autoria. **Contribuições da USP para o Ensino Superior do Brasil**. p.188-196 .

Artigo 2- TEIXEIRA, A. **Uma perspectiva da Educação Superior no Brasil**. p. 21- 82.

(Coleções)

Coleção de fotografias do Museu e Arquivo Histórico Municipal Prefeito Antonio Sandoval Netto.

Coleção de exemplares do Jornal “O Imparcial” – 1946-1988 do Museu e Arquivo Histórico Municipal Prefeito Antonio Sandoval Netto.

Coleção de exemplares do Acervo da Autora: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Educação Física. **Curso de Educação Física por Correspondência:** coleção. Brasília: MEC/DEF, 1964-70.

(Acervos)

Acervo fonte docente blog spot

Acervo de videocassete da Biblioteca/FCT/UNESP Campus de Presidente Prudente: Homenagem ao Prof. Alvanir Figueiredo: Descerramento da placa do IMESPP- vídeo cassete vd 59.

Referências

- ABREU, D.S. **Formação histórica de uma cidade pioneira:** Presidente Prudente. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.
- ALEGRE, M.(Org.). **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ontem:** uma trajetória (história oral) da Faculdade de Ciências e Tecnologia hoje. Presidente Prudente: [sn], 2006.
- ALMEIDA, J. S. CURRÍCULOS DA ESCOLA NORMAL PAULISTA 1846-1920: revelando uma trajetória. **Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 76, n. 184, p. 665-689. set/dez, 1995. Disponível em:< <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1106/1080> >. Acesso 22 mar. 2018.
- BICEGLIA, I. .L **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A PSICOLOGIA APLICADA AO ESPORTE.** 2008. xiv, 171 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Disponível em:< <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/92225> >. Acesso em 20 mar. 2018.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 4ª ed São Paulo: Cortez, 2011, 408 p.
- CASTRO, A.D. A licenciatura no Brasil. **Revista de História.** São Paulo, SP, v. L, tomo II, n. 100, p. 627-652, out.-dez, 1974.
- CASTRO, C.. *In corpore sano:* os militares e a introdução da Educação Física no Brasil. **Antropolítica.** Niterói: n. 2, p. 61-78, 1997.
- CEDIME. **Leis da Educação Física (1922 – 1999).** 2017. Disponível em:< <http://www2.esporte.gov.br/cedime/legislacao/leisEdFisica.jsp>. >. Acesso em 11 jun. 2017.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, v.2, p.117-229, 1990. Retirado da Revista *Histoire de l'Éducation*, nº. 38, maio de 1988. Tradução G. L. Louro.

Disponível em:< https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:hHlrZSG3Jp4J:cappf.org.br/tikidownload_wiki_attachment.php?attld%3D308+chervel+finalidades+das+disciplinas+escolares+%22finalidades+de+todas+as+ordens%22+al%C3%A9m+do+conte%C3%BAdo&hl=ptBR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESh96ob7Bj1lek28TBmLNlhAcvwcyAK379d0f8XuR4yMovusL701yHxoMY631lm34dpAqE1T7pmr0f4JSjSXXanjDI4UP5e8I_8P47lmf2lk6fF0KVVFpMI2C2pbFFPP5ycG7ZV&sig=AHIEtbQ_qMBWXNR2Hjk1HHnstjXyHxC8qw>. Acesso em: 6 jan. 2013.

CHEVALLARD, Y. ***Pourquoi la transposition didactique?*** 2007. Disponível em:< http://yves.chevallard.free.fr/spip/spip/IMG/pdf/Pourquoi_la_transposition_didactique.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2013.

CONGRESSO Luso-Brasileiro de Educação Física II. **Revista de Educação Física do Exército**. Rio de Janeiro, n. 94, p. 01-05, 1964.

CONSELHO Federal de Educação. Definição dos Cursos de Professor de Prática Educativa e de Professor de Cursos Isolados. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 51, n. 113, p. 124- 128, jan./mar. 1969.

CORREA, A.M.M. **Institutos isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo**.: memória de criação das escolas que vieram à integrar a UNESP. 2006. Disponível em:< http://www.cedem.unesp.br/Home/Publicacoes/15_34.pdf>.

Acesso 20 mar. 2018.

Da COSTA, L. P. **Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil**. Brasília: CDRH-MP/DEF-MEC, 1971. 392 p.

DANTAS JR, H. S. **Da “Escolarização do esporte à “Esportivização da escola”**: tradição e espetáculo nos jogos da primavera de Sergipe (1964-1995). 333 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador/Ba, 2008.

ESCOLANO, A. A arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução A. Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. p. 19-58.

FARIA JR, A. G. de. **Introdução à didática de Educação Física**. 1 ed. Rio de Janeiro: MEC/DEF, 1969. Disponível em:<

http://www.4shared.com/office/T9mWCyk5/Introduo_a_Didtica_de_Educao_F.h.tml>. Acesso em: 11 dez. 2012.

FINEP. **Portal.** (sem data). Disponível em:<
http://www.finep.gov.br/biblioteca/biblioteca-da-finep/produtos-e-servicos/biblioteca-vocabulario?cod_ass=1610>. Acesso 18 mar. 2018.

FIORENTINI, D.; SOUZA e MELO, G.F. Saberes docentes: Um desafio para acadêmicos e práticos In: GERALDI, C. (Org). **Cartografias do trabalho docente: Professor(a)-pesquisador(a)**. Campinas: Mercado das Letras, ALB, 1998.

FRAGO, A. V. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História da Educação** SBHE. Tradução M. F. Braga. Campinas, n.18, p. 173-216, set-dez. 2008. Disponível em: <
<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/93/102>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

GINZBURG, C..Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, **emblemas,sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Disponível em:<
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/82454/mod_resource/content/1/Ginzburg_carlo.pdf>. Acesso 14 jul 2017.

GNECCO, J.R. **Reforma Universitária e a USP**: a integração da Escola de Educação Física em 1969. 2005. 1 v. 294 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GOODSON, I. F. **Currículo**: teoria e história. Petrópolis,Vozes,1995. 140 p.

INOUE, L. M. **ENTRE LIVRES E OFICIAIS: A EXPANSÃO DO ENSINO NORMAL EM SÃO PAULO (1927-1933)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós –Graduação em Educação da Faculdade e Filosofia e Ciências, da Unesp, Campus de Marília. Marília, 2015.156 f. Disponível em: <

https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/inoque_ml_do_me.pdf> 2015.>.. Acesso em 22 mar. 2018.

LEITE, J.F. **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCL de Presidente Prudente, 1972.

LIMA, E. L. G.; RIBEIRO, A.I.M. **A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente (1959-1976): a gênese da FCT**. Jundiaí: Paço Editorial, 2013.

LOURDES, L.F.C. **Antônio Boa Ventura da Silva: o professor e suas concepções sobre a Educação Física nas décadas de 1940-1970**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação, História, Política e Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp038566.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

LOUREIRO, M.L.M.N.; LOUREIRO, J.M.M.. **Documento e Musealização: entretecendo conceitos**. Midas RV Museu e Estudos Interdisciplinares. 2013. Disponível em: <https://midas.revues.org/78>. Acesso em 11jun. 2017.>.

LOURENÇO FILHO, M. B. **A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação**. In: Lourenço Filho, R (org.). Brasília, INEP, 2001. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484703/A+forma%C3%A7%C3%A3o+de+professores+da+Escola+Normal+%C3%A0+Escola+de+Educa%C3%A7%C3%A3o/d98177cf-3a25-48f8-982d-246406ca2201?version=1.2>>. Acesso em 19 mar. 2018.

MACEDO, R.A.B. **História de Presidente Prudente**. Apostila de acesso restrito. Data de Elaboração do Texto Final: Agosto de 2006 Atualização e alterações: Janeiro de 2013. Presidente Prudente: Ed. do autor, 2013.

MARINHO, I.P. **Educação Física, Recreação e Jogos**. 2. ed. São Paulo: Cia. Brasil Editora, 1971. 458 p.

MOREIRA, J. C. C. **Saberes em campo: a configuração do ensino escolar da Educação Física no Estado de São Paulo (1964-1985)**. 2013. 321 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2013. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030079P2/2013/moreira_jcc_dr_arafcl.pdf>. Acesso em 03 out. 2013.

NAGLE, J. **Sociedade e Educação na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A.2001.

NÓVOA, A. Diz-me como ensinas, dir-te-ei quem és: e vice-versa. In: FAZENDA, I. (Org.) **A Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento**. Campinas: Papirus, 1995.

OLIVEIRA, E.T. **Memórias docentes sobre o início da Unesp em Presidente Prudente**: busca por meio de imagens (1975 - 1980). 2014. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

PEDAGOGIA da Educação Física. **Apostila do Curso Preparatório**. Encadernação com coletânea de aulas mimeografadas do curso. Santos, 1954.

PILETTI, N. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995

POM, P. **Bicicleta antiga**: Monark ergométrica. 2012. Disponível em:

<<http://viagensdepaulopom.blogspot.com.br/2012/10/bicicleta-antiga-monark-ergometrica.html>>. Acesso em 11 jun. 2017.

RIBEIRO, A.I.M. **Subsídios para a História da Educação de Presidente**

Prudente: as primeiras instituições escolares. São Paulo: Clíper Editora, 1999. 144 p.

RESENDE, B. **Raízes Prudentinas**. São Paulo: SENAC, 1992.

RESENDE, B. **Raízes Prudentinas 2**. Presidente Prudente: Ed. do autor, 2006.

SAVIANE, D. Prefácio. In.: ARAUJO, J. C. S; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (org.). **As escolas normais no Brasil**: do império à república. Campinas: Alínea, 2008. 7-9.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, R.F. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA NETO, S. **A Educação Física na universidade**: licenciatura e bacharelado - as propostas de formação profissional e suas implicações teórico-práticas. 1999. 350 f. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo, SP: Universidade de São Paulo (USP, Faculdade de Educação, 1999.

STAFORD, A. A. S. et. al. Autarquias e demais entidades da administração indireta. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 59, nov. 2008. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=5299&n_link=revista_artigos_leitura)

[artigo_id=5299&n_link=revista_artigos_leitura](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=5299&n_link=revista_artigos_leitura)>. Acesso em: 08 ago. 2017.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. Educação Física Escolar e Ditadura Militar no Brasil: o que nos fala a historiografia? **Revista Educação e Pesquisa**. São

Paulo, v. 28, n. 1, p. 51-75. jan-jun., 2002. Disponível em:<

<http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11655.pdf>>. Acesso em 29 jan. 2013.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. **Educação Física Escolar e Ditadura Militar no Brasil (1968-1984):** entre a adesão e a resistência. Bragança Paulista: EDUSF, 2003a. 482 p.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. Políticas públicas para a Educação Física Escolar no Brasil durante a ditadura militar: uma só representação?

Perspectiva. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 151-178, jan./jun.2003b. Disponível em:<

http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2003_01/08_artigo_oliveira.pdf>

Acesso em: 12 out. 2012.

TABORDA DE OLIVEIRA, M.. A Título de apresentação - Educação do corpo na escola brasileira: Teoria e História. In: TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Educação do corpo na escola brasileira.** Campinas: Autores Associados, 2006. p. 1-34.

TANURI, L.M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação** n.14, p.61-68. maio-ago,.2000. Disponível em:<

<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>>. Acesso em 19 mar. 2019.

VAGO, T. M. **Cultura escolar, cultivo de corpos:** educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002. 369 p.

VAIDERGORN, J. **As seis irmãs: as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras- Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo (1967-1984):** Alguns subsídios interpretativos para o estudo do ensino superior do Estado de São Paulo. Campinas: SP. 1995.Disponível em:<

<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253829>>. Acesso 18 mar. 2018.

VIDAL, D.G. NO INTERIOR DA SALA DE AULA: ensaio sobre cultura e prática escolares.**Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.1, pp.25-41, Jan/Jun 2009.

Disponível em:< <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf>>. Acesso 20.mar.2018.

ZINN, L.; LONG, P. Jogos de Saúde para Cardíacos: existe vida após um ataque cardíaco? **Rev. Sprint.** Ano v, n.6. p. 266-269.1988

Na perspectiva de entender como surgiu o ensino superior público na área da saúde em Presidente Prudente, este texto traz de forma sucinta a história do IMESPP, uma conhecida instituição local desde 1970. Alguns percalços ocorreram neste trajeto, dentre eles: o desequilíbrio financeiro da autarquia, que resultou em falência e no processo da sua extinção pela Lei Municipal n.º 2.625/1988; condição necessária para viabilizar posteriormente a encampação pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente.